

Espelho Mágico... Natal e história das crianças

A época natalícia é propícia para lembrar as crianças. Festas, presentes, publicidade, declarações...



■ Luísa Araújo

Pág. 14

O ambiente como questão política

A conferência sobre Alterações Climáticas realizada em Quioto provou mais uma vez a enorme dimensão política que as questões ambientais assumem neste virar de milénio. A preservação do ambiente tornou-se um objectivo estratégico autónomo, essencial para a sobrevivência da Humanidade. A geração que hoje habita o Planeta Azul está confrontada com a grave responsabilidade de cuidar do que vai legar às gerações futuras.

■ João Amaral

Pág. 15

Formação trajectória e fim do Império Britânico A Inglaterra imperial sufoca e esmaga Portugal

■ Manoel de Lencastre

Págs. 16 e 17

Ao resistir Cuba luta pela humanidade – lembra Fidel no balanço do ano

■ Miguel Urbano Rodrigues

Pág. 18

INTERNACIONAL

México Sangue em Chiapas

Pág. 11

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 31 de Dezembro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1257 • Director: Carlos Brito

Legalidade reposta em Loures

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DÁ RAZÃO À CDU

Ao dar provimento ao recurso apresentado por candidatos da CDU, o Tribunal Constitucional anulou a deliberação da Assembleia de Apuramento Geral do Município de Loures, considerando improcedentes os argumentos invocados para a suspensão dos seus trabalhos. Esta Assembleia vai finalmente proceder ao apuramento dos resultados.

Pág. 5

Dois anos depois do acordo na Administração Pública

Governo mostra arrogância e nervosismo



Entrevista com Paulo Trindade porta-voz da Frente Comum de Sindicatos

Centrais

O balanço e a esperança

O balanço do ano que hoje termina não apresenta resultados susceptíveis de deixar muitas saudades a uma grande parte do nosso povo e à opinião progressista no nosso país e no mundo. O grande capital, no plano interno, e o imperialismo, no plano internacional, determinaram largamente a seu favor o curso dos acontecimentos.

É na luta dos trabalhadores e dos povos para contrariar esta tendência e impedir os aspectos mais negativos deste balanço que, mesmo quando isso não foi conseguido, a esperança reside.

Em Portugal foi mais um ano dominado pela política de direita com o seu rosário de consequências negativas. No plano social, avultam a persistência das altas taxas de desemprego, a precarização do trabalho, o prático congelamento de salários, os irrisórios aumentos das pensões, o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores. A saúde não avançou apesar dos custos astronómicos. Na segurança social persistiram as ameaças ao sistema público. Na educação reinou a velha política de conflito e de crise, com o aumento das propinas do superior e a resistência

estudantil a darem o tom. No plano económico, apesar da gabarolice optimista do Governo sobre o crescimento do PIB, a redução da inflação e da dívida pública, mantém-se o marasmo da indústria, a regressão das pescas e a ruína da agricultura, ao mesmo tempo que o escandaloso plano de privatizações delapidou mais uma grande fatia do património público. No plano político, foi consumada a quarta revisão da Constituição que deixou a porta aberta à revisão de todas as leis eleitorais e à perversão federalista do estatuto da regiões autónomas, ao mesmo tempo que se mantém o bloqueamento da regionalização, apesar de ter sido aprovada a lei de criação das regiões administrativas. No plano cultural, as promessas positivas que acompanharam a formação do ministério esvaíram-se no nepotismo em que mergulhou e no crescente carácter propagandístico que o ministro confere à sua acção. No plano da integração europeia, consumaram-se novos passos no sentido da moeda única que representam maior dependência do nosso país das instâncias pró-federalistas da União Europeia e, com a concretização do alargamento desta, avolumam-se os riscos de restrições do acesso do nosso país aos fundos comunitários.

O resultado das eleições para as autarquias locais apesar de favoráveis ao PS não deram ao Governo a margem de manobra que este julgava alcançável com as suas intervenções do Primeiro-Ministro desrespeitadoras do princípio da neutralidade, o que não quer dizer que, embora com menos credibilidade, não continue a recorrer durante o próximo ano à chantagem desestabilizadora das eleições antecipadas.

O ano de 1997 foi, entretanto, no nosso país, um ano de grandes batalhas sociais e políticas.

Entre as primeiras, num quadro de numerosas greves, paralizações e manifestações, destaca-se a grande altura a luta contra a burla das 40 horas e por uma efectiva redução do horário de trabalho. Sobressaíram nesta luta os trabalhadores da têxtil do Vale do Ave que sustentaram a greve ao trabalho aos sábados durante várias semanas. O facto do Governo anunciar agora uma nova proposta de lei sobre a matéria mostra como a luta não tem sido em vão.

Entretanto, a generalização legal das 40 horas a todos os sectores e a todos os trabalhadores, a partir do passado dia 1 de Dezembro, constitui uma grande conquista laboral que é fundamental consolidar ao longo de 1998.

Merece também uma citação destacada a luta dos trabalhadores da administração central e local, que se manteve viva ao longo de todo o ano, culminando nas acções do início de Dezembro sobre as carreiras e os aumentos salariais. Trata-se de uma batalha que transita para o próximo ano e que interessa a todos os trabalhadores, uma vez que a percentagem de aumento fixada para a função pública servirá depois de referência para todos os aumentos salariais.

Uma última citação para a luta dos sindicalistas da PSP pela concretização dos seus direitos sindicais que, tendo marcado o início do ano que agora termina e conhecido momentos especialmente radicalizados ao longo dele, agora, ao dealbar do novo ano, apresenta claras perspectivas de conquistas significativas.

No plano das lutas políticas, uma grande referência para a campanha pelo referendo sobre a moeda única, que teve como manifestação mais expressiva a recolha de 46 mil assinaturas que foram oportunamente entregues ao Presidente da Assembleia da República. O facto de o PS e o PSD não darem ouvidos a esta maciça exigência popular mostra como têm medo de dar a palavra ao povo numa matéria tão relevante para o seu futuro. Independentemente do resultado insatisfatório para a CDU, a campanha para as eleições autárquicas foi uma memorável batalha política em que participaram nas listas da Coligação Democrática Unitária cerca de 45 mil candidatos. Além destes, deram força à campanha muitas dezenas de milhares de outros activistas, em grande parte pertencentes ao PCP, ao

PEV e à ID, mas, num grande número também, democratas sem filiação partidária e alguns que se envolveram pela primeira vez numa luta política desta envergadura. As comemorações do 76 aniversário do PCP, a 21ª Festa do «Avante!», os actos comemorativos do 80º aniversário da Revolução de Outubro e do 30º aniversário do assassinato de Che Guevara constituíram grandes marcos inspiradores para quantos perseguem a transformação revolucionária da sociedade, no nosso país e no mundo.

O ano de 1997 constitui um claro testemunho de como a política de direita é incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais e de assegurar uma melhoria efectiva das condições de vida dos portugueses. O aspecto mais flagrante é a persistente política de prático congelamento de salários que o Governo prossegue com implacável indiferença social, apesar de não se cansar de apregoar «o bom momento da nossa economia» e dos lucros do capital crescerem livremente, atingido níveis verdadeiramente chocantes no sector bancário e noutras actividades especulativas. Não admira por isso que chefes de fila do grande capital, como Ludgero Marques, presidente da Associação Industrial Portuense, declare em recente entrevista que «não via mal a maioria absoluta do PS».

O balanço do ano de 1997 evidencia, por isso mesmo, tanto a necessidade de mudar de política como a esperança de que as pequenas e grandes batalhas que se travaram despertem mais consciências e vontades para a mobilização que é indispensável à luta por uma nova política.



A CP vai receber 90 milhões de contos do Governo

RESUMO

23 Terça-feira

Os carteiros de Coimbra entram em greve ■ A vitória de Milan Milutinovic nas presidenciais sérvias é confirmada pela Comissão Eleitoral ■ No México, um grupo guerrilheiro paramilitar mata 45 pessoas e fere dezenas de outras num ataque a uma aldeia índia de Chiapas ■ A França anuncia o início de contactos com o Iraque e outros países para resolver a questão do acesso aos palácios presidenciais pela Unscop ■ A imprensa argelina noticia que foram massacrados 19 civis por grupos islamitas, no domingo e segunda-feira ■ Uma doença caracterizada por febres hemorrágicas assola o Leste do Quênia.

24 Quarta-feira

A Comissão contra as Portagens do Oeste apela a Jorge Sampaio para que «não se deixe pressionar» pelo Governo nesta questão ■ Jaime Gama termina uma visita oficial à Croácia, República Federal da Jugoslávia e Bósnia ■ Em França, as cidades de Lyon e Melun são palco de manifestações de protesto contra a morte de dois jovens às mãos da polícia ■ O terrorista internacional Carlos é condenado a prisão perpétua pelo Tribunal de Paris ■ O presidente mexicano Ernesto Zedillo anuncia a realização de um inquérito judicial sobre o massacre da véspera ocorrido em Chiapas.

25 Quinta-feira

Regista-se um desabamento de terras na ilha de São Miguel, nos Açores, ameaçando a segurança de várias famílias ■ A Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (Renetil) denuncia várias detenções de timorenses pela polícia indonésia, nomeadamente de Lucas da Costa, professor universitário em Surabaia ■ Entre 81 e 120 pessoas são chacinadas durante dois ataques de fundamentalistas islâmicos a aldeias argelinas ■ Kenneth Kaunda, antigo presidente da Zâmbia é detido em Lusaca ■ O poeta meçambicano Rui Knopfli morre, em Lisboa.

26 Sexta-feira

Manuel Carrascalão, dirigente do Movimento de Reconciliação e Unidade do Povo de Timor-Leste, afirma que foi alertado para a possibilidade de ser alvo de um atentado ■ Na Rússia, realiza-se uma mesa-redonda com representantes do

governo, da oposição e de todas as regiões sobre o direito de compra e venda da terra ■ É anunciado que o partido do presidente Zeroual venceu as eleições senatoriais argelinas ■ Três pessoas morrem na Grã-Bretanha, na sequência do mau tempo.

27 Sábado

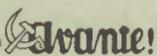
A nova direcção do Sindicato dos Bancários do Norte toma posse ■ A imprensa anuncia que a CP receberá 90 milhões de contos do Governo ■ A estação do Metropolitano do Rato é inaugurada ■ Milhares de independentistas bascos manifestam-se em Bilbao protestando contra a detenção dos dirigentes do Herri Batasuna ■ Billy «King Rat» Wright, alto responsável unionista, é assassinado por dissidentes republicanos numa prisão de alta segurança ■ Três islamitas são condenados à morte no Egipto, pela morte de 26 polícias em 1992 e 1993 ■ A Autoridade Palestiniana exige o desarmamento dos colonos israelitas.

28 Domingo

Em Hong Kong, o governo decide abater todas as galinhas de forma a erradicar a gripe das aves ■ Em Belfast, capital da Irlanda do Norte, um atentado perpetrado por um grupo protestante provoca um morto e três feridos ■ No México, o presidente do município de Chenallo e membros do PRI é detido por ter fomicado as armas e os veículos usados no massacre dos 41 índios.

29 Segunda-feira

A CNE arquiva queixas do PSD e da CDU contra António Guterres, a propósito de um apelo de voto no PS feito pelo Primeiro-Ministro ■ CAP classifica 1997 como o pior ano da década para a agricultura ■ A Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico aprova a institucionalização de um prémio de arquitectura para projectos de valorização e recuperação daqueles espaços ■ Realizam-se eleições presidenciais no Quênia ■ Milan Milutinovic toma posse como Presidente da República Sérvia ■ O general Le Kha Phieu substitui Do Muoi como secretário-geral do Partido Comunista do Vietname ■ A imprensa argelina noticia que 37 aldeãos foram degolados na noite de sábado para domingo em massacre atribuído a grupos integristas armados ■ A África do Sul corta relações com Taiwan.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socimo Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socimo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lr. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Desmancha prazeres

Tudo indica que PS e PSD se vão lançar, desde o início do ano que amanhã começa, na operação da revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República.

O PS há anos que fala nisso, o Primeiro-Ministro António Guterres, fez da matéria o grande tema do discurso da *rentrée* socialista no Verão, e logo a seguir o Governo apresentou um anteprojecto de proposta de lei, que colocou à apreciação pública, compreendendo uma teia de três tipos de círculos eleitorais: uninominais, regionais e nacional.

O PSD, pelo seu lado, sempre procurou substituir a legislação em vigor, baseada no princípio da representação proporcional, por outra que lhe desse maiores vantagens na conversão de votos em mandatos. Em face da última proposta do PS, pediu tempo para pensar até às autárquicas, mas agora mostra-se pronto para entrar na operação. Segundo alguma imprensa já tem um projecto de lei que poderá ser aprovado num conselho nacional, em meados de Janeiro, que só compreenderá círculos uninominais e um círculo nacional.

É evidente que os dois partidos se vão servir do processo de revisão e das

soluções da futura lei para intensificarem ainda mais as enormes pressões bipolarizadoras. Além disso, um grande debate institucional também serve à maravilha para deixar na sombra os grandes problemas sociais com que o nosso povo se debate e as novas facturas que o país irá pagar no quadro da integração europeia.

O «Público», sempre atento às conveniências do «bloco central», relançou o tema, um pouco adormecido pela longa campanha autárquica, na edição de 17 de Dezembro, sentenciando: «é natural que tudo se encaminhe para um novo acordo PS-PSD, de maneira a que nas legislativas de 99 já seja possível a utilização dos círculos uninominais».

O prato forte desta abordagem foi, no entanto, uma entrevista com o constitucionalista alemão Dieter Nohlen, puxado a argumento da autoridade.

Mas o germânico fez de certa maneira o papel de desmancha prazeres. Afirmou sem equívocos: «O vosso sistema de representação proporcional em círculos eleitorais funciona bem.» Chegou mesmo a dizer: «Ora, se funciona bem, não há porque modificá-lo.»

Também desaconselhou a redução do número de deputados, argumentando: «Se quisermos manter o actual grau de proporcionalidade, não podemos baixar muito dos 230.» Opinou ainda que, com a proposta do PS, «as motivações de voto não mudam» e a alegada maior aproximação eleitor-eleito não funcionará. Na sua opinião isto só acontecerá se o eleitor dispuser de dois votos. O que aumentaria ainda mais a complexidade do sistema, dizemos nós.

Uma pergunta que apetece fazer, ainda mais depois de ler este especialista: que vantagens tem o país em se envolver num complexo processo de experiências em matéria de lei eleitoral? A que temos não tem funcionado mal, o que no fundo todos reconhecem. As desastrosas experiências alheias, como a da Itália, aconselham o maior cuidado.

É isto que é preciso contrapor aos egoísticos propósitos bipolarizadores do PS e do PSD, mas aprofundando todas as soluções, pois, o debate é imparável.

■ Carlos Brito

O «big brother»

As recentes declarações de Cavaco Silva ao diário espanhol «El País» segundo as quais confia mais na Europa, «na eficácia das regras supranacionais, do que na política económica de cada governo, incluindo o português», conduziram alguns *analistas políticos* por caminhos psicológicos muito duvidosos. Do género: o professor está despeitado porque não está no governo; ou, ainda, a sua verdadeira ambição é desempenhar um cargo supranacional à medida da sua grandeza.

Ora, na realidade o que o anterior Primeiro-Ministro se limitou a enunciar - estados de alma e manias de «grandeza» à parte - foi uma das linhas fundamentais do neoliberalismo mais agressivo, de que os seus governos foram aliás activos empreendedores. A saber: a prevalência dos interesses de um «capitalismo global», de uma economia de mercado capitalista, liberalizada, desregulamentada, privatizada e do sistema de decisão política de carácter supranacional que lhe está associado.

Governos nacionais, apesar de conhecidas perversões, pressupõem eleições minimamente democráticas, espaços de

debate, opiniões públicas, soberanias. E sabemos bem por experiência nacional quanto o professor Cavaco Silva conviveu mal com o funcionamento democrático do Estado e como desconfiou (com razão, aliás) do humor político dos portugueses.

Quanto às «regras supranacionais» que fazem a delícia do nosso ex-primeiro, quem de facto é que as decide, as controla, as pode revogar democraticamente? Que poder têm os povos e as nações face ao «big brother» cada vez mais avantajado e com um braço cada vez mais longo - chame-se ele FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, ou até Comissão Europeia - que está a invadir toda a vida quotidiana?

Não ilustra isto tudo que a causa da democracia, seja à escala nacional, seja à escala internacional, através da defesa de novos princípios e formas cooperativas de decisão política que respeitem a vontade dos povos, continua a ser um combate decisivo?

■ Edgar Correia

Ouçam chorar AS CRIANÇAS

Dia 12 de Dezembro, em Genebra, Carol Bellamy, Directora-Geral da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), apresentou à imprensa internacional o Relatório para 1998 sobre as condições de vida das crianças no mundo, este ano consagrado apenas à **questão da subnutrição**. Questão tanto mais grave, preciso, quanto é «largamente invisível, não chama a atenção das pessoas». E todavia, «a persistência da subnutrição tem implicações profundas e temíveis para as crianças, a sociedade, o futuro da humanidade».

A subnutrição é a companheira da pobreza, acusa a UNICEF, recordando que 4300 milhões de seres humanos vivem com menos de 2 dólares por dia. Mas também é vizinha da riqueza, pois nos EUA vivem mais de 13 milhões de crianças menores de 12 anos (um quarto deste grupo etário) com dificuldade em obter alimentação. A desnutrição é um *killer*, denuncia a UNICEF: mais de 6 milhões de crianças menores de 5 anos morrem cada ano de desnutrição. A subnutrição mata quase à nascença, mas também mutila para o resto da vida: 183 milhões de crianças têm peso anormalmente baixo para a idade, 67 milhões sofrem de grave magreza, 226 milhões de atraso de crescimento... 60% das mulheres em idade de procriar na Ásia Central, 45% na Ásia do Sudeste e 20% na África subsaariana têm peso insuficiente, com risco acrescido de gerarem filhos demasiado pequenos. 2 mil milhões de pessoas, principalmente mulheres e crianças, têm falta de ferro. 100 milhões carência de vitamina A, causa de cegueira, mortalidade materna, enfraquecimento do sistema imunitário, diminuindo a resistência às diarreias (2,2 milhões de mortos cada ano), ao sarampo (um milhão de mortos). A carência de zinco afecta o crescimento. A falta de iodo acarreta lesões cerebrais (43 milhões de pessoas afectadas), ou atraso mental profundo (11 milhões) e a formação de bócio (760 milhões). Etc., etc., etc.

Comparando com o flagelo da sida, afirma a UNICEF: «Se o vírus do Hiv danificou gravemente o sistema imunitário de 23 milhões de pessoas no mundo, a subnutrição causou uma diminuição das defesas imunitárias em 100 milhões de crianças e em um milhão de fetos». Com a diferença fundamental, sublinhada pela UNICEF, de que, se para o vírus do Hiv ainda não se descobriu remédio, a cura para a imunodeficiência da subnutrição é conhecida há séculos e chama-se simplesmente «adequado regime alimentar contendo todas as substâncias nutritivas essenciais». Como reclama a UNICEF, «numa economia mundial que lida com 2800 milhares de milhões de dólares, o problema não é seguramente a falta de recursos». Nem de altissonantes proclamações em inúmeros documentos internacionais, incluindo a Convenção sobre os direitos da infância. O que falta então?

No mesmo dia 12 de Dezembro, na mesma cidade suíça de Genebra, Renato Ruggero, director-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), proclamava eufórico, com o aplauso de Clinton, sir Leon Brittan e *tutti quanti*: «É um momento histórico!». Finalmente, foi assinado o Acordo Multilateral de Investimentos, facilitando ainda mais os movimentos de capitais nos serviços financeiros à escala do planeta, sector que movimenta a colossal cifra de 60 000 milhares de milhões de dólares por ano. Exactamente: 60 000 000 000 000 dólares. Ou seja, em português, 10 biliões e 800 milhares de milhões de contos. Dinheiro não falta, pois! Com Renato Ruggero, Clinton, sir Leon Brittan e a ilustre companhia, aplaudiam também decerto por esse mundo fora os 450 homens mais ricos do planeta, segundo a célebre lista estabelecida anualmente pela revista *Forbes Magazine* (29 de Julho de 1997): a fortuna acumulada global desses 450 nababos é superior agora ao PNB conjunto dos países pobres onde vive 56% da população da Terra. Em que mundo vivemos? Que mundo é este? Até quando?!

Por entre a alta gritaria dos arautos da Nova Ordem da globalização capitalista - a dos cifrões sem fronteiras e das rapinas sem limites -, neste final de 1997, entremos no Ano Novo de 1998 de ouvidos atentos ao choro baixinho de tantas, tantas crianças que há tanto já vão sobrevivendo a custo, e de mansinho vão morrendo de fome, 16 500 cada dia, 688 cada hora, cada minuto 12 crianças morrendo de mansinho, sem um suspiro sequer. Este genocídio tem responsáveis. Não desistiremos nós nunca de lutar por um mundo novo, sem vampiros.

■ Carlos Aboim Inglez



Foto: Sérgio Morais

Electricidade mais cara... mas só no uso doméstico

A Direcção-Geral do Comércio e Concorrência e a EDP estabeleceram um aumento nominal de 1,5% do tarifário da electricidade para os consumidores domésticos, contrariando as previsões do Ministério da Economia que, há três meses atrás, garantia um aumento nominal de 1%. Segundo o *Público*, este «ligeiro acréscimo no segmento doméstico compensa as actualizações favoráveis a outros sectores

como é o caso dos serviços, que terá uma redução nominal de 1,3% (...) e da indústria, que continua a beneficiar das maiores descidas, sendo a próxima de 3,6%». Ou seja: na sequência da privatização da EDP ocorrida este ano, a generalidade dos consumidores passaram, de imediato, não apenas a pagar mais pela energia que consomem, como a suportar as descidas dos preços que beneficiam as empresas privadas.

O colapso dos «tigres asiáticos»

Os países do «G-7» e seis outras nações industrializadas decidem, em Washington, um empréstimo de oito mil milhões de dólares à Coreia do Sul, a ser entregue de imediato ao governo sul-coreano e visando ajudar,

30 de Dezembro, mais um empréstimo extraordinário de dois mil milhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI), informou a instituição.

Este total de 10 mil milhões de dólares junta-se às

cionais de ajuda à Coreia do Sul.

Recorde-se que, nas últimas semanas, as autoridades sul-coreanas já haviam recebido 14 mil milhões de dólares do FMI, do BM e do BAD, comprometendo-se a cumprir um severo plano de «reajuste económico» imposto pelo FMI para «reestruturar o seu sistema financeiro».

Entretanto, O Banco Mundial (BM) anunciou igualmente um empréstimo de 350 milhões de dólares à Tailândia - outro dos chamados «tigres asiáticos» - para «ajudar o país a estabilizar a balança de pagamentos», no âmbito do programa para este país «sair» da profunda crise financeira em que se afundou.

A Tailândia foi o primeiro país do Sudeste Asiático afectado pela crise financeira que assolou a região desde Julho e o empréstimo de 350 milhões de dólares é-lhe concedido por um prazo de 15 anos, com um «período de graça» de três anos.



de emergência, este país a ultrapassar a grave crise financeira em que se encontra há dois meses. A situação é tão grave que há já quem fale em risco de bancarrota neste, até há pouco tempo, chamado «tigre asiático» da economia mundial.

A decisão de tão vultoso empréstimo foi anunciada num comunicado assinado pelos ministros das finanças e governadores dos bancos centrais da Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Suíça. Para além desses oito mil milhões de dólares, a Coreia do Sul vai também receber, até

outras ajudas conseguidas por Seul do FMI, do Banco Mundial (BM), do Banco de Desenvolvimento Asiático (BAD) e de diversos países, num total de 57 mil milhões de dólares. O FMI é a instituição financeira multilateral encarregada de coordenar o «pacote» interna-



Presidente do parlamento italiano quer ilibar políticos corruptos

Luciano Violante, presidente da Câmara dos Deputados italiana, inflamou esta semana o mundo político italiano ao admitir, numa entrevista ao *Foglio*, uma publicação de direita, a amnistia, em 1999, dos políticos condenados por corrupção, declarando que «no fim do processo de reformas institucionais iniciado provavelmente em 1999, a questão de amnistia vai colocar-se», mitigando a bombástica afirmação com o acrescento de que «todavia, sem a restituição de bens mal adquiridos, não há amnistia».

Esta declaração foi interpretada pela imprensa italiana, sobretudo de esquerda, como uma oferta de «negociar» com a direita: o voto da reforma da Constituição - que a maioria relativa de esquerda, só por si, não pode fazer passar - em troca da amnistia.

O chefe da oposição de direita, Silvio Berlusconi, e um dos seus antigos ministros, o deputado Cesare Previti, são alvo de numerosos processos judiciais a correr nos tribunais, por corrupção.

Francesco Saverio Borrelli, procurador do Tribunal de Milão cujo inquérito «Mãos Limpas» sobre a corrupção político-finan-

ceira lançada em 1992 varreu a antiga classe política, reagiu vivamente contra esta declaração de Luciano Violante, afirmando: «Tenho o maior respeito pelas opiniões do presidente da Câmara e por estes planos de ecumenismo, fruto de ideais altamente louváveis, mas devo lembrar os riscos de uma tal amnistia para os cidadãos cujo sentimento de legalidade não saíria assim reforçado, e para os magistrados que ficariam a saber que os resultados do seu trabalho iriam para o lixo em dois ou três anos».

Os responsáveis políticos de esquerda demarcaram-se nitidamente da declaração do presidente da Câmara dos Deputados, enquanto os de direita a acolheram positivamente.

O antigo juiz Antonio di Pietro, símbolo do inquérito «Mãos Limpas», que dirigiu nos dois primeiros anos, assinou um petição contra tal amnistia, juntamente com outros 50 membros do Senado, para o qual foi eleito em Novembro passado pelo centro-esquerda. Entrevistado no telejornal da noite, Di Pietro sintetizou a sua posição, declarando: «Não à amnistia, sim aos processos».

Morreu Rui Knopfli

Vítima de doença prolongada, morreu em Lisboa, na passada quinta-feira, o escritor Rui Knopfli. Tinha 65 anos de idade. Natural de Inhambane, no sul de Moçambique, Rui Knopfli viveu em Lisboa após a independência de Moçambique, em 1975, tendo depois desempenhado durante 22 anos as funções de assessor de imprensa da Embaixada de Portugal em Londres. Os seus livros mais conhecidos são *Ilha de Próspero*, *O País dos Outros* e *O Monhé das Cobras*, sendo este último uma autobiografia e considerado, de algum modo, o seu testamento poético.

O poeta moçambicano José Craveirinha, presidente da Assembleia Geral da Associação Moçambicana de Língua Portuguesa (AMOLP) e vice-presidente do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa (FBLP), contactado pela Lusa em Maputo, considerou a morte do seu amigo «muito chegado» Rui Knopfli como a perda de «um grande valor» para a literatura de Moçambique, lamentando que muitas das conversas «sempre enriquecedoras» que manteve com Rui Knopfli «não tivessem sido gravadas».

«Reivindico, do nada que sou, que Knopfli seja um poeta moçambicano», acentuou o vice-presidente do



Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa (FBLP), acrescentando que, para si, das diversas obras de Rui Knopfli, a que melhor retrata Moçambique e que «é leitura obrigatória» é, «sem dúvida», a mais recente, intitulada *O Monhé das Cobras*.

Kenneth Kaunda preso sem culpa formada

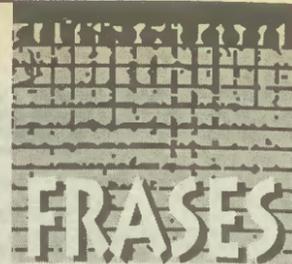
O ex-presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, foi detido no passado dia 23 de Dezembro por alegada «participação na intentona de golpe de Estado em Outubro». Segundo o filho mais velho de Kaunda, Wezi, o ex-chefe de Estado, de 73 anos, «não pretende ingerir alimentos até à formalização de uma acusação contra ele ou até que compareça perante a justiça». A detenção ocorreu durante o estado de emergência decretado após o golpe abortado, pelo que o governo do presidente Frederick Chiluba se arroga de um prazo de 28 dias para prolongar o

encarceramento preventivo de Kaunda. Quase uma centena de pessoas, na sua grande maioria militares, foram detidas desde a intentona de golpe de Estado na Zâmbia.

Entretanto, o governo dos EUA condenou na sexta-feira passada a detenção do ex-presidente zambiano e pediu a sua imediata libertação, apelando, num comunicado, ao governo zambiano para que liberte Kenneth Kaunda «no espírito de reconciliação e paz». O presidente sul-africano, Nelson Mandela, já exigiu igualmente a libertação de Kenneth Kaunda.

O antigo líder zambiano foi, entretanto, transportado de helicóptero para local desconhecido, segundo revelou um dos seus advogados. Kenneth Kaunda foi presente, sexta-feira, ao Tribunal de Lusaca, mas o juiz decidiu adiar a audiência para segunda-feira sem lhe imputar qualquer acusação.

Uma aliança de sete partidos da oposição, liderada por Kenneth Kaunda, tem acusado o governo de Frederick Chiluba de estar a utilizar a intentona de Outubro e o estado de emergência «para esmagar a oposição».



“Devo dizer que este Governo tem tido a vantagem de procurar seguir projectos que já estavam delineados de trás. Considero isso positivo, para não perder tempo, embora tenha o seu próprio estilo.”

(Ludgero Marques, presidente da AI Portuense, *Público*, 29.12.97)

“O modo como o Governo está a encarar a economia portuguesa não está muito longe do que vinha fazendo o PSD. A actuação do PSD foi de desbravar e impor a economia do mercado. Este Governo já encontrou isso e partiu da plataforma traçada.”

(idem ibidem)

“Eu não via mal [uma maioria absoluta do PS], desde que o PS tivesse uma política económica que satisfizesse os empresários. Uma maioria do PS ou de outro partido, desde que as suas regras sejam as de economia de mercado.”

(idem ibidem)

“Do ministro Pina Moura, e dos seus secretários, dos contactos que temos tido com eles - e são muitos - estou esperançado na qualidade dele. Por isso lhe fiz um desafio: que dessem a dimensão correcta ao Ministério da Economia.”

(idem ibidem)

“Já conseguimos concretizar muitas das nossas apostas. Mas nunca estamos satisfeitos. Há sempre tanto para fazer. Sei que estamos a dar o melhor de nós próprios e que os portugueses confiam em nós.”

(Primeiro-Ministro António Guterres, *Diário de Notícias*, 26.12.97)

“Temos o dever de, cada dia que passa, olhar à nossa volta com redobrada atenção. Porque a solidariedade não tem exclusivos. A solidariedade não tem época.”

(idem ibidem)

“Sinto o dever de ser o guardião do Norte. O grande investimento para os próximos anos é o aeroporto de Lisboa. E o nosso continua a ser um apeadeiro aéreo...”

(Vicira de Carvalho, «candidato» à presidência da Junta Metropolitana do Porto, *Expresso*, 29.12.97)

“Desde quando é que os socialistas são os líderes da regionalização?”

(idem ibidem)

Legalidade reposta em Loures

TC dá razão à CDU

- Assembleia de apuramento vai retomar o trabalho

Ao dar provimento, por unanimidade, ao recurso apresentado pela CDU, o Tribunal Constitucional anulou a deliberação da Assembleia de Apuramento Geral do Município de Loures de suspender *sine die* os seus trabalhos, considerando inválidos os argumentos evocados pela sua presidente, nomeadamente a possibilidade de o TC invalidar o acto eleitoral em Odivelas - uma das maiores freguesias do concelho de Loures com mais de 46 mil eleitores.

Três dias após as eleições autárquicas, antes do início dos trabalhos, a presidente da Assembleia de apuramento, a juíza Maria Margarida Ramos de Almeida, comunicou aos restantes membros daquele órgão e demais presentes que tinha informação, não oficial, de que em cinco das cinquenta e nove secções de voto da freguesia de Odivelas não tinha sido exercido o direito de voto para a eleição da respectiva Assembleia.

Interrogada por um dos presentes sobre a origem de tal informação, a juíza terá respondido que logo no dia das eleições a sua empregada lhe disse que «em Odivelas não se está a votar».

Por seu turno, pretextando notícias das rádios, o PS e o PP apresentaram um recurso ao TC para que se repetisse a votação para os três órgãos autárquicos em todas as secções de voto de Odivelas afirmando que a notícia sobre o erro no boletim de voto pode ter induzido muitos eleitores a ficarem em casa. Estes recursos não foram todavia considerados pelo Tribunal Constitucional.

O facto relatado pelos órgãos de comunicação dava conta de um erro nos boletins de voto para a Assembleia de Freguesia de Odivelas, onde o símbolo do PDC (Partido da Democracia Cristã) aparecia à frente do nome do PP. Contudo, foi igualmente noticiado, no mesmo dia, que a Comissão Nacional de Eleições considerava que havia condições para o prosseguimento da votação. Antes, porém, o STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, do Ministério da Administração Interna) informara que pertencia aos presidentes das mesas de voto a decisão de continuar ou não as eleições.

Assim, cinco secções optaram por não distribuir o boletim de voto da Assembleia de Freguesia, mas distribuíram-no para a Câmara e Assembleia Municipais, enquanto

as restantes 54 secções de voto afixaram um edital que esclarecia o erro e realizaram a votação para os três órgãos autárquicos.

Juíza ignora a lei

Decidida a não iniciar os trabalhos da Assembleia de Apuramento, convocada para o passado dia 18 de Dezembro, a juíza Maria Margarida Ramos de Almeida tentou durante mais de uma hora contactar o Governador Civil de Lisboa que ainda não tinha chegado. A única informação que obteve foi-lhe dada por uma assessora que disse não existir no Governo Civil a intenção de marcar a repetição do acto eleitoral. Margarida Ramos de Almeida indagou ainda junto da Comissão Nacional de Eleições sobre quais os procedimentos que deveria adoptar, tendo sido informada por aquela entidade que, nos termos da lei, deveriam ser iniciados os trabalhos de apuramento dos resultados eleitorais.

Não satisfeita, a juíza declarou aos presentes na Assembleia de Apuramento que era seu entendimento estar perante «um imbróglgio jurídico» e que ninguém lhe dava solução para ele nem a Comissão

Nacional de Eleições nem o Governo Civil.

Consequentemente, decidiu proferir um «despacho», que disse já trazer escrito de casa, através do qual decidia suspender os trabalhos da Assembleia de Apuramento até ao «dia seguinte ao da votação em falta ou ao do reconhecimento da sua impossibilidade».

O texto afirma ainda que «não se vê qualquer benefício em se dar início aos trabalhos de apuramento» e avança dois pretensos argumentos:

O primeiro, porque a lei eleitoral determina «a designação de nova reunião, no prazo de 48 horas, para conclusão dos trabalhos tomando-se as providências necessárias para que a falta de elementos seja reparada»;

O segundo, porque a eventual apreciação do Tribunal Constitucional «poderá acarretar ou não a invalidade do acto eleitoral em Odivelas», acrescentando que a ocorrer tal situação «todo o eventual trabalho de apuramento já efectuado seria um mero acto inútil».

O protesto da CDU

De imediato a CDU, através do mandatário concelhio, Carlos

Brito, apresentou um protesto onde se afirma que «a invocada não existência de elementos relativos a cinco secções de voto (...) não constitui fundamento para impedir o início e o prosseguimento dos trabalhos de apuramento em relação à eleição da Câmara Municipal. De teor semelhante foi o protesto apresentado pelos candidatos da CDU, Rui Ferreira e Cristina Azedo.

Desprezando as razões apresentadas, a presidente da Assembleia declarou «sem fundamento» os dois protestos e suspendeu os trabalhos *sine die*.

Interrogado por um jornal diário, Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, manifestou o seu descontentamento com a situação, e sublinhou que «devia ter decorrido o normal conjunto de operações de apuramento em Loures», admitindo a repetição da votação para a Assembleia de Freguesia de Odivelas se se verificasse que isso influenciaria a distribuição de mandatos. Como nada disso aconteceu, restou à CDU o recurso para o Tribunal Constitucional que lhe deu provimento e repôs a legalidade. (ver peça ao lado).

Apuramento em Loures prossegue na terça-feira

O acórdão do Tribunal Constitucional, aprovado por unanimidade, que deu provimento ao recurso apresentado pelo mandatário e candidatos da CDU no concelho de Loures, começa logo por considerar que a designação «despacho» foi impropriamente utilizada pela presidente da Assembleia de Apuramento Geral, já que se trata de uma deliberação.

Depois desta «observação», o texto divulgado terça-feira da semana passada desmonta um a um os argumentos evocados, concluindo que «nenhum é procedente» e que a decisão de não iniciar o apuramento geral viola, efectivamente, as normas legais.

Quando decidiu que não haveria qualquer utilidade em se dar início aos trabalhos de apuramento, a presidente da Assembleia deu duas razões: a impossibilidade de cumprir o prazo de 48 horas para a conclusão dos trabalhos, uma vez que não se encontrava designado novo dia para a votação; e a eventual apreciação pelo Tribunal Constitucional das reclamações que poderia pôr em causa as decisões divergentes tomadas pelas secções de voto da freguesia de Odivelas.

Segundo o TC, a lei determina o início do apuramento com base nos elementos existentes, estabelecendo que o presidente deve designar nova reunião dentro das 48 horas seguintes, e que entretanto deverá tomar as providências necessárias para que a falta de elementos seja reparada.

Em caso de adiamento ou declaração de nulidade da votação, a Assembleia de apuramento geral reunirá no dia seguinte ao da votação, ou ao do reconhecimento da impossibilidade da votação, para completar as operações de apuramento do círculo.

Resumindo, a lei impõe claramente o início do apuramento geral, considerando o Tribunal Constitucional que «de um juízo prognóstico (...) não se pode inferir qualquer permissão legal de não iniciar imediatamente o apuramento».

Por outro lado, mesmo considerando que «não está em causa apenas a falta de elementos, mas antes um inevitável adiamento da votação para a Assembleia de Freguesia, que não se realizou em cinco secções de voto, também será forçoso concluir que as operações de apuramento devem ser imediatamente iniciadas, vistos que a reunião no dia seguinte da votação se destina apenas a completar as operações de apuramento».

A isto o TC acrescenta: «o segundo argumento aduzido - a potencial inutilidade do apuramento, dada a possibilidade de invalidação do acto eleitoral pelo Tribunal Constitucional - também não procede, justamente por se situar num plano puramente hipotético».

Entretanto, a presidente da Assembleia, notificada pelo TC, já marcou para a próxima terça-feira, 6 de Janeiro, o início dos trabalhos de apuramento.



Na noite de 14 de Dezembro, activistas e apolantes da CDU festejaram nas ruas de Loures a vitória da Coligação nas eleições para a Câmara (foto cedida pelo jornal semanário «Vento Novo»)

Pedro Canário,
presidente da Câmara do Barreiro

O mau perder do PS numa campanha de intoxicação

«O PS teve mau perder, não soube aceitar com dignidade a derrota e continuou a sua campanha baseada na mentira e na intoxicação da opinião pública, voltando a querer dar do Barreiro uma imagem negativa e prestando assim, de novo, um mau serviço à sua terra».

Foi assim, sem tergiversações, que Pedro Canário, presidente da Câmara Municipal do Barreiro de novo reeleito pela CDU, classificou o comportamento do Governador Civil de Setúbal, Alberto Antunes, que, «actuando como comissário político», logo na segunda-feira seguinte às eleições autárquicas questionou formalmente os resultados apurados na freguesia do Lavradio,

Pedro Canário, «que o PS terá querido - nomeadamente com a intervenção do Governador Civil -, forjar dúvidas sobre a legitimidade do acto eleitoral que, inclusivamente, pudessem levar à sua repetição, ou seja, terá querido ganhar na "secretaria" o que não foi capaz de alcançar no dia 14».

Assinalando que a recontagem dos votos assim imposta «apenas veio comprovar, com a força da realidade, o elevado grau de civismo da população, nomeadamente dos eleitores que asseguraram o funcionamento das assembleias de voto», Pedro Canário comentou ainda: «Isto é mais um caso que ilustra o uso abusivo do poder do Estado para proveito próprio, traduzindo-se numa prática coerciva e lesiva dos valores democráticos».

Um ridículo sem fim

A obsessão do PS em «arranjar» votos à viva força depois das eleições autárquicas parece, entretanto, alastrar como uma epidemia.

Em Mértola - onde as ligações da candidatura do PS aos interesses do monopolista António Champallimaud foram amplamente denunciadas durante a campanha eleitoral - a coisa já avançou para o complexo terreno do delírio à solta.

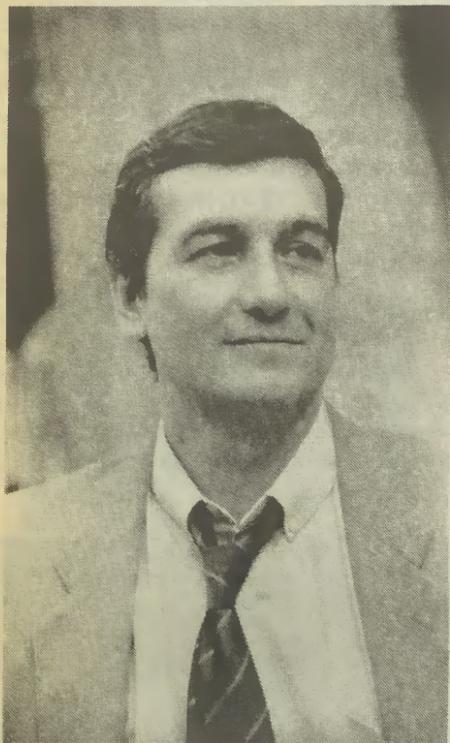
Segundo relato do *Público*, um comunicado do PS local acusa a CDU de coisas tão fantásticas como «a existência de voto expresso na CDU que teriam sido fotocopiados em papel da mesma cor dos originais e posteriormente introduzidos nas urnas de voto» (!), «tese» assente em «suspeições» não menos extraordinárias, como «a acentuada demora de eleitores no acto de votar» ou «a demasiada regularidade geométrica das cruzes apostas nos quadrados da CDU», o que, no entendimento do comunicado da concelhia do PS de Mértola, é «estranho» porque «grande parte do eleitorado em Mértola é idoso e iletrado».

Significativamente, tanto o cabeça de lista do PS a Mértola, Mário Martins, como José Neto, elemento socialista ligado à elaboração deste fabuloso comunicado, escusaram-se a comentar o seu teor para o *Público*. Aliás, por estas reacções, ficou-se com a ideia que o comunicado é de geração espontânea...

Tudo isto, repare-se, já depois do acto eleitoral realizado e sem que, nas actas de encerramento das assembleias de voto, os delegados do PS tenham apresentado qualquer protesto ou se tenha assinalado alguma anomalia.

Tudo isto sem sequer ponderar que os boletins de voto têm de sair das mãos dos escrutinadores, de regressar a eles após a votação, de ser descarregados nos cadernos eleitorais, e tudo perante o testemunho e o controle dos representantes de todos os partidos, nomeadamente o PS...

Até onde pode ir o ridículo destes maus perdedores...



«procurando lançar a dúvida sobre o processo eleitoral no Barreiro, no que foi secundado pelo PS local».

Pedro Canário relatou ao *Avante!* que, perante isto, procedeu-se à Assembleia de Apuramento presidida por um juiz nomeado e «a CDU tomou uma posição de total abertura para o esclarecimento de quaisquer situações que, eventualmente, não estivessem correctas». Foram recontados os votos de diversas mesas de várias freguesias onde a documentação da assembleia de voto não estava exactamente bem apresentada «e o resultado final dessa Assembleia de Apuramento foi a confirmação dos resultados já divulgados, com ligeiros acertos mas sem qualquer expressão no resultado político final».

Sublinhe-se que na mesa de voto inicialmente posta em causa pelo Governador Civil de Setúbal e pelo PS no Barreiro nada se registara de anormal ou estranho ao acto, «o que leva a crer», acusa

CAMARADAS FALECIDOS

António Manuel Gomes da Costa

Com 46 anos de idade, faleceu em 22 de Dezembro, após atropelamento dois dias antes por um carro que se pôs em fuga, impedindo a identificação, o camarada António Manuel Gomes da Costa, natural da Guarda. Militante do PCP desde Setembro de 1974, era funcionário da Cooperativa Lisboa e pessoa muito querida nos meios cooperativos.

Luís de Orey

Faleceu no passado dia 15 de Dezembro, com 80 anos de idade, o camarada Luís de Orey. Membro da Comissão de Freguesia de Verderena do

PCP, tinha, entre outras responsabilidades, a distribuição do «Avante!».

Valdemar Nelson Ferreira da Silva

Com 61 anos de idade, faleceu o camarada Valdemar Nelson Ferreira da Silva, operário têxtil reformado. Muito estimado, o camarada pertencia à Comissão de Freguesia de Ramalde do PCP, colaborando na Comissão de Sede da Boavista com grande dedicação.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

AUTÁRQUICAS 97

Organizações

Apesar da quadra festiva que se seguiu às eleições autárquicas de 14 de Dezembro, as organizações locais do PCP continuam a analisar os resultados eleitorais, procedendo à divulgação das conclusões a que têm chegado nesta primeira abordagem.

Braga

Populações penalizam «gestão incompetente»

O Conselho Regional da Direcção da Organização Regional de Braga, na apreciação que faz aos resultados eleitorais, considera que, no distrito, a CDU, não tendo alcançado alguns dos objectivos que se havia proposto e registando embora algumas perdas de presidências de freguesia, manteve no essencial a sua força, presença e representação, saindo mesmo reforçada em alguns concelhos.

Como traços principais, o PCP destaca a perda da presidência nas freguesias de Aveleda (Braga), Serzedelo (Guimarães) e Vilar da Veiga (Terras de Bouro) e, ao mesmo tempo, a obtenção pela CDU da maioria em duas outras freguesias de Guimarães (Selho S. Jorge e Selho S. Cristóvão), assim como a subida em numerosas freguesias, designadamente nos concelhos de Amares, Braga, Fafe e Guimarães.

A CDU manteve ainda o vereador que tinha em Braga, aumentando em Guimarães para dois os vereadores na Câmara e para 11 os mandatos na Assembleia Municipal.

No que respeita às outras forças políticas, os resultados eleitorais evidenciaram o cansaço das populações por uma gestão «incompetente e rotineira», «afundada em suspeições» e «minada de compadrios». Assim, o PS é penalizado em Gui-

marães, Braga e Vila Nova de Famalicão e o PSD em Barcelos. Em relação ao PP, «um ou outro aumento pontual» não chegam para compensar a perda da única Câmara Municipal (Vila Verde) onde detinha a presidência.

Entretanto, o Conselho Regional regista o facto de se manter no essencial a distribuição do poder no quadro municipal, devendo a análise dos resultados ser, contudo, prosseguida e aprofundada, de forma a tornar possível retirar dela os necessários «elementos de reflexão, correcção e melhoria do trabalho do Partido».

Como dado adquirido surge, porém, a conclusão de que os resultados «não podem ser dissociados» de factores como «o uso e abuso do aparelho do Poder pelo Governo do PS para influenciar a decisão do eleitorado», a «desigualdade de meios» das várias forças políticas, a «bipolarização forçada» por analistas e comunicação social ou as sondagens, usadas não para «medir» mas para influenciar as tendências da opinião pública.

No que respeita à campanha eleitoral da CDU, ela serviu para confirmar «a presença e influência do Partido e da CDU» em algumas localidades e, noutras, «firmar bandeiras», «lançar sementes» para fazer progredir essa influência.

Bragança

Mudança adiada

A Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP considera, que a CDU não atingiu os seus objectivos de crescer em número de votos e de eleitos autárquicos. Apesar de ter subido em oito dos 12 concelhos do distrito, desceu ligeiramente nos outros quatro e viu reduzidos os seus eleitos para as Assembleias Municipais e de Freguesia.

Na opinião da DORBA, as mudanças verificadas, sobretudo em Bragança, Miranda do Douro e Freixo de Espada à Cinta, traduzindo-se pela canalização de votos para o PSD - partido semelhante ao PS - não vão no sentido de resolver os proble-

mas das respectivas populações. Pelo contrário, é de esperar que os resultados verificados não dêem resposta a problemas como a construção das infra-estruturas básicas, a desertificação, custos da interioridade, necessidade de um forte investimento público e privado, com vista à criação de novos empregos e à fixação das populações.

Depois de saudar os homens e mulheres que deram corpo ao projecto da CDU, «mesmo conhecendo todas as pressões, dificuldades e limitações existentes», o PCP reafirma a sua disposição de continuar a luta pelo progresso e desenvolvimento do Nordeste Transmontano.

Ponta Delgada

Intempéries aumentam abstenção

«As eleições foram adiadas sem data em Ponta Delgada», afirma por sua vez a Comissão Eleitoral da CDU, referindo a enorme abstenção verificada no concelho. Em sua opinião, contudo, uma significativa parcela dos 60 por cento de abstenção foi «involuntária», devendo-se ao facto de os eleitores, por força da chuva que desde manhã caía, terem reservado o acto de votar para o fim da tarde, altura em que rajadas de vento superiores a 100 km/h, trombas de água muito fortes, cortes de luz e comunicações, os impediram de o fazer.

Esta abstenção acabou por beneficiar o PSD - partido dominante - e arredar dos resultados quase toda a «mais-valia» que o trabalho e a campanha

eleitoral da CDU «tinham potenciado e que auguravam um resultado substancialmente diferente e para melhor» se a abstenção tivesse sido menor. A prová-lo é referido o facto de a CDU ter apresentado os seus melhores resultados percentuais (cerca de 10 por cento) precisamente nas duas freguesias onde a abstenção se ficou pelos 40%.

«Apesar de, infelizmente para os interesses do concelho e dos seus munícipes, tudo ter ficado na mesma em Ponta Delgada», a CDU garante que o «movimento desencadeado» e a «margem de confiança» por ela adquirida não serão desperdiçados, continuando esta força política a trabalhar e a tudo fazer para merecer o voto dos que nela confiaram.

prosseguem análise

Covilhã

Resultados negam bipolarização

Depois de saudar os militantes, activistas e simpatizantes da CDU e do PCP pela forma «entusiástica, séria e construtiva» como participaram na campanha eleitoral, a Comissão Concelhia da Covilhã divulga também a sua posição face aos resultados eleitorais no concelho.

Apesar de não ter conseguido alcançar o seu objectivo - ganhar a presidência da Câmara Municipal da Covilhã -, a subida de votação da CDU para a Câmara e a Assembleia Municipais, atingindo mais de 5000 votos, confirma a Coligação como uma força «de significativo peso eleitoral no concelho» e «nega» a tendência bipolarizadora que se pretende instalar.

O povo do concelho deu uma «importante resposta» às sondagens e afirmações que perspectivavam o desaparecimento eleitoral da CDU, considera o PCP, referindo o mandato conferido a Vítor Reis Silva como vereador na Câmara Municipal, o aumento do número de eleitos na Assembleia Municipal e o reforço de maiorias absolutas em duas das três juntas de freguesia que a CDU detém. Entretanto, os 33 eleitos da CDU «não cruzarão os braços», honrando os compromissos assumidos e desempenhando as suas funções com honestidade, trabalho e competência.

Castelo Branco

CDU passa a terceira força

Também a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco tornou públicas as suas conclusões sobre os resultados eleitorais que, «apesar da desproporção de meios», se caracterizam «pela manutenção global de votos e mandatos», passando a CDU a 3ª força eleitoral no distrito.

Assim, embora perdendo um vereador na Câmara Municipal de Belmonte, a CDU elege um vereador na Câmara Municipal da Covilhã. A sua votação para as Câmaras desce em 309 votos mas para as Assembleias Municipais ela sobe em 614 votos, mantendo os seus 11 eleitos (mais um na

Covilhã e menos um em Vila Velha de Ródão). Entretanto, ganha em três freguesias - Boibodra, Aldeia de S. Francisco de Assis e Paul -, as duas primeiras com maioria absoluta, e mantém igual número de eleitos para as Assembleias de Freguesia.

Na opinião da DORCB do PCP, que saúda os militantes e activistas da CDU «pela forma empenhada» como participaram na campanha eleitoral, esta foi marcada pela dignidade, pela «discussão séria» e por uma «postura proponente», com grande participação de jovens e independentes.

Évora

População avisa ... e renova confiança

Na sua análise, a Comissão Concelhia de Évora do PCP considera que «não se conseguiu o reforço de posições nem a manutenção da votação no concelho», tendo a CDU sofrido um «insucesso eleitoral» com a perda da maioria absoluta na Câmara Municipal e das freguesias de Azaruja, S. Manços e S. Sebastião da Giesteira.

A CDU continua, entretanto, a afirmar-se como a força política mais votada no concelho (45,2%), ganhando as quatro novas freguesias (Malagueira, Horta das Figueiras, Bacelo e Srª da Saúde), subindo significativamente na freguesia de Nossa Senhora da Tourega, conquistando a presidência de 15 das 19 Juntas de Freguesia e ficando, portanto, com a maioria absoluta na Assembleia Municipal.

Segundo a concelhia do PCP, o resultado alcançado «expressa uma significativa quebra de posições nos órgãos do Poder Local» e «reflete um aviso do eleitorado» para a necessidade de «corrigir eventuais erros e deficiências do trabalho autárquico». Mas não

legítima a declaração por alguns do «princípio do fim da influência da CDU» num Concelho onde esta coligação continua a ser «uma grande força autárquica» a quem a população confiou o seu governo por mais quatro anos. Legítimo é, todavia, para os comunistas, admitir que também nos resultados de Évora tenham pesado a brutal campanha de calúnias contra o PCP e a CDU pelo PS e o tráfico de influências a que este partido procedeu.

Porto

Eleitos da CDU privilegiam pluralismo

Em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional do Porto esclarece a posição dos eleitos do PCP e da CDU face às abordagens que, na sequência dos resultados eleitorais, e decorrentes do facto de nenhuma força política ser detentora de maioria de mandatos, lhe têm sido feitas, designadamente pelo PS e pelo PSD, com vista à constituição de Juntas, Mesas de

Assembleias de Freguesia e outras estruturas.

O PCP começa por recordar que os acordos entre eleitos de diversas forças políticas, após eleições, decorrem do «natural processo democrático de escolha dos órgãos», sendo norma da CDU buscar o entendimento com qualquer dessas forças. O PCP, entretanto, privilegia um critério: «o que permite aos eleitos da

CDU/PCP o correcto e profícuo funcionamento dos órgãos eleitos e o maior campo de intervenção e acção concreta em prol dos interesses das populações».

O esclarecimento da DORP prossegue com a afirmação de que, «optando naturalmente pelas soluções que em cada caso nos pareçam mais favoráveis ao critério de intervenção política, que pressupõe autonomia e independência»,

serão, entretanto, privilegiadas «as soluções que optem por uma representação plural nos órgãos dos eleitos das diversas forças políticas».

Assim, a terminar, o PCP reafirma que os seus eleitos não irão propor, nem desejam, soluções que vão no sentido «do isolamento do representante da força política vencedora, nomeadamente os presidentes de Junta».



A reunião realizada pelo Comité Central a seguir às eleições constituiu o arranque para a discussão nas organizações

Santarém

Uma votação com aspectos contraditórios

Para o Executivo da Direcção Regional de Santarém, os resultados eleitorais apresentam aspectos contraditórios, com ganhos e perdas em municípios e freguesias. O PCP ressalta, no entanto, o aspecto negativo da perda das Câmaras de Alpiarça e Golegã que «de modo algum é atenuado pela importante vitória em Salvaterra de Magos, com a maioria absoluta para a Câmara, e a presidência em 4 das 6 freguesias do concelho».

Prosseguindo o balanço, a DORSA refere o facto de a CDU ter subido 2012 votos no conjunto nas Câmaras Municipais, mantendo os seus 30 mandatos e a presidência das Câmaras de Benavente, Chamusca, Constância, Coruche e Salvaterra de Magos. Perde, entretanto, os seus vereadores nas Câmaras de Abrantes e Cartaxo mas recupera

vereadores nas de Alcanena, Entroncamento e Tomar, aqui com uma subida de 1434 para 5203 votos.

Quanto às Assembleias Municipais a CDU aumenta a sua votação em relação a 1993 mas desce os seus mandatos de 95 para 92, passando, no entanto a ter representação nas Assembleias Municipais de Ourém e Rio Maior.

Assim, apesar da perda das Câmaras de Alpiarça e Golegã - que, a par das causas locais que as determinaram e devem ser analisadas, não se pode desligar do «descarado abuso do poder e instrumentalização do aparelho do Estado» pelo PS -, a CDU mantém-se a nível distrital, tal como a nível nacional, uma força política «com forte representação, prestígio e influência no poder local».

Portalegre

CDU duplica votação na capital

No distrito de Portalegre, a CDU, não atingindo embora a totalidade dos seus objectivos, passou a ser a 2ª força mais votada, com 18 309 votos (23,02%) para as Câmaras Municipais.

A informação cabe à Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP que adianta ainda manter a CDU a presidência de 3 Câmaras com maioria absoluta: Avis, com 60,3% de votos, Nisa, com 45,64%, e Monforte, onde ganhou pela primeira vez, com 48,54% de votos.

Nas Assembleias Municipais, a CDU passou de 55 para 60 o número dos seus eleitos, subindo de 20 para 23 o número de presidências de Junta de Freguesia e de 175 para 182 o número de mandatos nas Assembleias de Freguesia. Reforçou, ainda, a sua votação no município de Ponte de Sor - onde

obteve 3 mandatos - e conquistou ao PS, com maioria absoluta, a freguesia de Galveias, uma das mais importantes do País.

Segundo a DORPOR, a CDU duplicou a sua votação na capital do distrito e passou a ter na Assembleia Municipal 3 eleitos em vez de um, permitindo a constituição do «Grupo CDU».

Depois de saudar os candidatos e activistas da CDU, em particular a juventude, pelo trabalho desenvolvido durante a campanha eleitoral, e todos os eleitores do distrito de Portalegre que «confiaram o seu voto à CDU», o PCP afirma que os eleitos da CDU, em maioria ou em minoria, «honrarão» os seus compromissos e «tudo farão» para que as populações do distrito «tenham progresso desenvolvimento e bem-estar».

TRABALHADORES

Sindicato dos Bancários do Norte Direcção aposta no diálogo com a CGTP

O reforço do diálogo com a CGTP-IN é um dos objectivos da nova direcção do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN), que tomou posse no passado dia 27 no Porto.

“Manter-nos-emos fiéis à central sindical em que estamos integrados (UGT) e a que nos orgulhamos de pertencer, mas construiremos com a Intersindical um permanente diálogo com vista ao fortalecimento do movimento sindical e à procura de melhores condições de vida para os trabalhadores em geral e os bancários em particular”, disse Firmino Marques, o novo presidente de SBN, eleito a 11 de Dezembro com cerca de 62 por cento dos votos.

“Para estes corpos gerentes, o inimigo nunca será outro sindicato ou sindicalista, mas a todos exigimos, por igual, um comportamento que defenda e digni-

fique os trabalhadores”, referiu aquele dirigente sindical.

O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, convidado a assistir à cerimónia da tomada de posse dos novos corpos gerentes do sindicato, interpretou a posição de Firmino Marques como “um contributo muito importante para o movimento sindical” e considerou que “o resultado das eleições foi inquestionavelmente uma grande viragem”.

Na sua intervenção, Firmino Marques apontou como “ponto de honra” do seu programa de acção “a união dos associados do SBN, a sua mobilização e o fortalecimento do sindicato para as lutas que se

aproximam”, as quais, sublinhou, “serão difíceis”.

O presidente do SBN citou, a título de exemplo, “a desregulamentação do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) por parte das instituições de crédito, o trabalho suplementar não remunerado, as reformas antecipadas e as ameaças de despedimento colectivo”.

“A atitude do Grupo BCP/BPA ao recusar assinar o ACTV subscrito por toda a restante banca e as pressões que constantemente são exercidas sobre os trabalhadores desse grupo, no sentido de acedermos às transferências para a Servibanca, sem contrato, sem SMAS e sem carreira profissional, poderá, caso não seja contrariada, ser o descalabro na classe bancária, pois outros grupos lhe seguirão o exemplo”, sublinhou.

Em declarações aos jornalistas, Firmino Marques reafirmou a inten-

ção “de realizar uma auditoria às contas da anterior direcção para credibilizar o sindicato e acabar com o clima de suspeição existente”.

“As auditorias não se fazem só para provar a existência de fraudes, mas também para provar que não as houve”, acrescentou.

Relativamente à tentativa das três listas derrotadas impugnarem as eleições de 11 de Dezembro, Firmino Marques disse que o problema ficou resolvido com a votação na Comissão Permanente do Conselho Fiscal. Segundo o presidente do SBN, na reunião registaram-se 22 votos contra a impugnação, quatro a favor e cinco abstenções.

O Sindicato dos Bancários do Norte, que abrange todos os concelhos situados a Norte do distrito de Aveiro, tem cerca de 20 mil associados votantes, quatro mil dos quais são reformados.



A luta pelas 40 horas marca muitas das manifestações de trabalhadores

40 horas CGTP alerta contra falsas expectativas

É preciso não criar falsas expectativas quanto à transposição pelo governo da directiva comunitária sobre organização do tempo de trabalho - alerta a CGTP-IN, em comunicado de imprensa.

A CGTP assume assim uma posição de prudência face ao anúncio de que o Conselho de Ministros aprovou a proposta de lei relativa à transposição dessa directiva comunitária, relacionada com a lei das 40 horas.

Já “em momentos anteriores se criaram expectativas de resolução dos problemas ligados à aplicação da lei das 40 horas em função de afirmações públicas ou textos do Governo que, posteriormente, não se confirmaram” sublinha a CGTP, que lembra ainda “que a proposta de lei aprovada pelo Conselho de Ministros terá de ser sujeita a discussão pública, por parte dos trabalhadores e das suas organizações sindicais, após dar entrada na Assembleia da República”.

A concluir, a central sindical alerta os trabalhadores para a necessidade de não dar por adquirido “o sentido das notícias divulgadas e de continuarem a bater-se pelo cumprimento do limite máximo das 40 horas dos períodos normais de trabalho nas empresas em que ainda não foi aplicada correctamente aquela redução de horários”.

Sindicato acusa armadores de romperem negociações



Armadores afrontam a lei não pagando o subsídio de Natal

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte acusou os armadores da pesca do cerco de romperem as negociações para o contrato colectivo de trabalho e de não pagarem o subsídio de Natal.

“Os armadores, de forma arrogante e impune decidiram afrontar a lei não pagando o subsídio de Natal, afirmando publicamente estudar o seu pagamento em 1997”, referiu, em conferência de imprensa, António Macedo.

Segundo o dirigente sindical, “os armadores recusam reconhecer que os trabalhadores do sector são iguais aos outros trabalhadores e tudo têm feito para impedir a aplicação das leis que lhes conferem direitos, assim como tentam empatar a negociação para o CCT”.

O sindicato acusa os armadores de recusarem a negociação de um CCT (contrato colectivo de trabalho) com o argumento de “falta de tempo para analisarem e responderem às propostas que o sindicato lhes propõe e enviou há muito tempo, algumas das quais há mais de um ano”.

António Macedo considerou que “o Governo deve obrigar ao cumprimento das promessas feitas, fazendo depender do cumprimento da lei a atribuição dos muitos e chorudos subsídios”, sublinhando que o sindicato vai pedir a intervenção da Inspeção Geral do Trabalho e recorrer aos tribunais para fazer cumprir as leis que consagram aos pescadores o direito ao subsídio de Natal.

“O plano de actividades do sindicato para 1998 terá obrigatoriamente que ser dirigido no sentido de exigir o respeito e cumprimento dos direitos dos pescadores e trabalhadores da pesca, bem como o melhoramento das condições de vida, trabalho e remuneração”, adiantou António Macedo, acrescentando que “o objectivo é pôr fim a grandes injustiças e discriminações, dando lugar a uma justa e digna repartição dos lucros, directos ou indirectos”.

Guardas florestais Acordo sobre regime de trabalho

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e o Ministério da Agricultura chegaram a acordo quanto ao novo regime de trabalho dos guardas florestais, que inclui a possibilidade de aposentação aos 60 anos. Este acordo culmina um processo de luta que levou os guardas florestais a cumprirem três dias de greve durante o ano em curso.

Segundo nota da Federação, o projecto de diploma - que deverá ser publicado em finais de

Janeiro - consagra o novo regime de trabalho dos guardas florestais, nomeadamente a revalorização da carreira profissional e a possibilidade de aposentação aos 60 anos, com uma bonificação de 20 por cento no tempo de serviço prestado à carreira.

No comunicado, a Federação saúda todos os guardas que, ao longo do ano, participaram “empenhadamente em importantes acções de luta de valorização do seu estatuto profissional”.



Após um processo de luta, guardas florestais vêem satisfeitas importantes reivindicações

Solidariedade e juventude

No início de um novo ano, é importante valorizar - não apenas os grandes acontecimentos, que ressaltam no determinar das realidades - mas igualmente as acções locais, de bem diversa envergadura, mas que poderão representar trabalho de fundo, linhas de força no delinear de futuros possíveis.

Aqui nos cingimos a duas iniciativas, dois factos, de entre os muitos possíveis, que testemunham, quer da oportunidade de uma análise da realidade social e o apontar de respostas adequadas, quer de acções que é possível promover, em conjunto com as populações e/ou com diversos grupos sociais.

Funchal Cidade Solidária

Esta é a época do ano, por excelência, em que a realidade da Madeira surge ofuscada pelo esplendor das luzes das tradicionais festas da passagem do ano. Na sombra fica um quotidiano difícil, marcado pela exclusão social, recentemente escarpado no Fórum Social Funchal, Cidade Solidária, promovido pela CDU, que paralelamente avançou com propostas bem concretas para uma mudança viável.

"Os problemas da exclusão

social fazem com que, para tantas pessoas, "pior que ser explorado, é já não ser explorável" (Viviane Forrester, «O Horror Económico»). É o que acontece com os desempregados, os idosos, as pessoas com deficiência, as vítimas do analfabetismo", começa por referir o documento aprovado no Fórum.

Uma realidade intrínseca "ao actual sistema de relações sociais", que tem causas estruturais "que sustentam certas opções de desenvolvimento", sobre as quais "importa intervir decididamente".

Não defendendo que "se deva converter à esfera do social a tarefa de compor os estragos produzidos na esfera económica", o Fórum considera, entretanto, que "a criação de estruturas e projectos sociais, pensar formas locais de intervenção social que favoreçam uma adequada inclusão social, constitui um dos deveres das autarquias" que, simultaneamente, "devem aprofundar o papel dinâmico de advogados das populações".

É neste quadro que a CDU avança todo um extenso projecto, com "prioridade absoluta às questões sociais", a definição de "uma política global de intervenção social".

Em causa está um vasto leque de propostas concretas: criação de um Departamento de Política Social e uma Comissão Municipal para as questões educativas e a integração social; criação do pelouro de Intervenção Social; elaboração de uma Carta Social da Cidade, com caracterização dos problemas e zonas de urgência social; criação do Conselho Municipal para os Idosos e do Conselho Municipal para as Pessoas com Deficiência; criação do Provedor da Criança; apoio à Comissão de Protecção de Menores; criação de uma Rede Social de Apoio ao Idoso, "capaz de promover iniciativas de animação social e cultural nas periferias da cidade"; projecto de prevenção da toxic dependência; organização de um espaço de acolhimento para os sem-abrigo; uma outra política de habitação e de realojamento social; promoção de programas socio-educativos e de apoio escolar; projectos de animação social e cultural, também como forma de prevenção da delinquência secundária; criação de bibliotecas, com "horários adequados aos tempos livres da população".

Câmara de Lisboa reúne com juventude

O Conselho Municipal de Juventude - órgão de auscultação, informação e consulta junto da Câmara Municipal de Lisboa - realizou a sua 6ª reunião em Novembro passado. Uma estrutura ligada ao Pelouro da Juventude e que tem como objectivos: debater a política municipal, informar dos problemas dos jovens e debater temas que se prendam com a situação da juventude, articular iniciativas e promover a cooperação com as Associações Juvenis.

Este último encontro foi organizado conjuntamente com o Centro de Jovens Surdos, a Associação "Os Pioneiros de Portugal" e o Núcleo de Estudantes Africanos da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia e Gestão, desdobrando-se os debates por quatro painéis:

- * As Organizações de Juventude e o Poder Local;
- * Sexualidade e os Jovens;
- * Dependências - Alcoolismo, Tabagismo;
- * Os jovens - direitos e deveres.

A criação de habitação para jovens e de residências universitárias, o apoio a projectos das associações, acções de solidariedade com outros povos e a realização da Semana da Juventude, foram algumas das questões abordadas pelo vereador do Pelouro da Juventude, António Abreu, no primeiro painel, em que, da parte dos jovens presentes, se sublinhou, em particular, o problema da habitação e a necessidade de apoios para a formação de grupos e projectos, nomeadamente nas áreas cultural e social.

Assegurar os direitos sexuais e reprodutivos da população, a necessidade de uma cada vez maior informação nesta área, a aposta na prevenção e o muito que ainda há a fazer quanto à educação sexual nas escolas, surgiram com temas salientes no segundo painel.

Também no terceiro painel, as medidas educativas e preventivas foram consideradas essenciais, de par do encontrar novas alternativas, promoção de estilos de vida saudáveis. O papel das ONG e a necessidade de programas educativos continuados e estruturados é particularmente valorizado. De um estudo apresentado, fica o alerta - a idade de iniciação, quer no consumo de álcool quer de tabagismo, é de 11 anos e o consumo diário começa aos 14.

No quarto painel - os jovens, direitos e deveres - o debate andou em torno do papel e responsabilidade dos jovens e dos obstáculos à inserção no desenvolvimento nacional.



Universidade de Évora Lista unitária vence eleições

Os estudantes do ensino superior têm um pouco por todo o País e de várias formas vindo a protestar contra esta Lei do Financiamento do Ensino Superior Público, contra as propinas, por um ensino público gratuito e de qualidade. Também em Évora, em determinados momentos, e quando os estudantes estão esclarecidos ou minimamente informados do que desta e de outras leis advém, saem para a rua, manifestam-se, lutam pelos seus direitos, comprovando assim que a juventude de hoje, sabe o que quer e luta por isso.

Mas neste trabalho de informação, de circulação da mesma, do esclarecimento, uma associação de estudantes tem um papel fundamental.

Até hoje, na Universidade de Évora (UE), as associações de estudantes que por lá têm passado nestes últimos anos têm cometido graves erros no que toca à informação dos alunos sobre problemas que a todos dizem respeito.

Verdade seja dita! A AEUE actual apesar de publicamente ter uma posição contra as propinas, até ao dia 12 de Dezembro, nada tinha feito.

Dia 10 de Novembro de 1997, na UE houve eleições para os órgãos de gestão (Senado, Assembleia da Representantes e Conselho Pedagógico). Eleições para as quais concorreram várias listas, algumas bastante conotadas politicamente, de onde saiu vencedora a lista K - uma lista de unidade estudantil que elegeu para o Senado cinco representantes em dez, para a Assembleia de Representantes oito representantes em 15 e para o Conselho Pedagógico elegeu quatro representantes.

A lista K, que sempre se afirmou como sendo uma lista de estudantes para os estudantes, perante estes resultados ficou optimista e satisfeita pela confiança que os estudantes manifestaram às pessoas que integravam a lista e ao projecto.

Assim sendo, alguns elementos da lista K para os órgãos de gestão decidiram unir-se novamente, abranger e abrir ainda mais este projecto, que é um bom projecto e concorrer à AE.

Dar continuidade a um projecto em que já tinha sido demonstrada alguma confiança, e ambicionando pô-lo em prática para bem dos estudantes da UE foi, digamos o mote para a lista E - uma lista de esquerda que visa responder aos interesses e aspirações dos estudantes da UE e lutar pela defesa dos seus direitos!

Por outro lado, a lista D, fortemente apoiada pela JSD, com um grande empenho dos seus quadros, num projecto, que nada trazia de novo aos estudantes e, com o qual muitos estudantes não se identificavam.

E ainda neste quadro de apresentação de listas, surge ainda a lista A, que apenas concorria ao Conselho Fiscal e Mesa da RGA.

Seguida de uma batalha eleitoral, muito dura, em que todos deram o seu máximo e apesar de algumas dificuldades, dia 10 de Dezembro, a lista E é apresentada com 920 votos, a lista D com 670. Ou sejam, por uma diferença de 250 votos, a lista E ganha a Direcção da Associação de Estudantes, numa das mais disputadas eleições da UE dos últimos anos em que votaram na globalidade 1750 estudantes. Tendo que ir à segunda volta para o Conselho Fiscal e Mesa da RGA.

Dia 10 de Dezembro, a lista E vence as eleições e dia 11 cerca de 1000 estudantes saem às ruas de Évora na luta contra as propinas e pela qualidade de ensino, onde entregaram no Governo Civil um abaixo-assinado exigindo que a lei fosse revogada.

Dia 15 de Dezembro, a lista E vence as eleições para o Conselho Fiscal e Mesa da RGA, para a AE da UE.

Sem dúvida, um forte apoio a um projecto em que o objectivo principal é defender os direitos dos estudantes e lutar por eles.

Lutar por um ensino superior, mais justo, público, gratuito e de qualidade.

■ Florêncio Cacete

Repressão em Timor-Leste

Organizações da resistência timorense lançaram um apelo às autoridades portuguesas, à ONU, Cruz Vermelha Internacional e Amnistia Internacional, Asia Watch e outras organizações internacionais de direitos humanos, para que actuem junto das autoridades indonésias no sentido de pôr cobro à campanha de terror novamente lançada.

Alguns factos destes últimos dias testemunham de nova escalada repressiva.

A semana passada terá sido raptado, pela polícia secreta indonésia, o professor universitário timorense Lucas da Costa.

Lucas da Costa desapareceu quando saía de sua casa, em Surabaya, a segunda maior cidade na ilha indonésia de Java, e se dirigia para leccionar na faculdade de economia da universidade de Wujaya Kusuma.

O seu desaparecimento ocorreu dois dias após o rapto e espancamento de seis estudantes timorenses em Surabaya, posteriormente libertados.

Cervejeiras violam lei da concorrência

São crescentes os sinais de que as empresas cervejeiras Unicer e Centralcer actuam no mercado em clara violação da Lei da Concorrência. Abusando da sua posição dominante (as duas empresas detêm 99 por cento do mercado da cerveja), têm vindo, com efeito, a desenvolver uma política sistemática de eliminação dos distribuidores/concessionários de cerveja em condições que o deputado comunista Lino de Carvalho classifica de "total insensibilidade humana, de duvidosa transpa-

rência, de favorecimento de interesses de terceiros".

Partiu aliás de Lino de Carvalho a iniciativa de chamar a atenção para este assunto em requerimento dirigido ao Governo, no qual recorda que no período compreendido entre 1991 e 1997 cerca de 220 pequenos distribuidores de cerveja - muitos dos quais tinham sido anteriormente aliciados pelas empresas cervejeiras para fazerem vultuosos investimentos - foram despedidos e eliminados do mercado em circunstâncias que,

segundo relatos vindos a público, mais se assemelham a actos «gangsteristas».

Por si citados no texto do requerimento são, concretamente, os casos de violação de contratos de distribuição com a contratação para a mesma zona de outros distribuidores; os contratos de compra exclusiva directamente impostos pelas empresas cervejeiras a grandes clientes de distribuidores concessionados, retirando a estes a mais significativa parte do mercado e sem qualquer indemnização; os avi-

sos abruptos de revogação dos contratos de concessão a distribuidores com vultuosos investimentos feitos.

Neste contexto, interessa pois saber - e são estas as questões que o parlamentar comunista coloca no seu requerimento - quais as medidas que o Governo pensa adoptar para pôr termo a esta actuação abusiva, bem como as que pensa promover com vista a defender e apoiar as concessionárias de distribuição de cerveja que estão a ser vítimas desta actuação.

INTERNACIONAL

Pobreza
na Polónia

Quarenta por cento das famílias polacas vivem na pobreza, situação que afecta especialmente os agregados de desempregados e aqueles com um número elevado de membros. Segundo um estudo realizado pelo Centro de Análises da Opinião Pública, as receitas mensais médias por pessoa numa família correspondem a cerca de 23 contos, enquanto que nas famílias numerosas atingem apenas 11 contos.

Entretanto, o ministro das Finanças polaco continua a insistir na política seguida pelo Governo. «Na economia, o mais importante é acelerar as privatizações. No plano cambial e na esfera orçamental esperam-nos reformas, tal como nas áreas da segurança social e do ensino», afirmou recentemente Lezek Balcerowicz, que acrescenta que as finanças públicas e o mercado de trabalho também serão reestruturados.

Violação
dos Direitos
Humanos
em Marrocos

A Organização Marroquina dos Direitos Humanos, a Associação Marroquina dos DH e a Liga Marroquina para a Defesa dos DH vieram a público recentemente afirmar que a situação das liberdades individuais e políticas no país pioraram durante este ano. Desaparecimentos, detenções por razões políticas, torturas, proibições de manifestações pacíficas, fraudes eleitorais, maus tratos a presos, falta de independência da Justiça e intervenções violentas das forças policiais contra cidadãos constituem alguns exemplos apontados pelas organizações. A assinatura e a ratificação pelo Estado marroquino das convenções internacionais sobre os direitos básicos do Homem é apresentada como um passo essencial e urgente para a alteração da actual situação.

«Carlos»
condenado a
prisão perpétua

Ilich Ramirez Sanchez, o terrorista internacional conhecido em todo o mundo como «Carlos, o chacal», foi condenado a prisão perpétua pelo Tribunal Criminal de Paris na semana passada, considerado culpado pela morte de dois agentes dos serviços secretos franceses e de um libanês alegadamente membro da Frente Popular para a Libertação da Palestina em 1975. A advogada de defesa apresentou de imediato um recurso ao Supremo Tribunal. «Carlos» está implicado em mais quatro processos, acusado de estar envolvido em vários atentados que provocaram

Irlanda do Norte
Processo de paz
ameaçado por radicais

O assassinato do extremista protestante Billy Wright, no passado sábado, na prisão de Maze, na Irlanda do Norte, provocou uma onda de violência no país que ameaça pôr em causa o processo de paz e o recomeço das negociações agendadas para Janeiro.



Billy Wright

O Rei
dos Ratos

Billy Wright era conhecido pela alcunha de «King Rat» (Rei dos Ratos), o que não parecia incomodá-lo. Tinha a fama e o proveito de professar um ódio visceral aos «taigues» (católicos), regendo-se por um lema elementar: «se um protestante é morto, arrefece um taigue». Um lema levado à letra, já que Wright matou ou organizou o assassinato de membros do IRA, eleitos dos Sinn Fein, ou simples católicos anónimos, incluindo mulheres e crianças. O ódio de Billy Wright tinha raízes velhas de um quarto de século, quando vários elementos da sua família foram mortos na sequência de um atentado do IRA. Tendo escapado a vários atentados do IRA, Wright tornou-se igualmente incómodo para os seus correligionários da Força Voluntária do Ulster devido às suas actividades assassinas «não aprovadas». A direcção da UVF acabou mesmo por o intimidar, em 1996, a deixar a Irlanda do Norte sob pena de morte. Aparentemente, a sua prisão pela polícia, após ter assassinado um taxista católico, salvou-o dessa sentença.

Na prisão, Wright organizou a sua própria organização, a Força Voluntária Lealista, e transformou-se num herói para muitos jovens lealistas devido aos seus desafios a toda e qualquer autoridade. Mas nem só esses jovens o admiravam. Vale a pena lembrar que o «respeitável» dirigente do Partido Unionista, David Trimble, não se importou de desfilar a seu lado na famosa marcha provocatória de Drumcree, no ano passado, que degenerou em violentos confrontos com a comunidade católica.

Billy Wright, dirigente de uma milícia dissidente protestante criada em 1996, a Força dos Voluntários Lealistas (LVF), opositora do cessar-fogo em vigor desde Outubro de 1994, foi assassinado no sábado de manhã por três presos do Exército de Libertação Nacional Irlandês (INLA), a milícia católica que se opõe ao cessar-fogo do IRA, na prisão de alta segurança de Maze, nos arredores de Belfast.

A morte de Wright, que tinha um forte apoio popular na sua zona, Portadown, a sudoeste de Belfast, e em geral entre todos os protestantes opositores do processo de paz, deu origem de imediato a um atentado de retaliação. Na noite de sábado para domingo, os militantes

da LVF atacaram um hotel de Dungannon, frequentado por católicos, provocando um morto - um antigo prisioneiro republicano - e três feridos, dois dos quais em estado grave.

Os incidentes levaram o número dois do Partido Unionista do Ulster, maioritário na província de Portadown, Ken Maginis, a pedir imediatamente a demissão da ministra da Irlanda do Norte, Mo Mowlam, bem como do chefe dos serviços prisionais da Irlanda do Norte. «Enquanto tivermos um ministro que põe em causa a confiança da comunidade deixando-a pensar que cede à violência, estaremos em terríveis dificuldades», declarou. Maginis apelou igualmente à calma, «antes que a violência se torne incontrolável».

A ministra Mo Mowlam declarou no domingo em Belfast que a Irlanda do Norte vivia «horas perigosas e decisivas». «Trata-se da primeira

prova, entre muitas outras que nos esperam nos próximos meses», preveniu. «Será que alguém pensa que isto (os atentados) é um passo em frente para o povo da Irlanda?», interrogou a ministra, pedindo «a todos os que têm influência para agir de modo a pôr termo» à escalada de violência. Mowlam fez notar que «o processo de paz oferece à Irlanda do Norte a sua única possibilidade de estabilidade e de progresso económico para as novas gerações». «Talvez não tenhamos avançado tanto quanto queríamos nas conversações, mas creio que há à volta da mesa uma vontade de sucesso», acrescentou.

Também o dirigente do Partido Progressista Unionista do Ulster, David Ervine, próximo da principal milícia lealista, veio a público qualificar o assassinato de «um episódio estranho, que abre perspectivas perigosas».

Apelos à calma no Ulster chegaram igualmente da Casa Branca. De acordo com declarações do porta-voz da presidência, Michael McCurry, o presidente Bill Clinton considera que o assassinato de Billy Wright «não tem qualquer sentido, num momento em que o povo da Irlanda do Norte tem reais razões para crer nas perspectivas de paz e de prosperidade no novo ano». Segundo a declaração, divulgada pela Lusa, Clinton pede aos líderes, aos partidos políticos e ao povo da Irlanda do Norte para que «não se esqueçam de que o objectivo primordial é a obtenção de um processo de paz duradouro» e não se envolvam em actos de violência.

Para a Casa Branca, «um diálogo não violento e a negociação são os únicos meios de apoiar as forças democráticas e de justiça na busca de uma solução duradoura» para o conflito na Irlanda do Norte.

Médio Oriente

Arafat e Netanyahu
juntos em Washington

O presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, e o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, vão encontrar-se em Washington, em Janeiro, numa nova tentativa para relançar o processo de paz bloqueado há cerca de nove meses. O anúncio foi feito pelo responsável palestiniano pelas negociações, Saeb Erakat, segundo o qual os dois dirigentes se deverão encontrar na presença da secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright.

Arafat e Netanyahu têm ainda agendados encontros separados com Bill Clinton.

«Quando do encontro de Arafat com a secretária de Estado americana Madeleine Albright, decidiu-se que o mediador americano para o Médio Oriente, Dennis Ross, voltará à região, que o presidente Clinton receberá Arafat e Netanyahu separadamente, e que haverá em seguida uma cimeira tripartida entre Netanyahu, Arafat e Albright», declarou Erakat.

Dennis Ross deve chegar ao Médio Oriente a 5 de Janeiro, para tentar elaborar um acordo de segurança entre palestinianos e israelitas, assim como um acordo sobre o redescapamento militar israelita na Cisjordânia e o lançamento das negociações sobre o estatuto final dos territórios palestinianos.

Por seu lado, Arafat deve apresentar em Washington a sua proposta sobre o envio de uma força internacional de manutenção de paz na Cisjordânia, para além de uma lista das cláusulas ainda por cumprir nos acordos de paz até agora assinados com Israel, bem como as manobras e atitudes que considera pouco construtivas por parte de Netanyahu para impedir o avanço do processo de paz.

Entre as cláusulas não cumpridas por Israel contam-se as relativas ao corredor terrestre entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, a abertura do aeroporto palestiniano em Gaza e a retirada das tropas israelitas das zonas rurais da Cisjordânia.

De acordo com David Bar-Ilan, conselheiro do primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, Israel «não aceita sequer discutir a proposta» de Arafat.

Netanyahu declarou já que um tratado de paz permanente com os palestinianos deveria deixar a Israel o controlo de largas «zonas de

segurança» no vale do Jordão e ao longo da «linha verde» que separa a Cisjordânia de Israel.

A questão da presença israelita na Cisjordânia está longe de ser pacífica, mesmo entre os israelitas. Ainda na sexta-feira passada, o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, David Lévy, ameaçou demitir-se se o Governo não proceder a uma retirada militar na Cisjordânia e se não mudar o seu projecto de Orçamento.

«Não tenho nada a fazer num governo que não respeite os seus compromissos em relação ao processo de paz e à justiça social», afirmou Lévy, sublinhando que a retirada militar israelita das zonas rurais na Cisjordânia, já com vários meses de atraso, deve incidir



O sempre adiado processo de paz no Médio Oriente semeia o desespero e a revolta entre os palestinianos

numa percentagem de dois dígitos: «pode ser 10 a 11 por cento», disse.

«Se o Governo recusar, será uma aposta perigosa para a paz e estou pronto a pagar o preço disso pessoalmente», prosseguiu o chefe da diplomacia.

Entretanto, a Síria apelou à comunidade internacional a pressionar o chefe do governo israelita para alterar a sua «perigosa política» no processo de paz, tarefa para a qual «podem contribuir os Estados Unidos».

INTERNACIONAL

México

Sangue em Chiapas

Quarenta e cinco mortos e 17 feridos: estes são os números do balanço do último massacre que a população de Chiapas sofreu. Um novo passo dado pelos grupos paramilitares - sempre apoiados e suportados pelo partido do governo - no caminho da chacina e da violação dos direitos indígenas. Uma aposta na escalada da violência através do terror e da morte, já condenada um pouco por todo o mundo.

Ao meio-dia do passado dia 22, um grupo de 60 homens armados com espingardas entrou na povoação de Acteal, no município de San Pedro de Chenalhó, Chiapas, e iniciou um violento massacre de 4 horas que provocou a morte de nove homens, 21 mulheres e 15 crianças, uma delas com menos de um ano de idade. Foram feridos três homens, seis mulheres e oito crianças.

Os paramilitares executaram os feridos que encontraram e abriram o ventre das mulheres grávidas mortas com machetes.

Todas as vítimas eram índios tzotziles civis. Nenhum deles estava armado. Alguns eram zapatistas, outros pertenciam à organização independente «Las Abejas de Chenalhó». Muitos foram mortos com armas brancas.

As autoridades policiais não entrevistaram durante o massacre, apesar de alguns dos seus elementos estarem a apenas 200 metros do local dos acontecimentos. Terminado o ataque, os agentes da polícia recolheram os cadáveres e amontoaram-nos dentro de uma cova no fundo de um barranco.

Este facto, apesar de revoltante, não é surpreendente visto que os responsáveis pela Polícia de Segu-

e de particulares. Segundo os zapatistas, o armamento, os uniformes e o equipamento usado pelos agressores foram obtidos com dinheiro proveniente do governo federal, concretamente da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Assassinos e assassinados

A primeira reacção das autoridades foi negar a matança. Mais tarde tentaram minimizá-la e agora procuram confundir a opinião pública sobre o móbil do crime. Ao contrário do que o governo de Ernesto Zedillo pretende fazer acreditar, não se trata de um conflito étnico ou religioso, pois tanto assassinos como assassinados são indígenas tzotziles que professam a religião católica.

Não se tratou sequer de um confronto: os mortos estavam desarmados, enquanto os atacantes tinham armas de alto calibre. Não houve conflito armado, tratou-se simplesmente de uma execução.

«Aqueles que estão dispostos a enfrentar as comunidades zapatistas e as aldeias neutrais podem



As autoridades policiais não entrevistaram durante o massacre dos civis, apesar de estarem a apenas 200 metros

gia de Zedillo é aniquilar a base social da organização

Para o EZLN é evidente que os autores do massacre foram treinados militarmente. O ataque incluiu as fases de aproximação, contacto,

ataque, exploração do êxito e extermínio total do adversário. «As suas armas, equipamentos e uniformes são como os de uma organização militarizada e revelam que se tratou de uma acção

concertada, preparada e dirigida por pessoas ou instâncias que não participaram directamente nos acontecimentos.»

Além disso, o ritual de abrir o ventre às mulheres grávidas mortas e exibir o feto faz parte dos hábitos dos militares guatemaltecos, os chamados «kaibiles», que em 1994 ofereceram aos mexicanos «assessoria e preparação» em luta contrainsurgente.

A preparação do massacre

Em Acteal vivem alguns dos milhares de deslocados de outras comunidades indígenas de Chanaalhó, refugiados das agressões dos grupos paramilitares que assaltam as aldeias que não apoiam o PRI.

As vítimas do ataque não foram escolhidas ao acaso. Simbolizam a oposição ao domínio governamental. Os zapatistas interpretam este acontecimento como o envio de uma mensagem que diz «ninguém que seja independente do governo viverá».

O massacre foi preparado na véspera, mas a imprensa mexicana vinha há vários meses a difundir informações que hoje fazem parte dos antecedentes da chacina. Um canal privado de televisão emitiu inclusivamente um programa sobre as condições de perseguição em que vivem os indígenas de Chenalhó.

A acção foi planeada na noite anterior com elementos de grupos paramilitares de várias comunidades do município, conforme foi testemunhado por Juan Luna Vázquez, um dos sobreviventes, citado pelo jornal «La Jornada».

«No dia 21 de Dezembro, às 10 da noite, 11 pessoas do PRI de Los Chorros chegaram a Quexic para presidir a uma reunião em que participaram militantes do PRI de La Esperanza e de Acteal Alto. Ali planearam o ataque a Acteal-segunda secção, onde se encontrava o acampamento de um grupo de deslocados chamado «Los Naranjos», onde estávamos a juntar alimentos e medicamentos. Tudo isso eles levaram».

Uma das medidas imediatas do governo foi o envio de milhares de soldados para Chiapas. Contudo, esta decisão tem apenas como objectivo aumentar o domínio das forças policiais e não defender as populações de futuros ataques.

Por um lado, Ernesto Zedillo financia e equipa os paramilitares e, por outro, refere a possibilidade de um acordo com os zapatistas, retardando uma solução pacífica definitiva.

«Quem está a assassinar crianças, mulheres e homens é o governo, quem está a fazer uso das armas é o governo, quem se nega a um diálogo sério é o governo», lê-se num comunicado do EZLN. Os números do massacre talvez sejam esquecidos, mas o sofrimento, a injustiça e a dor não desaparecerão facilmente do coração e da memória dos mexicanos.

Quatro anos de violência

- 1 de Janeiro de 1994: levantamento zapatista em Chiapas.
- Fevereiro de 1995: operação político-militar para tentar capturar os dirigentes zapatistas.
- Fevereiro de 1996: assinatura de um acordo entre os zapatistas e o governo mexicano sobre a cultura e os direitos dos índios.
- Setembro de 1996: ruptura do diálogo devido à recusa do governo em submeter ao Parlamento o texto do acordo.
- 1996-1997: desenvolvimento da actividade dos grupos paramilitares. A zona norte (Tila, Sabaniilla, Tumbala, Salto de Agua) é agora controlada pelo grupo «Paz e Justiça». Balanço: centenas de mortos, milhares de deslocados. Em Altos, trégua estabelecida com os «Chinchulines», que semeiam o terror em Chilon, Yajalon, Bachajon.
- Julho de 1997: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) apela à abstenção em Chiapas.
- 12 de Setembro de 1997: 1111 índios representantes das comunidades de Chiapas chegam ao México.
- 17 de Setembro de 1997: 60 famílias, base de apoio dos zapatistas, fogem de Chorros, em Chenalhó, devido às ameaças do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e do Partido cardenista, que incendiaram 17 casas.
- 4 de Outubro: os paramilitares atacam Chorros. 52 famílias fogem. As suas casas são queimadas.
- 15 de Outubro: 475 pessoas fogem de Tzanembolom: as suas casas e terras são saqueadas.
- 23 de Outubro - 10 de Novembro: confrontos em La Laminas, Majomut, Chimix, Kanolal, e Ybeljoj.
- A partir de 17 de Novembro: generalização dos confrontos e fuga em massa dos simpatizantes do Partido da Revolução Democrática (PRD) e dos zapatistas.
- 2 de Dezembro: os deslocados ascendem a 2000.
- 11 de Dezembro: primeira reunião de diálogo entre o PRI, o concelho autónomo de Polho (PRD) e as Abejas (sociedade civil). A segunda reunião tem lugar no dia 16.
- 17 de Dezembro: fracasso da missão de verificação dos acordos.
- 18 de Dezembro: agravamento do conflito. Os deslocados são mais de 4000, dispersos em diversos pontos do concelho de Chenalhó.
- 22 de Dezembro: 45 pessoas, na sua maioria mulheres e crianças, são massacradas em Acteal, concelho de Chenalhó.

a morte a 14 pessoas. Em França, a prisão perpétua é de um máximo de trinta anos.

Galinhas de Hong Kong abatidas

O Governo de Hong Kong decidiu, no domingo, mandar abater todas as galinhas do território de forma a pôr fim à «gripe das aves». Entre 1,2 e 1,3 milhões de aves serão mortas. Com esta medida as autoridades procuram que o número de vítimas mortais da doença não aumente. Até ao momento, pelo menos três pessoas morreram e 11 estão infectadas.

Nova epidemia no Quénia

Mais de 150 pessoas morreram no Leste do Quénia desde a semana passada, vítimas de uma doença não identificada caracterizada por vômitos, diarreias e hemorragias incontroláveis. O seu vírus é transmitido por um mosquito. «Não estamos longe da catástrofe», afirmou Maurice Makhanu, um comissário provincial, citado pela Lusa. «Se esta doença se propagar às outras partes do distrito, todo o mundo vai sofrer. Temos necessidade urgente de material médico e profissionais para tratar esta doença», acrescentou.

Milhares em Bilbao pelo Herri Batasuna

Milhares de pessoas percorreram as ruas de Bilbao no sábado, numa manifestação contra a condenação a sete anos de prisão dos 23 dirigentes do Herri Batasuna que compõem a sua Mesa Nacional. «Democracia agora, precisamos da paz»: eram estes os apelos que se podiam ler nos cartazes que os manifestantes empunhavam. No fim da iniciativa, Arnaldo Otegi, um dos porta-vozes da organização regional do HB, defendeu a continuação do trabalho político pela independência do País Basco.

Acordo de paz na Somália

No passado dia 22 as diversas facções somalis assinaram um acordo de paz no Cairo, pondo fim a seis anos de guerra civil. O Conselho Nacional de Salvação, que junta 26 grupos nomeadamente o de Ali Mahadi Mohamed, e o Congresso Somali Unificado/Aliança Nacional Somali, liderado por Hussein Mohamed Aidid, acordaram em unificar as facções numa frente nacional, partilhar o poder entre elas e formar um governo de transição. Em Janeiro de 1998 realiza-se uma Conferência de Reconciliação Nacional em Baidoa.

Paramilitares no município de Chenalhó

Comunidade	Número de elementos
Colónia Los Chorros	69
Tzajalukum	15
Pechekil	15
Tzanembolom	18
Esperanza	18
Chimix	20
Bajobeltik	15
Canolal	18
Puebla	70
Total	255

rança Pública e pelos paramilitares são basicamente os mesmos: os dirigentes do Partido Revolucionário Institucional (PRI), no poder. Isso é de tal forma evidente que o alcaide de Chanaalhó, Jacinto Arias Cruz, e 23 dos seus seguidores foram oficialmente processados pela sua participação directa na chacina.

Para o o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), os detidos não passam de «peças menores da complicada e sangrenta máquina de guerra contra os povos índios do México. E a eliminação de peças menores não afecta o funcionamento da maquinaria».

O comando paramilitar utilizou veículos da presidência municipal

obter dinheiro com a condição de cumprirem com a chamada «preparação básica» e estarem à absoluta disposição das chamadas dos «encarregados». Não se trata só de comprar lealdade, é um verdadeiro recrutamento, uma leva para fazer a guerra governamental contra os indígenas... com indígenas», afirma o EZLN.

«Para nós é claro que o propósito do governo é fazer-nos mudar de inimigos e obrigar-nos a enfrentar outros indígenas. Por isso, cada vez que fomos agredidos não respondemos de forma violenta, mas recorremos à Comissão Nacional de Intermediação e à imprensa nacional e internacional», acrescenta. Os zapatistas consideram que a nova estraté-

Texto Domingos Mealha
Fotos Sérgio Morais

Dois anos depois do acordo na Administração Pública

O Governo já mostra arrogância e nervosismo

Em 1996 o Governo PS preocupava-se em prolongar o «estado de graça» que lhe dera a vitória nas eleições legislativas e, por esse motivo, terá ido mais longe do que desejava no acordo que firmou com os sindicatos. Agora, face ao descontentamento dos trabalhadores que vêm frustradas as suas expectativas e que não vêem cumpridas as promessas, os governantes mostram algum nervosismo, que esteve patente nas reacções à greve de 28 de Novembro. Nas reuniões realizadas depois de 14 de Dezembro, os representantes do Executivo assumiram uma postura já de arrogância. São estes os traços que, segundo Paulo Trindade, caracterizam a evolução das negociações com o Governo entre as legislativas da paixão e as autárquicas da moeda única. Nesta entrevista ao «Avante!» o porta-voz da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública adverte para as ilusões de leituras apressadas e considera que Janeiro será determinante para a melhoria das condições de trabalho.

Entrevista com Paulo Trindade, porta-voz da Frente Comum de Sindicatos

Dois anos depois, podemos fazer a leitura de que, naquele acordo, o Governo talvez tenha ido mais longe do que desejava. E foi mais longe, não com intenção de resolver problemas, mas para tentar prolongar o «estado de graça» em que iniciou a legislatura. Hoje já não se nota por parte do Governo o mesmo espírito dialogante. Começam-se a notar traços de arrogância e até de um grande nervosismo face ao crescendo da luta dos trabalhadores, como ficou evidenciado nas declarações, quer do Primeiro-Ministro, quer do secretário de Estado da Administração Pública, quando da greve de 28 de Novembro. Num balanço ainda provisório, é evidente que as questões centrais contidas no acordo de 1996 continuam por resolver. Está por concretizar a integração dos trabalhadores precários nos quadros de pessoal e, ao mesmo tempo, o Governo, ao arripio da legislação, continua a admitir novos trabalhadores com vínculo precário, que já não serão abrangidos por aquele processo. Calculamos que já haja neste

pacote, para discussão e negociação em simultâneo, a revisão salarial e a reestruturação das carreiras. Isto foi por nós firmemente denunciado, por entendermos que não é legítimo que as carreiras viessem servir outra vez, como em 1996, para deixar passar salários baixos sob o ramallete de uma proposta de reestruturação de carreiras que não passa de uma operação de cosmética. Exigimos e conseguimos que se mantivesse a separação dos dois processos negociais. O mês de Janeiro vai ser determinante para o desfecho de um e de outro, que será tanto mais favorável aos trabalhadores consoante as lutas que desenvolvam para forçar o Governo a ir mais além do que aquilo a que se tem disposto. Nestes dois anos foram obtidos alguns resultados positivos? Negociou-se, efectivamente, neste período, uma série de legislação importante sobre, por exemplo, o regime de férias, faltas e licenças, o recrutamento e a selecção, as ajudas de custo, os horários de trabalho... Acontece é que nada dessa legislação está publicado, até hoje. E há alguns diplomas que já foram negociados com o Governo há mais de sete meses! É incompreensível que o Governo não publique aquilo que negociou com os sindicatos. Esta é uma atitude que nos pode levar a supor que o Governo pretenderá gerir o momento da publicação dos diplomas segundo eventuais timings eleitorais. Das célebres 13 mesas negociais, só duas não estão encerradas, mas não há um diploma publicado. Ainda se pode esperar que as matérias do acordo tenham concretização a mais breve prazo do que o pretendido pelo Governo segundo tais timings? Não está tudo na mão do Governo e a luta dos trabalhadores vai ser determinante. Nomeadamente, quanto à legislação já negociada, consideramos um escândalo que não venha a ser publicada; quanto à matéria das



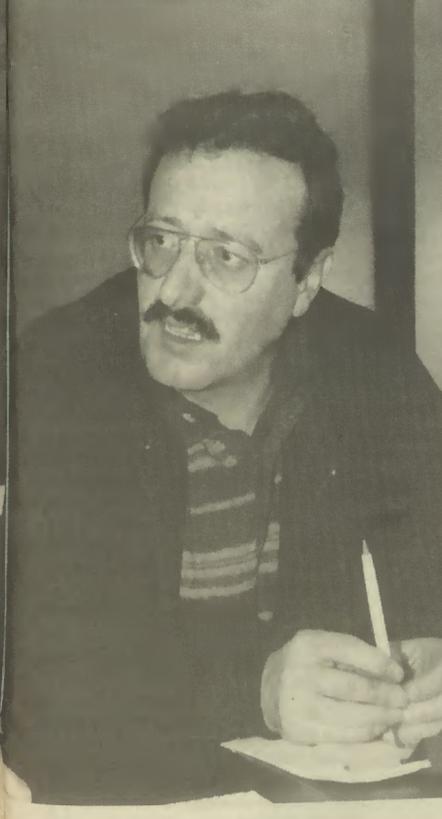
“Das célebres 13 mesas negociais, só duas não estão encerradas, mas não há um diploma publicado.”



A Frente Comum congrega 31 estruturas sindicais, que representam, no total, mais de 80 por cento dos trabalhadores sindicalizados nos diferentes sectores da Administração Pública. Os seus representantes têm agenda para o início de Janeiro, logo após a ronda de negociações que o Governo marcou para dia 6 e que se destina a discutir a reestruturação de carreiras. «Avante!»: No final de 1995, depois das eleições legislativas, decorriam negociações entre os sindicatos e o Governo, que culminaram com a assinatura de um acordo, em meados de Janeiro de 1996, contemplando importantes matérias para o funcionamento dos serviços e as condições de trabalho. Ao fim de dois anos, e depois de novo acto eleitoral, quais são as diferenças mais notadas? Paulo Trindade: No primeiro processo negocial que tivemos com o actual Governo do Partido Socialista, imediatamente a seguir às eleições legislativas, foi possível chegar a um acordo, ao qual demos o benefício da dúvida, por contemplar matérias extremamente importantes para os trabalhadores, como o emprego precário, a reestruturação de carreiras e a revogação da Lei dos Disponíveis.

momento mais cerca de 7 mil novos trabalhadores precários na Administração Pública. Por outro lado, só há uns oito dias é que o Governo nos entregou uma proposta sobre a reestruturação de carreiras, uma matéria que foi determinante para o acordo de 1996. E a proposta do Governo defrauda todas as expectativas dos trabalhadores e dos sindicatos, porquanto não ultrapassa os problemas da estagnação profissional, não revaloriza as carreiras e não corrige as injustiças do Novo Sistema Retributivo. Em resumo, é uma proposta que não cumpre os princípios que constavam do acordo. Manobra falhada Num outro aspecto, que é a actualização salarial para 1998, assistimos na reunião do dia 19 de Dezembro a uma manobra que o Governo tentou e para a qual, a concretizar-se, a cobertura de qualquer organização sindical representaria uma verdadeira traição aos trabalhadores: juntar num só

carreiras, está em aberto, mas não estamos dispostos a aceitar a operação de cosmética que nos foi apresentada. Descontentamento à vista Houve apenas uma reunião com o Governo sobre as carreiras, mas apercebemo-nos de que o Executivo sentiu já o grande descontentamento dos trabalhadores e confiamos que será forçado a alterar esta proposta. Há ainda a batalha dos salários, em que este Governo tem prosseguido a política do anterior, continuando a sacrificar a remuneração dos trabalhadores em nome da corrida para a moeda única. Nisto é igualzinho ao Governo anterior, não dando nomeadamente resposta a uma questão que, para nós, é essencial e mais importante que qualquer valor percentual de actualização: a eliminação da diferença entre o índice 100 e o salário mínimo nacional.



“Calculamos que haja mais cerca de 7 mil novos trabalhadores precários na Administração Pública.”

Penso que sim. Neste campo, a Frente Comum mantém as suas reivindicações? Vamos manter as nossas reivindicações e vamos insistir, com particular ênfase, em que, mesmo de forma faseada, deve ser eliminada a diferença entre o índice 100 e o salário mínimo nacional. Mais do que as décimas na actualização salarial - cada décima vale 54 escudos por mês, no índice 100, ou seja, menos de dois escudos por dia -, os trabalhadores querem ver este problema resolvido, para não se sentirem como cidadãos de segunda, de um sector que tem como referencial um valor abaixo do salário mínimo nacional. Nós admitimos uma superação faseada desta diferença, mas da parte do Governo há uma postura totalmente fechada à discussão deste problema com os sindicatos. A nossa proposta de 6,5 por cento foi elaborada com base em estudos económicos anteriores à divulgação dos números do Governo no OE, mas tem perfeito cabimento no quadro económico reflectido no Orçamento. Com uma economia a crescer 3,5 por cento, como o Gover-

“Cada décima vale 54 escudos por mês, no índice 100, ou seja, menos de dois escudos por dia.”



Qual a importância dos salários da Administração Pública para a moeda única? O Governo, para cumprir os critérios que determinam quem entra no clube da moeda única, está a querer poupar naquilo que tem mais à mão, que são as despesas correntes do Orçamento do Estado. E aqui, de facto, os salários têm um peso determinante. Mas esta política salarial do Governo para a Administração Pública tem ainda outro objectivo, que não é menos importante que a moeda única: a actualização dos salários no Estado é usada como bitola para todo o patronato na restante contratação colectiva. Há aqui uma nítida intenção política de que o crescimento da economia seja feito à custa dos salários dos trabalhadores, não apenas da Administração Pública, mas de todos os demais sectores. Sempre que se começa a falar em actualizações salariais na Administração Pública, a CIP, a CAP e a CCP tomam posições a tentar condicionar o Governo para impor baixos salários. É possível um resultado das negociações salariais mais favorável aos trabalhadores, considerando a experiência dos anos anteriores e a presente postura do Governo?

Modernização?

«Avante!»: Nas negociações com os sindicatos, o Governo tem avançado algumas propostas sobre o modo de funcionamento da Administração Pública? Paulo Trindade: Não tem avançado com propostas sérias. Mas até nem tem propriamente que negociar a modernização da Administração Pública. Deve, isso sim, ouvir os sindicatos - e temos as nossas opiniões sobre a matéria. Só que não temos visto, da parte do Governo, medidas de fundo que melhorem a Administração Pública e a ponham a responder de forma mais eficaz àquilo que os cidadãos esperam dela. As medidas que temos visto anunciar ou são de mera propaganda, ou têm efeito muito reduzido. É o caso do Livro Amarelo para as reclamações: não contestamos a decisão, mas não é o facto de reclamarem que vai resolver os problemas, muitos dos quais estão bem identificados. Houve medidas que chegaram a ser anunciadas pelo Governo, mas que eram de tal maneira demagógicas e irrealistas que foram abandonadas, como a semana dos quatro dias de trabalho à custa da redução dos salários em 20 por cento. Não passa por medidas deste género a modernização da Administração Pública, mas não conhecemos outras, de fundo, que são inadiáveis em áreas onde, até por falta de meios humanos, as pessoas não têm a resposta que justamente esperam. Aparecem, sim, medidas que, não resolvendo problemas da Administração Pública, apontam para um caminho de privatização de serviços públicos: o novo Estatuto Jurídico dos Hospitais e processos de privatização a avançar na Direcção-Geral da Aviação Civil, na Junta Autónoma de Estradas, entre outras áreas. As medidas de privatização - tal como o patamar intermédio que é a criação dos institutos públicos - são acompanhadas de tentativas de alterar o estatuto dos trabalhadores, desregulamentando as suas condições de trabalho, através de passagem para contratos individuais, e instituindo remunerações fora da tabela da Função Pública e que, para o grosso dos trabalhadores, não são mais elevadas (no INE, por exemplo, são mesmo inferiores). Claro que, para alguns amigos de chefias ou de titulares de cargos ministeriais, há ordenados chorudos, que já hoje se praticam na Administração Pública ilegalmente e que, por estas vias, o Governo está a querer legalizar.



no aponta; com um deflactor do PIB na ordem dos 2,75 por cento; com uma taxa de inflação prevista da ordem dos 2 por cento; nunca poderia haver no País aumentos inferiores a 5,5 por cento, para que o factor trabalho não perca ainda mais peso na distribuição do rendimento nacional. Acrescentámos mais um por cento, o que nem é pedir muito, como factor de aproximação dos salários à média europeia. O Governo modificou de alguma forma o seu comportamento na negociação com os sindicatos depois das eleições autárquicas? Logo na primeira reunião, a 16 de Dezembro, o Governo apareceu perante os sindicatos com uma postura arrogante. Pensamos que isso se deve, se calhar, a uma leitura muito apressada dos resultados das autárquicas e a uma má digestão do forte descontentamento dos trabalhadores nos últimos dois meses, nomeadamente. A intensificação da luta dos trabalhadores, e já no mês de Janeiro, é essencial para conseguir melhorar as condições de trabalho em 1998. Como analisas o facto de outras estruturas que não integram a Frente Comum acabarem muitas vezes por tomar posições públicas próximas das vossas?

Os três objectivos centrais de acção reivindicativa na Administração Pública - emprego estável e com direitos, reestruturação de carreiras e eliminação da diferença entre o índice 100 e o salário mínimo nacional - colhem o apoio de todos os trabalhadores, independentemente dos sindicatos onde estão filiados e independentemente de estarem ou não filiados em sindicatos. Por outro lado, a adesão a estas reivindicações - que tem sido evidente nas acções de luta desenvolvidas - condiciona o campo de manobra de organizações que têm uma representatividade muito pequena mas que estarão sempre com vontade de fazer o frete ao Governo. Mas o Governo tem colocado a fasquia tão baixa, que um apoio dessas organizações corria o risco de ser fortemente penalizado pelos trabalhadores seus associados. E, no caso da tentativa de tratamento simultâneo das carreiras e dos salários, foi determinante o facto de os sindicatos da Frente Comum terem denunciado a manobra e a afirmação do Governo de que haveria organizações sindicais dispostas a acolher tal intenção.

Espelho mágico...

Natal e história das crianças

■ Luísa Araújo

Membro da Comissão
Política

ANTIGAMENTE punha-se o “sapatinho” na chaminé. Hoje, como o exaustor não tem espaço, é usual colocarem-se os presentes no chão, junto à árvore de Natal. Entre eles estarão os livros, os vídeos e os CD Rom. Agora estão mais na moda as histórias de acção tipo Power Rangers e o Dragon Ball Z, mas permanecem as histórias de encantar e ainda estarão dentro de bonitos embrulhos, enfeitados com pomposos laçarotes, as vidas imaginárias de príncipes e princesas, com casamentos, muitos filhos, muita abundância e muita felicidade. Estará lá, também, o título “A Branca de Neve e os Sete Anões” onde a rainha pergunta ao espelho quem é mais bonita. Aprende-se a estar contra os maus. O espelho responde a verdade.

Há quem diga que o Natal é bom é para as crianças. Nesta altura há quem se lembre e tenha pena das crianças “inocentes”, que são pobres e têm frio.

Realmente há razão para lembrar. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 1997, um quarto da população mundial vive em grande pobreza, incluindo os países industrializados, onde mais de 100 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de privação de rendimento. É facilmente reconhecido que nos amplos grupos em estado de pobreza as crianças estão entre os seres humanos que sofrem mais. As crianças são particularmente vulneráveis. O Fórum Mundial da Criança 1997, realizado em Portugal, na cidade de Faro, sublinhou na sua Declaração que a maioria dos pobres são crianças e a maioria das crianças são pobres.

As estatísticas são os espelhos numéricos da vida. Sem encantos, informam quase tudo da realidade...

Análises ao impacto da pobreza sobre as crianças sublinham a ligação entre a pobreza e a doença, o fraco desenvolvimento, o baixo rendimento escolar, o desemprego e rotura na relação familiar e comunitária. Cerca de 160 milhões de crianças estão moderada ou gravemente subnutridas. Cerca de 110 milhões estão fora do ensino.

Os números sobre a humanidade têm tal dimensão que é difícil imaginar ao que correspondem em sofrimento humano. E será com naturalidade que constatamos que hoje é assim mas que no(s) século(s) passado(s) era ainda pior.

O relatório atrás referido afirma que o progresso na redução da pobreza no século XX deveu-se a rendimentos crescentes, melhorias na saúde pública e na educação, com programas de segurança social e que desde 1960, em pouco mais de uma geração, as taxas de mortalidade infantil dos países em desenvolvimento reduziram mais de metade, as taxas de subnutrição mais de um terço e a proporção de crianças fora do ensino primário diminuiu de mais de metade para menos de um quarto. Entretanto, reconhece que as pressões sobre as despesas públicas e o Estado providência levaram ao crescimento da pobreza em países industrializados.

A pobreza será erradicada com o acesso a serviços sociais básicos que compreen-

dem educação básica para todos, saúde e nutrição básicas, saúde na maternidade e planeamento familiar e oferta de água e saneamento a baixo custo. O mesmo relatório refere que a maioria dos países tem mais do que o suficiente para gerar recursos necessários à erradicação de privação de rendimentos e providenciar os serviços básicos para todos, o que custaria cerca de 80 milhões de dólares, isto é, menos que 0,5% do rendimento mundial e

menos do que a riqueza líquida conjunta dos sete homens mais ricos do mundo.

A erradicação absoluta da pobreza é eminentemente possível. Para isso a política económica deve ser a favor dos pobres, ao crescimento deve corresponder desenvolvimento e deve ser assegurado emprego para todos.

As taxas do bem-estar

Não haverá ou não serão tão acessíveis as estatísticas sobre o bem-estar e a felicidade das crianças, sobre a taxa das que têm brinquedos, das que têm computador, das que têm

acesso a espaços colectivos onde brincam e convivem, das que consultam a Internet, das que visitam a Disneylândia ou a Eurodisney. Tudo faz parte da história das crianças, a pobreza, o bem estar e a alegria.

É muito grande a listagem de Conferências, Encontros e Seminários, Declarações, Convenções, Resoluções, pactos e regras sobre os direitos das crianças. Há quem diga que é necessário “empenho político” para levar à prática esses direitos; nós dizemos que é necessário pôr em prática uma política que os torne realidade na vivência das crianças.

É vulgar ouvir-se e ler-se em torno da situação das crianças que “somos todos responsáveis”. Isto não é justo. Aprofunde-se e interprete-se as causas da realidade e chegar-se-á aos verdadeiros responsáveis. Tão simples como uma história para crianças...

Pensar na criança e na realização dos seus direitos exige intervir na concretização das medidas que resolvam aspectos da sua natural dependência, garantindo o seu crescimento saudável, com o aproveitamento de todas as suas potencialidades físicas e intelectuais, em igualdade de oportunidades na saúde, no ensino, na habitação, na cultura e exige, também, um enorme respeito pela autonomia da sua personalidade, pelo direito de pensar por si própria, de interpretar a realidade e tudo o que a rodeia.

Pensar e agir para a felicidade das crianças é acto de todos os dias e atitude permanente. Não é acto de consolo e de descargo de consciência. Devemos ter a ambição de cuidar e de preparar o melhor possível os seres humanos do futuro.

Em Portugal a situação das crianças também se alterou. Ouve-se contar exemplos de realidades não muito distantes. Hoje já não haverá meninos quase descalços que atravessem montes para ir à escola mais perto da aldeia e talvez, também, já não haja irmãs que não frequentam a escola porque ficam a cuidar dos irmãos mais pequenos. Ainda bem. A qualidade de vida das crianças portuguesas melhorou muito. Mas a realidade conta-nos que há problemas graves. É frequente sermos confrontados com títulos, dados, análises, linhas e minutos na comunicação social sobre o trabalho infantil, o insucesso e o abandono escolar, a marginalidade, a prostituição infantil, os maus tratos, as crianças da rua, aquelas “que não mostram emoções e não se queixam”.

Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança e muitos outros instrumentos internacionais. A Constituição da República e outra legislação consagra importantes direitos. A violação frequente desses direitos é uma realidade.

18,3 % das famílias portuguesas do Continente são pobres.

Dar a conhecer às crianças os seus direitos é contribuir para a sua auto-estima e facilitar a futura participação social e responsável.

Somos políticos e a vida política proporciona-nos ainda mais consciência social e enriquece-nos em sentimento afectivo. No contacto com os adultos temos vivência com crianças.

Num concelho, onde 44% das crianças do primeiro ciclo do Ensino Básico necessitam de auxílio económico, tive vivências que agora me vêm à memória. Conheci uma menina muito bonita, com cabelo de caracóis, que me mostrou o quarto e os brinquedos amorosos e com uma expressão maravilhosa pediu-me para brincar com ela. Eu não tinha tempo, estava em campanha eleitoral (ela ainda não sabe o que é). Ia para o “Bairro dos Índios”, onde montes de crianças — com a beleza mais encoberta — corriam para o carro de som e diziam “senhora dê-me uma caneta” e alguns, à força do hábito de pedir, queriam um “papel”. Nós com pruridos dizíamos “leva para o teu pai”. Um menino disse a uma camarada, “eu não tenho pai, só tenho padrasto, não me dá a mim também?”...

A todos, um bom Natal na vida...



O ambiente como questão política

A Conferência sobre Alterações Climáticas realizada em Quioto provou mais uma vez a enorme dimensão política que as questões ambientais assumem neste virar de milénio. A preservação do ambiente tornou-se um objectivo estratégico autónomo, essencial para a sobrevivência da Humanidade. A geração que hoje habita o Planeta Azul está confrontada com a grave responsabilidade de cuidar do que vai legar às gerações futuras.



João Amaral

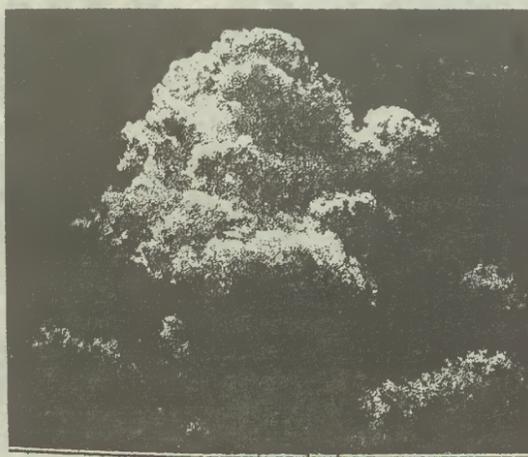
Em jogo estão questões tão fundamentais como o actual modelo de organização e domínio das sociedades, a base tecnológica das produções industrial e agrícola e dos transportes, os padrões de qualidade de vida hoje apresentados como desejáveis. A compatibilização entre desenvolvimento e ambiente já não é uma simples necessidade aleatória, a cumprir secundariamente e na medida do possível. Hoje é uma exigência estrutural, de escala planetária, uma responsabilidade não delegável de todos e cada um, sejam países, organizações sociais e económicas ou cidadãos, sejam partidos políticos, como o PCP.

Quem seguiu com alguma atenção os debates de Quioto, em torno das alterações climáticas, o que viu foi um gigantesco confronto entre as práticas egocentristas dos empórios industriais e de agricultura intensiva, predadores do ambiente, e a consciência crescente da catástrofe iminente a que tais práticas estão a conduzir. Os debates em Quioto foram cruzados, de forma muito pouco linear. Os países menos desenvolvidos, com particular destaque para a China, chamaram os países industrializados à sua responsabilidade, mas recusaram subscrever qualquer limitação à emissão de gases causadores do aquecimento em nome da sua própria necessidade de desenvolvimento. Os países mais industrializados entraram em choque, de um lado os Estados Unidos que não queriam subscrever qualquer redução da emissão de gases, do outro lado a União Europeia, apresentando uma proposta de redução de 15% até ao ano 2010 (com referência à emissão de gases verificada em 1990). Esta proposta da União Europeia só era superada pela proposta dos pequenos países insulares, que propunham uma redução de 20%, tendo em vista a salvação do seu próprio território, ameaçado pela subida do nível das águas do mar.

A reunião de Quioto segue-se às reuniões do Rio de Janeiro em 1992 e de Berlim em 1995. O que tomou este problema particularmente agudo na consciência política foram os dois relatórios, de 1990 e 1995, produzidos pelo Grupo de Peritos Intergovernamental sobre a Evolução do Clima. Reunindo cerca de 2000 especialistas, o grupo concluiu que as alterações climáticas verificadas no último século eram antropogénicas. Confirmando assim o que se suspeitava, os peritos concluem que, ao contrário de outras situações ocorridas no passado da Terra, em que houve alterações climáticas por causas naturais, desta vez foi a Humanidade a causadora.

A principal questão é o aquecimento global da Terra, por efeito da aceleração na emissão de certos gases, principalmente o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nítrico (N₂O). O dióxido de carbono é o principal resultado da queima dos combustíveis fósseis (petróleo e carvão), base de formidáveis indústrias e geradoras por isso de poderosos interesses. Calcula-se que a industrialização, como os países industrializados a fizeram, causou no último século meio grau de aquecimento. Mas, prevê-se que, ao actual ritmo, daqui a um século o

aquecimento global possa aumentar mais, entre um a cinco graus. As consequências são devastadoras: subida das águas do mar pelo menos um metro (com o desaparecimento de muitas áreas habitadas), mais tempestades nos trópicos, mais desertificação, mais inundações, aumentos de doenças como a cólera e a malária.

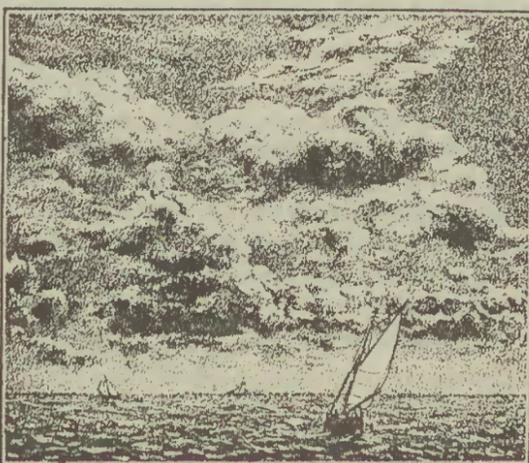


Acordo histórico

Quioto representa sem dúvida um acordo histórico, já que pela primeira vez é subscrito por 159 países um acordo internacional que inicia um processo de efectiva diminuição da emissão de gases causadores do aquecimento global. O Protocolo de Quioto pode não conter os valores de redução desejáveis e necessários. Mas representa um enorme avanço porque, pela primeira vez, os Estados assumem efectivos compromissos, mostrando-se assim o progresso da consciencialização internacional sobre os problemas ambientais. Para os que entraram na Conferência com a disposição de deixar tudo na mesma, como sucedia com os Estados Unidos, Quioto foi uma derrota. Uma vitória para a Humanidade e para a Terra!

A delegação americana foi a face mais clara dos interesses das indústrias causadoras das emissões de CO₂, desde a indústria petrolífera até à indústria automóvel. As propostas que foi apresentando não escondiam a intenção de deixar tudo na mesma. Em primeiro lugar, queriam uma simples estabilização, mas tiveram de aceitar uma redução, que no conjunto é de 5,2% até 2012 (percentagem sobre os níveis de 1990), e que é de 8% para a Europa, 7% para os EUA e 6% para o Japão. Depois, queriam que os países em desenvolvimento aceitassem limites, o que foi recusado pelo grupo dos 77, com a China e a Índia à frente. Finalmente, introduziram a tese da negociação dos níveis de emissão, isto é, a possibilidade de poderem "comprar" a outros países (como a Rússia) parte das suas quotas de emissão de gases. Esta ideia, infelizmente, não foi absolutamente rejeitada. Ficou no Protocolo como um princípio, a ser desenvolvido em futuros acordos.

Claro que todas estas derrotas são relativas, porque os lobbies vão agora voltar-se para o Senado americano, à espera da não ratificação. As ameaças não faltam. E, assim, o país que, com 4% da população mundial emite 25% dos gases, pode tentar continuar a sua senda predadora. Basta comparar: os Estados Unidos emitem 19,88 toneladas por habitante, enquanto a China emite 2,51! Mas, saber se é possível vergar o Senado como foi possível fazer com a Administração do presidente Clinton, é um dos problemas da análise política que tem de ser feita sobre toda esta matéria.



Essa análise tem de responder a outra questão: porquê a posição europeia? Parece que será redutor falar de um conflito de interesses industriais entre a Europa e os Estados Unidos, como justificativo das diferentes posições assumidas. De facto o presidente da União dos Industriais e Empregadores Europeus, Michel Cloquet, defendeu a posição americana. E o mesmo faz o presidente da Federação Alemã da Indústria, Hans Olav Henkel. Parece assim muito pouco líquido que a posição europeia tenha o seu principal suporte na indústria. O que provavelmente releva é a força dos movimentos e partidos ecologistas, particularmente na Alemanha e países nórdicos, a força de uma opinião pública cada vez mais atenta a estas questões. A mesma opinião pública que levou Clinton e Al Gore a serem nas campanhas eleitorais os paladinos da defesa do ambiente, e que provavelmente os levou às cedências que fizeram em Quioto.

Mas a análise tem de percorrer outros caminhos. A associação entre o modelo capitalista e a catástrofe ecológica não é linear, há que contar com outras variáveis. A posição europeia em Quioto põe em evidência o facto dessas outras variáveis poderem mesmo levar um conjunto de países com a importância dos que constituem a União Europeia a defender uma posição ecológica, em aparente conflito com os interesses da indústria. Mas, a defesa do ambiente possibilita por sua vez enormes investimentos, e gera novas indústrias. Até que ponto é que estas novas oportunidades de negócios influenciam a decisão política?

O modelo de desenvolvimento

Mas onde a análise é mais delicada é na questão do modelo de desenvolvimento e dos seus objectivos. A posição dos países não industrializados ou em vias de desenvolvimento tem que ser equacionada a esta luz. Do ponto de vista da justiça histórica, eles têm toda a razão, quando protestam por os países industrializados lhes quererem negar aquilo que eles próprios fizeram. Do ponto de vista do interesse imediato dos povos que representam, também têm razão, já que ninguém pode condenar esses povos a não terem os níveis de bem estar que existem nas sociedades industriais. Mas, do ponto de vista do interesse global da Humanidade, eles são passageiros do mesmo navio Terra, e devem agir em conjunto com todos os outros países. Há duas perguntas a fazer. Primeira: não será possível o desenvolvimento com bases tecnológicas diferentes? Segunda: não há que construir outro modelo de desenvolvimento, com ou-

tros padrões de qualidade de vida? É evidente que nada é possível neste campo sem o apoio maciço dos países industrializados, quer na redefinição das suas estratégias de desenvolvimento, quer no investimento na investigação e na aplicação de inovações tecnológicas.

Maria de Lourdes Pintasilgo, num artigo na «Visão», depois de referir que a fusão nuclear não é opção imediata (só talvez para o ano 2035), propõe que a Comunidade Internacional dê prioridade absoluta à investigação sobre energias renováveis, tomando como modelo de investigação o projecto Manhattan, que reuniu em Los Alamos os melhores cérebros que os Estados Unidos e a Inglaterra puderam juntar.

E Portugal? O debate sobre a matéria foi zero. Portugal beneficia no Protocolo da possibilidade de aumentar as emissões em mais de 40%, tal como Grécia (+30%), Espanha (+17%) e Irlanda (+15%), e outros países industrializados (Austrália, +8%). A ministra do Ambiente justifica o elevado número com o facto de no ano de referência (1990) ter chovido muito, com o facto de Portugal precisar de continuar o desenvolvimento (com



mais consumo de energia) e com o facto de mesmo com mais 40% Portugal continuar no fim do prazo como o país da União Europeia com menos emissão por habitante. Uma ministra que faz um discurso deste tipo com certeza que faz parte dos que aplaudiram o vice-presidente Al Gore de pé, quando ele entrou na Sala da Conferência. O debate em Portugal sobre esta questão não se pode reduzir a esta contabilidade de merceeiro. Qual é o nosso modelo de desenvolvimento? Que poupanças energéticas podemos fazer? Onde está a investigação em energias renováveis? Quais são as nossas metas para o desenvolvimento e qualidade de vida?

O nosso Partido aborda no seu Programa as questões do ambiente, com um item próprio no capítulo das políticas sociais e com referências na política económica, científica e energética. Sobre Quioto, o «Avante!» em três números seguidos (4, 11 e 18 de Dezembro), trouxe duas notícias na «Semana» e outra notícia na «Internacional». Seguramente vamos aprofundar mais estas questões e vamos ter uma intervenção criativa e actuante. Repito: as questões do ambiente, com a dimensão política estruturante que hoje têm, e com os problemas ideológicos e programáticos que hoje levantam, não são delegáveis.

As próximas decisões vão ser em breve, em Novembro de 1998, em Buenos Aires, onde se realizará a próxima Conferência e onde se discutirá a referida "negociação do direito de poluir". Até lá, Portugal tem de acertar o passo, fazendo a sua própria discussão de um tema tão decisivo para a Humanidade que não pode passar-nos ao lado.

⑦ Formação, trajectória e fim do Império Britânico

■ Manoel de Lencastre



O triunfo decisivo da marinha de guerra britânica em Trafalgar deu à construção do segundo Império um novo impulso, apesar das campanhas de Napoleão no coração da Europa. Agora, o domínio dos mares permitia à Inglaterra acelerar uma nova estratégia internacional e fazer frente, na certeza de que o tempo jogava a seu favor, ao medo que as massas de exércitos napoleónicos e as ideias revolucionárias por estes propagadas mas raramente respeitadas, inspiravam. E o funeral do supremo almirante da «Royal Navy», Nelson, deu bem a medida de uma nova consciência e de uma crescente confiança que brotavam, pujantemente, em toda a Grã-Bretanha.

O imperialismo inglês, assim, descobria que o mundo iria pertencer-lhe. Nações inteiras, seduzidas pelas ilusões mas traiçoeiras possibilidades do capitalismo, caíram-lhe aos pés, umas após outras, enquanto os panos de Manchester, as ferramentas de Birmingham, as sedas de Blackburn, o carvão do Yorkshire e os múltiplos produtos criados pela indústria transformadora, em claro progresso, surgiam nos mercados mundiais. Também os caminhos-de-ferro, as indústrias químicas e os grandes projectos de construção e de sistemas de transportes ganhavam a realidade. E entre as nações cativas que não conseguiam libertar-se das grilhetas que as reduziavam e atormentavam, encontrava-se o nosso Portugal.

Nação cativa...

Com efeito, por força de tratados iníquos, desmoralizantes, humilhantes, que já vinham do passado, o comércio externo português era conduzido por mãos inglesas. Mais, ainda: homens de negócios britânicos, agindo em posições estratégicas em Lisboa e no Porto, dominavam, igualmente, a nossa vida comercial interna e apropriavam-se do valor do esforço de trabalho do povo português. A nossa marinha mercante agonizava por não conseguir fretes vantajosos, e no campo dos seguros de mercadorias, os ingleses praticavam prémios especulativos. Ambicionavam, também, o controlo total do nosso comércio com o Brasil. Na realidade, a compensação dos catastróficos «deficits» comerciais e financeiros portugueses em relação à velha nação aliada, realizava-se com os saldos desse comércio — o ouro e outros valores resultantes das nossas actividades na colónia que era a última da Coroa portuguesa, transferiram-se para Londres. Pode dizer-se, portanto, que muito do que a Inglaterra fez no seu país, nas suas cidades e no mundo foi financiado através da exploração e da rapina das posições económicas portuguesas.

Nestas condições, como aliado dos ingleses, o nosso país estava destinado a tomar no tenebroso e mortal jogo de interesses globais que se desenvolvia entre a Grã-Bretanha e a França napoleónica. A cruel exigência de que Portugal deveria fechar os seus portos ao comércio e à navegação dos britânicos e proceder à expulsão dos súbditos de George III que viviam e comerciavam neste país, faziam-nos sofrer e desorientar. O velho Portugal, que, heroicamente, desafiara o desconhecido e fora pioneiro na descoberta do mundo, não tinha meios para defender-se, não podia gerir uma política económica e uma diplomacia independentes. Estava prisioneiro de forças a que, enfraquecido e desgastado, se deixara abandonar depois de haver conhecido a glória e a grandeza. A consciência nacional debatia-se num atroz combate de ideias. Os meios mais avançados entendiam que nos devíamos abrir aos novos tempos e aos exaltantes princípios que a Revolução francesa proclamara. Mas o sólido bloco obscurantista e profundamente conservador temia e repudiava tudo o que pudesse renovar e fazer progredir a velha sociedade portuguesa — esses, preferiam viver à sombra do passado, sob a protecção (?) da nossa pérfida aliada, na paz de Nosso Senhor, de bem com a Santa Madre Igreja católica, na graça de Sua Alteza o príncipe-regente.

Fatal proposta britânica

No fatídico ano de 1807, Napoleão, que vencera em Eylau e em Friedland, atingia o cume da sua glória e, parafraseando o general ateniense, anunciava, altivamente:

A Inglaterra sufoca e esmaga Portugal



O rei George III, que presidiu à perda do 1º Império e à construção do 2º. Óleo de 1767

«Vale mais um exército de servos comandado por um leão, do que um exército de leões comandados por um servo».

Em Inglaterra, o primeiro-ministro (Portland) e o secretário do Foreign Office (Canning) exigem a libertação de Dantzing, Colberg, Stralsund, Stettin. Tudo em vão. O imperador dos franceses sonha com a invasão da Pérsia e da Turquia, envia embaixadores ao Xá e ao Sultão. O seu plano consiste em chegar à Índia através do Egipto e da Síria. Por isso, declara: «Na profissão da guerra, como na literatura, cada um tem o seu estilo».

De repente, a 18 de Outubro desse ano terrível de 1807, sabe-se que Napoleão mandara concentrar em Bayonne um exército (30 000 homens sob o comando de Junot, governador militar de Paris e 1º ajudante de campo do imperador) para inva-

dir Portugal. Na verdade, os primeiros contingentes deste exército haviam já tomado a direcção de Burgos, Valladolid, Salamanca. A Inglaterra, com tropas comandadas pelo seu mais promissor general, sir Arthur Wellesley, submetera a Dinamarca e aprisionara-lhe a esquadra. A 18 de Novembro, perante uma dramática e feroz sucessão de acontecimentos, o embaixador britânico em Lisboa, lord Strangford, recolhe-se à protecção da esquadra inglesa fundeada à vista da capital portuguesa e instala-se no respectivo navio-almirante, o «Hibernian». E Sidney Smith, no comando dessa esquadra, declara a embocadura do Tejo e toda a costa portuguesa em situação de bloqueio. É quando o príncipe-regente (futuro D. João VI) confessa: «... tinha chegado ao excesso de fechar os portos do meu reino aos vassallos do meu antigo e leal aliado, o rei de Inglaterra». O general William Carr Beresford desembarca na ilha da Madeira. A França e a Espanha pretendem dividir Portugal em três reinos separados (plano de Godoy). Naturalmente, nestas condições, o príncipe-regente chora. Todo o Portugal está preplexo perante uma conjuntura trágica que não corresponde à nossa percepção do mundo ou ao entendimento que temos do nosso papel internacional.

Finalmente, o drama atinge o seu ponto culminante: Strangford, que traduzira Camões, abre o jogo da Inglaterra e propõe que a família real portuguesa se refugie no Brasil para evitar cair nas mãos de Junot. A marinha de guerra britânica garantiria a escolta adequada. Mas, em Lisboa, compreendia-se que, se obedecêssemos às sugestões britânicas, o país seria decapitado. O príncipe-regente ficaria prisioneiro dos ingleses. O comércio do Brasil cairia sob a total influência destes. E o território nacional seria onde a França e a Grã-Bretanha se confrontariam em operações militares de considerável amplitude histórica e estratégica.

Arrastado para o centro da guerra pelas duas potências dominantes, Portugal empaparia a sua terra com o sangue e as lágrimas do povo.

EM FOCO



As tropas inglesas tiram partido da supremacia nos mares. Na foto, o 25º Regimento em Minorca. Pintura de artista desconhecido, 1770

Vai começar a Guerra Peninsular

Certos patriotas, entre eles o marquês de Alorna (Pedro de Almeida Portugal) propõem outras soluções ao país: «Armemos as nossas costas, fechemos os nossos portos às esquadras inglesas e, se necessário, à sua marinha mercante. Defendamos as nossas terras e as nossas fronteiras contra os exércitos franceses e espanhóis. Deixemos de ser ingleses. Não nos tornemos franceses. Sejamos portugueses!»

Mas a invasão iminente começava a agitar o espírito português. Vinha a caminho um poderoso exército cuja composição os melhor informados discutiam acaloradamente — três divisões de infantaria comandadas por Delaborde, Loison, Travot; a cavalaria de Kellermann; a artilharia de Taviel. O chefe do Estado-Maior era o general Thiébault.

A 24 de Novembro, o Conselho de Estado, reunido no Palácio da Ajuda, aceita a proposta britânica. O povo, entretanto, suspeita de que o príncipe-regente vai, simplesmente, pôr-se a salvo e deixar o país à mercê de um duvidoso destino. Nesse mesmo dia, Junot atinge Abrantes. Impaciente, está o embaixador inglês. Intima a imediata partida do príncipe-regente. E todas as famílias da velha aristocracia portuguesa começam a empacotar o máximo possível dos seus haveres.

A 26, anuncia-se que a governação do reino em nome do príncipe-regente e na ausência deste passa para um Conselho constituído pelos seguintes: marquês de Abrantes (Pedro de Lancastre da Silveira Castelo Branco Sá e Meneses), tenentes-generais Francisco da Cunha e Meneses e Francisco Xavier de Noronha, Pedro de Melo Breyner, conde de Sampaio (Manuel António Maria Baltasar de São Paio de Melo e Castro Moniz e Torres Lusignan) na qualidade de secretário, D. Miguel Pereira Forjaz, como vice-presidente, e pelo conde de Castro Marim, depois marquês de Olhão (Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses) como suplente. Todos os historiadores da época dizem que o 27 de Novembro foi um dia negro de chuva — que o vento soprava incessantemente e o temporal varria a cidade de Lisboa.

Às onze da manhã desse dia fatal, chega a Belém, vinda de Mafra, a família real. A velha rainha, D. Maria I, filha de D. José, aquela que fora uma virtuosa princesa de doce carácter, mas que enlouquecera há 15 anos, dava gritos selvagens que faziam chorar quem os ouvia. Entre os populares, notavam-se murmúrios ameaçadores: «Então, na hora da verdade, embrulham tudo e vão-se embora?» Ao largo, os navios em doidos trambolhões. Vigilante, a esquadra inglesa. Quem vai embarcar naquelas dúzias de navios? Além da família real, 15 000 fugitivos — os principais são: o duque e a duquesa do Cadaval, os marqueses de Angeja, Alegrete, Belas, Pombal, Lavradio, Torres Novas, Vagos; os condes de Pombeiro, Caparica, Redondo, Belmonte; o visconde da Anadia; D. Fer-

nando José de Portugal, D. João de Almeida, muitos desembargadores, as respectivas famílias e numerosos criados; mosenhores Valladares, Almeida, Cunha, Nóbrega; os cônegos Pissarro e Meneses; os beneficiados Diniz, Machado, Sousa, Silva, Simões; o Vieira, o Roberto, o Escudeiro, o Gil, o Gomes, mestres de cerimónias e tesoureiros. Partem, também, os ministros António Araújo de Azevedo e Rodrigo de Sousa Coutinho.

chegados de Peniche, vagueiam pelas ruas. Há um terrível vazio na cidade. A disciplina, a ordem normal das coisas deixa de fazer sentido: O Tesouro público ficou vazio. Eles levaram tudo. Ao longe, troam canhões ingleses disparando 21 tiros de saudação ao príncipe-regente português em fuga, passando a barra, finalmente. A todos os funcionários públicos se deixaram os ordenados em atraso. E, de repente, quando as velas das naus portuguesas e



Soldado inglês conta as suas aventuras. Quadro de John Cawse (1779-1862)

Salários em atraso

Circulavam folhetos que acusavam a família real de traição à Pátria. Mas o «Observador Português, Histórico e Político de Lisboa» escrevia: «... que todos deixaram parentes, casas e bens, só para acompanhar Sua Alteza Real; que assim é que era ser-se verdadeiramente vassalo e criado; assim é que se mostrava o vassalo agradecido; assim é que se fazia digno do amor da nação inteira todo o indivíduo que se sacrificava pelo seu príncipe».

Sua Alteza Real, antes de embarcar, dá beija-mão no cais. O ágio do papel-moeda já está a 60%. Mas o mau tempo impe-

os navios da escolta inglesa já desaparecem no horizonte, surgem os primeiros franceses.

Ia começar a Guerra Peninsular que portugueses e ingleses venceriam após sacrifícios sem nome consentidos pelo nosso país. Através desse doloroso período (1807-1812) os exércitos napoleónicos mostrariam as suas contradições, deficiências, feridas, e as mais decepcionantes rivalidades entre os seus marechais. Napoleão, derrotado em Portugal e em Espanha, jogaria o seu tudo por tudo ao atacar Moscovo. Mas, claramente, o seu momento histórico estava extinto. Em Waterloo (1815) a Grã-Bretanha, com a oportuna ajuda de Blücher, poria fim ao sonho napoleónico de hegemonia. Afirmar-se-ia então, como senhora imperial do mundo inteiro.



■ Miguel Urbano Rodrigues

No balanço do ano

Ao resistir, Cuba luta pela humanidade – lembra Fidel Castro

Os trabalhos de encerramento da legislatura na Assembleia Nacional do Poder Popular em Havana ficaram assinalados por balanços exaustivos do que em múltiplas frentes se fez e não fez em ano excepcionalmente difícil.

O mais interessante desses balanços foi talvez o de Osvaldo Martinez, presidente da Comissão de Assuntos Económicos e um dos mais talentosos economistas do Continente.

Com a franqueza cubana e numa linguagem a que não estamos acostumados na Europa, Martinez atacou logo de início uma questão fundamental. O povo esperava muito do ano 97 porque em 96 a economia saíra do fundo do poço num salto que surpreendeu o mundo: o PIB cresceu então 7,8%.

Este ano juntaram-se azares e calamidades imprevisíveis. A safra açucareira – motor da vida económica – foi inferior à anterior. O furacão Lili devastou plantações em sete províncias. Faltaram financiamentos, (o governo espanhol fez cortar alguns, e no mercado internacional caíram os preços do açúcar e do níquel (segundo produto nas exportações).

Não se podia prever também que os EUA, prosseguindo com a sua estratégia criminoso, retomassem a agressão biológica. Uma praga desconhecida – o insecto Thrips Palmi – introduzido na ilha por um avião norte-americano,

afectou duramente os batatais e outras culturas.

As acções terroristas do Verão impediram o turismo de crescer tanto quanto se previa.

Apesar disto, o total de visitantes teve um aumento de 12%. No conjunto o sector agro-pecuário, acusando má safra açucareira, apresentou uma produção inferior em 2,8% à de 96. Em compensação, 15 dos 21 sectores principais da indústria, entre os quais o níquel, o aço, o cimento e o petróleo, cresceram mais do que se esperava.

Não obstante as condições serem muito desfavoráveis, o PIB aumentou 2,5%, o que fortalece a convicção de que os desafios maiores do Período Especial foram superados e que a economia cubana se encontra numa dinâmica de crescimento agora irreversível. Para o próximo decénio, a taxa de crescimento do PIB oscilará entre 2,5% e 3,7%, apesar das enormes dificuldades criadas pelo bloqueio. Ao terminar o ano 97, o terreno que a economia cubana pisa continua – como lembrou Osvaldo Martinez – «semeado de obstáculos, mas apresenta a firmeza que resulta da resistência do povo e de uma correcta política económica orientada para a preservação do socialismo enquanto o subsolo do sistema capitalista mundial está hoje abalado pela instabilidade e os prelúdios de crise económica que o acompanham ciclicamente desde o berço.»

«O fantasma de 1929 – recordou – de uma grande crise económica, impossível de prognosticar com data mas colocada como possibilidade objectiva, percorre hoje não somente a Europa mas todo o sistema, unindo-se os fios da globalização.»

*
* *

O discurso que Fidel Castro pronunciou na sessão de encerramento da legislatura teve imediata e ampla repercussão em toda a América Latina.

Além de desmentir uma por uma as calúnias e intrigas difundidas a propósito da próxima visita do Papa – pois o programa está agendado em perfeita cooperação com os representantes do Vaticano – o presidente cubano dedicou particular atenção aos problemas económicos internos e mundiais. Ao alertar o seu povo para a dramática contradição existente no sistema capitalista entre uma economia produtora de bens e serviços, em crise profunda, e a monstruosa superestrutura de especulação financeira cujo crescimento assustador é favorecido pelos dogmas do mercado sem regulamentação, Fidel analisou com minúcia o funcionamento irracional das bolsas de valores como instrumento de uma ideologia neoliberal que pretende impor ao mundo o pensamento único.

Comentando a gravidade da crise que ameaça levar a Coreia do Sul à bancarrota, ou à criação de um exército de milhões de desempregados e já provocou a brutal desvalorização das moedas da Tailândia, das Filipinas, da Malásia e da Indonésia, afectando Singapura e Taiwan e fazendo estremecer o frágil gigante brasileiro, o presidente de Cuba afirmou: «Não sabemos neste momento se o que se está a passar agora, que já é grave, é o começo da grande crise que, inevitavelmente vai chegar, ou se são fenómenos que anunciam essa grande crise num futuro próximo.»

Na aparência superficial das coisas, Fidel limitou-se a analisar e comentar situações e fenómenos económico-financeiros que, na transição do ano, constituem a principal preocupação dos dirigentes dos países industrializados, de organismos como o FMI e o Banco Mundial, e dos governantes do Terceiro Mundo.

O discurso de Fidel, pelo objectivo e pelo conteúdo, transcendeu, porém, o terreno da economia e das finanças. Envolveu uma reflexão profunda sobre a história contemporânea. Foi também e sobretudo um diálogo original com o povo. Utilizando sempre uma linguagem muito acessível, directa, quase coloquial, insistiu na necessidade de os quadros do Estado e do Partido para isso capacitados explicarem em todas as frentes de trabalho, com muita clareza, a extraordinária importância e significado da crise em marcha, para que a população possa acompanhar-lhe a evolução.

No traçar da fronteira entre a globalização positiva e desejável como desfecho histórico de um processo natural de integração da humanidade – e a globalização imperial imposta pelo neoliberalismo, Fidel não inovou no plano conceptual, mas conseguiu o mais difícil: dar a força de uma lógica irrefutável a verdades óbvias mas omitidas pela perversidade desinformativa.

Os perigos e ameaças que a humanidade enfrenta, des governada e traumatizada pelo capitalismo selvagem no final do milénio, são – acentuou – uma confirmação de que valeu a pena a épica resistência do povo cubano em circunstâncias tão difíceis, em defesa da sua Revolução e do socialismo.



II invasão espanhola

No passado dia 19 de Novembro realizou-se em Madrid uma sessão de apresentação das actividades culturais que Espanha vai promover em Lisboa por ocasião da Expo-98. Até aqui, nada de especial. O extraordinário ocorreu quando foi distribuído aos presentes, como lembrança, nem mais nem menos do que uma gravura representando o desembarque de Filipe II no Terreiro do Paço.

Obviamente, não é suposto as autoridades espanholas não saberem o que andam a fazer. Sabem-no, e muito bem, como se vê pela «ocupação» que fizeram de Lisboa com a reserva das principais salas de espectáculos e de edifícios públicos lisboetas para apresentarem as actividades

espanholas do festival cultural dos 100 dias que antecedem a Expo-98 e para o período em que decorre a Exposição. Obviamente, portanto, estamos perante uma inconsiderada grosseria dos responsáveis do país vizinho, pelos vistos de novo acometidos por calores hegemónicos. Que esperam as autoridades portuguesas para oferecerem aos seus pares do lado de lá umas gravuras de Aljubarrota?

A morte das galinhas

Um milhão e 300 mil galinhas vão ser mortas em Hong Kong, sob a «acusação» de que estarão a espalhar uma nova estirpe de gripe, que já fez quatro vítimas mortais - o que, pela radical decisão agora tomada, parece configurar

PONTOS CARDEAIS

uma «epidemia», no entender das autoridades chinesas de Hong Kong. Acontece que as galinhas assim «acusadas» provêm da China continental, donde se proibiu qualquer envio destas aves para Hong Kong que, na emergência, se abastecerá de frangos e galinhas congelados, vindos de outros pontos do mundo. Desta operação, emerge uma pergunta: e os mais de dois biliões de chineses que vivem no continente? Estarão imunes à gripe? Ou haverá aqui espalhato a mais?

Haja luz...

Ora aí está o primeiro «benefício» da privatização da EDP: já no próximo ano, os consumidores

domésticos (a esmagadora maioria da população) vão pagar mais 1,5% sobre a energia que consumirem, enquanto as empresas privadas, com relevo para as grandes, irão beneficiar de uma baixa nas tarifas entre os 3 e os 5%. Todavia - como todos nos lembramos - a campanha de privatização da EDP prometia luz mais barata e serviço melhorado... Só que o escândalo não se fica por aqui. Os aumentos sobre os consumidores domésticos vão servir... para financiar a baixa das tarifas nas empresas privadas. É um faltar, vilanagem.

«Sentir de novo»

«Se sentir que tenho alguma coisa de novo a

dizer ao País, se sentir que poderei ajudá-lo a dar um salto em frente, eu serei candidato» à Presidência da República.

Esta percepção antecipada do que se há-de sentir daqui a quatro anos acometeu há dias, imagine-se, ao professor Freitas do Amaral.

A sentir tanta coisa assim de repente, o melhor é ir ao médico...

Ouro nazi

A pouco e pouco, vão-se avolumando e consolidando as revelações sobre o ouro nazi com que Salazar coreografou a sua pretensa «excelente gestão das finanças públicas». Segundo o *Diário de Notícias*, o salazarismo recebeu, pelo menos, qualquer coisa como 124 toneladas de ouro nazi, resultante dos saques

praticados por estes sobre povos inteiros.

Os bancos suíços eram a plataforma da «lavagem» deste ouro infame e Portugal foi, depois da Suíça, o país mais envolvido no negócio. As coisas assumiram aspectos particularmente graves quando os Aliados advertiram o regime salazarista, logo em 1942, que não podia ignorar a proveniência desse ouro enviado pelo regime hitleriano.

Acrescente-se que em Maio deste ano os EUA publicaram um relatório da responsabilidade do secretário do Comércio, Stuart Eizenstat, onde se evidenciava a participação do Portugal salazarista e o papel pouco «ético» dos próprios EUA, que aceitaram, por exemplo, ouro nazi «reciclado» via Lisboa.

PONTOS NATURAIS

Pontos Florais

A hora

A História é uma flor vermelha sempre a romper das ondas fugidias

a poesia coloca-a na lapela e vai bailar com ela entre as nuvens e os dias

na beira-mar das ondas fugidias

Memória

Pétala a pétala nos vamos desfolhando. Mal me quer... Bem me quer...

Ora. O que vale é que alguém fique com o nosso perfume em suas mãos.

Enquanto a flor pétala a pétala se evapora.

Inverno

Batem-me à porta: - Posso entrar?

Alguém trazia um cravo esplendorosamente aberto.

Sim, sim. Dezembro: para uma flor o tempo certo.

Bento

de Jesus Caraça

Ruas cheias de povo.

E o silêncio.

O silêncio com milhares de pés e de bocas fechadas e de astros guardados por dentro dos olhos.

Silêncio.

Tantos cravos vermelhos!

Silêncio enganador: como se ouviam bem os gritos deles!

Romance

Fui-te esperar à Portela. Era já noite e em nós nascia a madrugada

(ó estafada imagem! Quem dissesse que um dia até eu haveria de escrevê-la!)

Fui-te esperar e levava-te um ramo de gladiolos vermelhos. Subimos à pata a escada para o segundo andar ali na República Popular de Campolide como dizia o Raul.

Subíamos a escada. Tu com os gladiolos eu apoiado ao corrimão e atrás de nós o Raul a alombar com a mala pesada da viagem.

Este poema não é para ti nem para os gladiolos vermelhos mas sim para o Raul e não quer mais se não provar que os poemas nunca são ingratos



Mário Castro

TELEVISÃO

Quinta, 1

RTP 1

08.00 Infantil
11.00 Cheque em Branco (Longa-Metragem)
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Mr. Bean
14.10 Especial Elton John
15.55 Circo - Estrelas na Pista
17.45 Doidos à Solta (de Peter Farrelly, EUA/1994, com Jim Carey, Jeff Daniels, Lauren Holly, Teri Garr. Comédia)
20.00 Telegenial
20.45 Mensagem de Natal do Presidente da República
21.10 As Lições do Tonecas
21.45 A Grande Aposta
22.45 Por Favor Mata-me a Minha Mulher (Longa metragem)
00.40 24 Horas
01.30 Pai de Aluguer (de Fred Gerber, EUA/Can./1995, com Leslie Nielsen, Christopher Lloyd, Matt McCoy, Sherry Miller. Comédia Dramática)

RTP 2

10.00 Missa
11.30 A Última Noite dos Prom's
13.25 Malta Jovem (de Mollie Miller, EUA/1987, com Viveka Davis, Todd Field, Gavin MacLeod, Mitchell Anderson. Comédia)
14.55 Futebol Português 1997
15.40 Informação Gestual
16.05 A Toca de Robin
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.30 Tex Avery
22.45 Os Gigantes de Tessália (de Ricardo Frede, It./Fr./1964, com Roland Carey, Ziva Rodann, Alberto Farnese. Histórico)
21.30 Cidade Louca
22.00 Jornal 2
22.35 Tex Avery
22.45 A Espada de El Cid (de Miguel Iglésias, Esp.-It./1962, com Chantal Deberg, Roland Carey, Sandro Moretti. Histórico)
00.35 Plácido Domingo no Convent Garden
02.35 Magazine

SIC

09.10 Buérré
11.00 Concerto do Vaticano
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Prémios de Moda VHI
15.50 Perseguições Policiais - II
16.50 Os Mais Perigosos Animais
17.45 Speed, Perigo a Alta Velocidade (de Jan De Bont, EUA/1994, com Keanu Reeves, Dennis Hopper, Sandra Bullock, Joe Morton, Jeff Daniels. Ver Destaque)
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Agora ou Nunca
23.00 Nas Teias da Máfia (de Jim McBride, EUA/1987, com Dennis Quaid, Ellen Barkin, Nea Beaty, Ebbe Roa Smith, John Goodman. Ver Destaque)
01.00 Último Jornal
01.25 Aída em Lisboa
02.25 História de Um Musical
03.25 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.00 Missa de Ano Novo e Bênção Papal
13.30 TVI Jornal
14.15 Portugal Português
15.15 MacGyver
16.10 Tartarugas Ninja II (de Michael Pressman, EUA/1991, com Paige Turco, David Warner. Aventuras)
18.10 Recomeçar
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Cocoon: A Aventura dos Corais Perdidos (de Ron Howard, EUA/1985, com Don Ameche, Wildford Brimley, Hume Cronyn, Jessica Tandy. Ver Destaque)
01.15 Lanterna Mágica
01.45 Doido por Ti
02.15 A Balada de Hill Street

Sexta, 2

RTP 1

08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Os Andrades
14.20 Infantil / Juvenil
15.50 Todos ao Palco
17.20 Toca a Marchar (de Daniel Petrie, Jr., EUA/1994, com Pauly Shore, Andy Dick, David Alan Grier, Lori Pett. Comédia)
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegenial
20.55 Nós, os Ricos
21.30 A Grande Aposta
23.00 Riso, Mentiras e Vídeos
00.20 24 Horas
01.15 Noite Alucinante (de Lawrence L. Simeon, EUA/1992, com Lenny Von Dohlen, Matt McCoy, Joana Pacula. «Thriller»)
02.55 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 A Toca de Robin
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.30 Tex Avery
22.45 Os Gigantes de Tessália (de Ricardo Frede, It./Fr./1964, com Roland Carey, Ziva Rodann, Alberto Farnese. Histórico)
00.45 As Teias da Lei
01.35 O Cerco dos Vampiros

SIC

08.10 Buérré
10.00 Prémios de Música e Vídeo MTV
10.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.10 Anjo Mau
22.00 Teatro: «Conversas da Treta»
23.10 Horizonte Longínquo (Longa-metragem)
01.00 Último Jornal
01.25 Os Astronautas

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
12.40 O Justiciero
13.30 TVI Jornal
14.15 Caprichos
15.40 O Jogo da Vida
16.20 S.O.S. Urgências
17.25 Quase Modelo, Quase Detective
18.20 Cousteau: O Escândalo Valdez
19.10 MacGyver
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 Crimes de Paixão (de Catherine Cyran, EUA/1994, com Barry Bostwick, Lesley-Ann Down, Michael Gross. Policial)
00.50 Doido por Ti
01.30 Fora de Jogo
01.45 A Balada de Hill Street

No «Artes e Letras» desta semana (domingo na RTP2) a pintura de Graça Morais

Sábado, 3

RTP 1

08.00 Infantil
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.00 3000 Segundos
17.05 Os Andrades
17.35 Superbébés
18.10 Jet 7
18.50 Há Horas Felizes
20.00 Telegenial
21.15 Futebol: Porto-Benfica
23.30 Serviços de Urgência
00.30 24 Horas
01.15 Santos e Pecadores (de Paul Mones, EUA/1994, com Damien Chapa, Jennifer Rubin, Scott Plank. Policial)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Música Maestro
13.05 Companheiros
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Onda Curta (O Despertar. Curta-Metragem de Marc-Henri Wajnberg, Belg./1995, com Jean-Claude Dreyfus. Ver Destaque; O Egoísta. Curta-Metragem de Jean-Loup Felicioli e Alain Gagnol, Fr./1996. ; O Mestre Flamengo. Curta-Metragem de Susan Seidelman, EUA/1994, com Mira Sorvino, Aida Turturro, Sharon Angela. Ver Destaque)
19.30 2001
20.30 Jogo do Alfabeto
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.40 Lilith e o Seu Destino (de Robert Rossen, EUA/1964, com Warren Beatty, Jean Seberg, Peter Fonda, Kim Hunter, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.45 Sinais do Tempo
01.35 Sexo a Sério

SIC

08.00 Buérré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 A Sentinela
15.40 Marshall
16.40 Tartarugas Ninja III (de Stuart Gillard, EUA/1993, com Elias Koteas, Paige Turco, Stuart Wilson. Aventuras)
19.10 Bom Baía
19.30 Srs. Doutores
20.00 Jornal da Noite
20.55 Mundo VIP
21.25 Salsa e Merengue
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Corações de Aço (de Brian De Palma, EUA/1989, com Michael J. Fox, Sean Penn, Don Harvey, John C. Reilly. Ver Destaque)

TVI

10.00 Animação
13.00 Caloiros
13.30 Contra-Ataque
15.25 Feed Back
15.35 Competente e Descarada
16.30 A Fúria dos Anjos
18.30 FX: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.00 Directo XXI
22.00 Edição Especial
23.20 A Bomba-H Desaparecida (de P. Chalong, Hong-Kong/1978, com Chris Mitchum, Krung Sivilai, Olivia Hussey. Acção)

Domingo, 4

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu - A Lenda Continua
16.00 Regresso ao Futuro - III (de Robert Zemeckis, EUA/1990, com Michael J. Fox, Christopher Lloyd, Mary Steenburgen. Comédia / Ficção Científica)
18.15 Casa Cheia
18.45 Riscos
20.00 Telegenial
20.45 Reis do Estúdio
22.10 A Grande Aposta
23.00 Domingo Desportivo
00.50 24 Horas
01.30 Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Maravilhas do Mundo Moderno
12.05 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.40 Desporto 2
18.10 Passagem por Lisboa (de Eduardo Gueda, Port./1994, com Anthony Story, Margarida Reis, Jennifer Hamilton, Tom Haroy, Armando Coriês. Ver Destaque)
19.55 Bombordo
20.25 Artes e Letras - «As Escolhidas» (Graça Morais)
21.05 Viúvas
22.20 Horizontes da Memória
22.50 Ballado: «Rosas Dants Rosas»
23.50 Vidas do Século - «A Dinastia dos Nehru-Gandhi»
00.50 Aventuras no Reino do Swing

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Dragon Ball Z
14.00 Viper
15.00 Os Imortais
16.00 Splash, A Sereia (de Ron Howard, EUA/1984, com Darryl Hannah, Tom Hanks, John Candy, Eugene Levy. Comédia / Fantasia)
19.00 S.O.S. Sic
19.30 Imagens Reais
20.00 Jornal da Noite
21.10 Chuva de Estrelas
22.10 Salsa e Merengue
23.10 Selvagem e Perigosa (de Jonathan Demme, EUA/1986, com Melanie Griffith, Jeff Daniels, Ray Liotta. Ver Destaque)
01.10 Último Jornal
01.35 Jô Soares

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.20 Cousteau: As Novas Descobertas
15.25 Competente e Descarada
16.20 Adultos à Força
17.20 Regresso a Casa
19.10 Desafios
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.20 Africando
23.15 Futebol (Campeonato Italiano)

Programação infantil reforçada

Segunda, 5

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nico d' Obra
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegenial
21.00 Nós, os Ricos
21.30 A Grande Aposta
22.30 Concurso 1, 2, 3
00.30 24 Horas
01.15 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.30 Tex Avery
22.45 Tora, Tora, Tora (de Richard Fleischer, Toshio Masuda, Kinji Fukasaku, EUA-Jap./1970, com Martin Balsam, Soh Yamamura, Jason Robards, Joseph Cotten. Ver Destaque)
00.15 Falatório
01.10 O Crítico

SIC

09.10 Buérré
10.30 Ponto de Encontro
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Pensão Estrelas
17.00 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
21.50 Memórias de Diana
22.00 Ponto de Encontro
22.50 Polícia Cyborg (de Sam Firstenberg, EUA/1993, com David Bradley, Alonna Shaw, John Rhys-Davies. Acção)
00.35 Último Jornal
01.05 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Profiler
23.50 Linha de Fundo
01.25 Doido por Ti
02.05 A Balada de Hill Street

Terça, 6

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 As Lições do Tonecas
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Made in Portugal
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegenial
21.00 Não Há Duas sem Três
21.35 A Grande Aposta
22.30 Herman Enciclopédia
23.50 Contos Proibidos
00.20 24 Horas
02.00 86-60-86

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 A Toca de Robin
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Ellen
22.00 Jornal 2
22.35 Tex Avery
22.30 Cleópatra (de Joseph Mankiewicz, EUA/1963, com Elizabeth Taylor, Richard Burton, Rex Harrison. Ver Destaque)
00.05 Falatório
01.05 Duckman, o Trapalhão

SIC

09.10 Buérré
10.30 Conversas Secretas
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Pensão Estrela
17.00 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
21.50 Paródia Nacional
23.00 Filhos da Nação
00.10 Último Jornal
00.35 Vermelho e Negro
02.20 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Picar o Ponto
23.00 Antes e Depois (de Barbet Schroeder, EUA/1996, com Meryl Streep, Liam Neeson, Edward Furlong, Julia Weldon. Drama)
00.25 Doido por Ti
01.05 Fora de Jogo
01.20 A Balada de Hill Street

Passagem de ano na TV, só se for com Herman José...

Quarta, 7

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 As Lições do Tonecas
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Made in Portugal
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegenial
21.05 Isto Só Video
21.35 A Grande Aposta
22.35 O Tubarão (de Steven Spielberg, EUA/1975, com Roy Scheider, Robert Shaw, Richard Dreyfuss, Lorraine Gray. Ver Destaque)
00.15 Magazine

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Ellen
22.00 Jornal 2
22.35 Tex Avery
22.30 Cleópatra (de Joseph Mankiewicz, EUA/1963, com Elizabeth Taylor, Richard Burton, Rex Harrison. Ver Destaque)
00.15 Falatório

SIC

08.10 Buérré
10.30 Primeiros Anos
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Pensão Estrela
17.00 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
21.50 Fantasma
22.30 Casos de Polícia
23.30 O Século do Povo
00.50 Último Jornal
02.15 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Savannah
22.55 Desaparecido (de Paul Schneider, EUA/1997, com Patty Duke, Kelly Rowan, Robert Floyd. Drama)
00.50 Doido por Ti
01.45 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Speed, Perigo e Velocidade

(Quinta, 17.45, SIC)

Manipulando com inegável brilhantismo as potencialidades industriais do cinema actual, Jan De Blont, o realizador deste filme, consegue criar sem dúvida um dos objectos de entretenimento mais absorventes dos últimos anos, ao encenar uma história em que as ameaças de um bombista tentam ser contrariadas por um membro do esquadrão especializado da polícia de Los Angeles. O que leva a duas perseguições infundáveis: uma, de autocarro de passageiros (!) pelas ruas daquela cidade, e outra através do metro subterrâneo. Com Keanu Reeves e Dennis Hooper nos papéis do bom e do mau da fita e a espantosa Sandra Bullock ao volante do autocarro, *Perigo a Alta Velocidade* é um filme cheio de... speed!



Keanu Reeves e Sandra Bullock, em plena perseguição de autocarro no filme «Speed» de Jan De Blont



Um fotograma de «Corações de Aço», de Brian De Palma

Nas Teias da Mafia

(Quinta, 23.00, SIC)

Big Easy é a «alcunha» porque é conhecida Nova Orleães, onde se desenrola a história deste filme policial: um jovem polícia, no fundamental íntegro, sofre de uma irreprimível tendência para se meter frequentemente em sarilhos porque é incapaz de resistir, às vezes, a cometer certas irregularidades e aceitar alguns pequenos favores... O mais interessante, porém, é vê-lo às voltas com um outro verdadeiro sarilho instalado na pessoa de uma espantosa assistente do Procurador Distrital com a qual se envolve, profissional e amorosamente, quando investiga os crimes que vão vitimando alguns *figurões* da Mafia. Contando com a participação de uma brilhante Ellen Barkin (insuperável na cena do despertar, numa certa manhã...), o filme é realizado ao estilo dos filmes negros da série B.



Dennis Quaid e Ellen Barkin, numa cena de «Nas Teias da Mafia», de Jim McBride



Melanie Griffith e Jeff Daniels, em «Selvagem e Perigosa», de Jonathan Demme



Robert Shaw, Roy Scheider e Richard Dreyfus, numa cena de «O Tubarão», de Steven Spielberg



Albert Dieudonné no papel de «Napoleão», filme de Abel Gance

Cocoon, A Aventura dos Corais Perdidos

(Quinta, 23.00, TVI)

Já transmitido várias vezes por todos os canais nacionais, este filme de ficção científica atinge por vezes um tom de deliciosa comédia na qual nos é contada a história de uma comunidade de idosos reformados, em St. Petersburg, na Flórida, que descobrem uma fonte de rejuvenescimento que os transporta ao planeta *Antares*... Para além da magia da atmosfera do filme, cujos efeitos especiais por vezes evocam *Encontros Imediatos de Terceiro Grau*, muito do que é «maravilhoso» neste filme é transmitido pelas prestações admiráveis de alguns consagrados intérpretes de Hollywood, entre os quais Jessica Tandy e, sobretudo, Don Ameche, que alcançou com este filme o Oscar para o Melhor Actor Secundário.

O Despertar e O Mestre

(Sábado, 18.30, RTP2)

Inéditos entre nós, estas duas curtas-metragens são incluídas no habitual espaço *Onda Curta* da RTP2. O primeiro, da autoria do realizador belga Marc-Henri Wajnberg, foi exibido no Festival Internacional de Cinema do Algarve de 97 e obteve, precisamente, o Prémio RTP-Onda Curta; quanto ao segundo, da americana Susan Seidelman, arrecadou em 94 uma nomeação para o Oscar da Melhor Curta Metragem de Ficção.

Lilith e o Seu Destino

(Sábado, 22.45, RTP2)

Um jovem médico apaixonado-se por uma das pacientes de um asilo mas, à medida que o contacto se reforça, ele é progressivamente atacado pela loucura, a ponto de provocar verdadeiras catástrofes. Um filme dramático, algo irregular mas apaixonante - e último realizado por um excelente cine-

asta, Robert Rossen - mas cuja recepção na Europa foi bem mais acolhedora do que nos EUA.

Corações de Aço

(Sábado, 01.55, SIC)

Um dos filmes mais violentos jamais feitos, com argumento baseado num caso real verificado na Guerra do Vietname: a violação colectiva de uma vietnamita por um grupo de soldados norte-americanos, um crime que marca profundamente um jovem soldado que a ele assiste e procura, por todos os meios, ver punido em tribunal. Um filme de um Brian de Palma diferente de si próprio (ou seja, alheio aos *pastiches* de obras de outros realizadores que sempre procurou imitar, como Hitchcock) e que foi muito mal «engolido» pela crítica e pelos espectadores americanos. O elenco é de luxo, embora a escolha de Michael J. Fox se tenha revelado completamente desajustada.

Passagem por Lisboa

(Domingo, 18.10, RTP2)

Este filme representa o regresso de Eduardo Geda à realização cinematográfica, depois de uma pausa de dez anos, e constitui uma reconstituição cuidada da Lisboa dos anos 40, como importante centro de espionagem durante a II Guerra Mundial - precisamente o fulcro do argumento desta co-produção, que conta com uma distribuição nacional e internacional.

Selvagem e Perigosa

(Domingo, 23.10, SIC)

Saído da «escola» do realizador-produtor Roger Corman, Jonathan Demme é um dos mais badalados cineastas do actual cinema norte-americano e *Selvagem e Perigosa* representa o início de uma fase cada vez mais prometedora da sua carreira que nos haveria de dar *Casada Com a Mafia* ou *O Silên-*

cio dos Inocentes. Aqui, viajando entre as tonalidades do terror e do humor negro, o realizador conta-nos a história de um encontro fortuito entre um jovem burguês e uma sedutora marginal que conduzirá a peripécias burlescas ou dramáticas mas sempre inimagináveis... Em termos de intérpretes, Melanie Griffith revelava-se neste seu primeiro filme de vulto como uma surpreendente descoberta enquanto Jeff Daniels confirmava tudo o que prometera em *A Rosa Púrpura do Cairo*.

Tora! Tora! Tora!

(Segunda, 22.45, RTP2)

Nesta co-produção EUA-Japão, o argumento centra-se na preparação e desencadeamento do ataque japonês a Pearl Harbour durante a II Guerra Mundial. O que é obra, uma vez que o filme dá a ver, com o surpreendente rigor da reconstituição histórica, o posicionamento, sem complacências, de ambos os lados em confronto. Destaque para a longa sequência que reproduz o ataque aéreo, particularmente espectacular e realista. Participam, entre outros, Martin Balsam, Jason Robards, Joseph Cotton ou Tatsuya Mihashi.

Cleópatra

(Terça, 22.45, RTP2)

Para além da sua natural espectacularidade, esta obra não é do melhor que o realizador nos deixou, embora se encontre muitos furos acima da versão de Cecil B. De Mille, realizada em 34. O filme constituiu, do ponto de vista económico, uma catástrofe para os estúdios da Fox, que o produziram, já que a sua rotação demorou muito mais tempo do que o previsto e os azares de produção foram mais que muitos. Mas é na contenção das interpretações de Rex Harrison, Roddy McDowell e Elizabeth Taylor que se vê a mão de um grande cineasta, ao provocar o seu contraste com o impressionante envolvimento épico.

Napoleão

(Quarta, 22.45, RTP2)

Obra-prima do cineasta francês Abel Gance, este filme debruça-se sobre a vida de Napoleão Bonaparte, desde os tempos dos seus estudos em Brienne, até ao início da campanha de Itália. Tendo conhecido variadíssimas versões, com montagens e durações diferentes, ignora-se qual é aquela que a RTP vai transmitir, dado que a informação da sua transmissão é apenas telefónica, verificando-se mais uma vez a incompetência reinante no serviço público de televisão que de novo alterou o mapa mensal de transmissão de filmes previstos para Janeiro, facto a que vem acrescentar-se o tradicional desleixo e desprezo pela informação atempada aos espectadores, impossibilitando-nos de fazê-lo com maior rigor.

Tubarão

(Quarta, 23.25, RTP1)

À semelhança de *Um Assassino Pelas Costas* ou *Asfalto Quente* - ambos transmitidos recentemente pela RTP 2 no ciclo que lhe dedicou - este filme, já clássico na obra do realizador Steven Spielberg, é construído a partir do comportamento de uma personagem ou de um pequeno grupo de personagens vítimas de uma agressão cega e brutal. Trata-se da adaptação (amputada de capítulos inteiros) de uma obra literária medíocre escrita por um especialista de caça submarina, da qual apenas resta, no fundo, a situação de base. Exemplar, do ponto de vista dramático, é a construção do filme, num constante crescendo e tensão, constituindo um verdadeiro modelo do filme de terror por excelência.

■ Francisco Costa

Em tempo de Boa Vontade

«Só ele foi capaz de descer às nossas raízes, abrir a terra, ir ao fundo delas, cheirar a essência delas, trazê-las ao de cima. E a gente deu-as, e ficámos ainda mais ricos do que éramos. Só ele teve esse condão.»

(Virgínia Maria Dias, sobre Michel Giacometti, em «Polifonias», documentário, RTP 2, 29.12.97)

Se procurarmos reproduzir os passos possíveis que um espectador de televisão tem de dar para tentar perceber a que horas é que um determinado programa começa (e acaba) na RTP - seja através das dispersas e contraditórias informações disponíveis na imprensa semanal ou diária ou, ainda, no teletexto seja, agora, nessa tão divulgada ferramenta que é a nova página da Internet - a conclusão só pode ser uma: os esforços saem normalmente frustrados.

No meu caso, posso falar-vos da investigação que tive de fazer para saber, ao certo, o horário de transmissão, no passado dia de Natal, da Missa Solene de Beethoven. Em primeiro lugar, porque tudo indicava ser esse um tema possível para a crónica de hoje. Depois, porque me decidi arriscar gravá-la numa cassette já bem recheada. Meu dito, meu feito: as coisas não correram bem e, como o programa começou com 20 minutos de atraso, lá fiquei sem os últimos 10 minutos!

O facto é que se tratava, como seria de esperar em função das entidades e artistas envolvidos, de uma transmissão exemplar que, de uma forma dir-se-ia criminosa, os espectadores interessados foram eventualmente impedidos de conservar na íntegra - o que é tanto mais inaceitável quanto se trata do serviço público de televisão! Mas enfim, como estamos num tempo em que nos habituámos a ouvir falar de paz, de harmonia e de homens de boa vontade, deixem-me ficar por aqui com este desabafo e aproveitar estes momentos festivos para vos falar de como a televisão pode ser, afinal, não um instrumento de frio e programado embrutecimento mas um excelente meio para enriquecer os nossos espíritos.

Uma emissão inesquecível

Integrado na célebre temporada dos Concertos Promenade que, mais uma vez, este Verão se realizou no Royal Albert Hall de Londres, com ampla cobertura pela televisão pública inglesa, a transmissão (gravada) da BBC a que me refiro esteve de facto à

altura do que de melhor nos costuma ser oferecido, na matéria, por esta estação-referência. Por um lado, a captação de som foi exemplar, extremamente complexa que ela era em relação a uma obra tão exigente em matéria de equilíbrio de volumes, frequentemente alternando os momentos em pianissimo e em fortissimo, não apenas nos diálogos entre as madeiras e o tutti orquestral, por exemplo, como até no balanço entre os quatro solistas-cantores e o coro. Por outro lado, de novo vez fez notar o cuidado (já a escrever, mais uma vez, pedagógico) com que a planificação da transmissão foi estu-

dada: escolhendo, em função da música, a escala dos planos, a alternância das câmaras (em particular nas complexas, numerosas e sucessivas partes fugadas) ou a própria forma de mudança entre elas (em cut ou em mixing) e, até, as próprias soluções de recurso (!), utilizando o plano geral não estático, sempre aconchegado por um quase imperceptível movimento de zoom, enquanto se procedia (em off) ao acerto da numeração dos planos, nos casos, praticamente inexistentes, de entrada falhada de tal ou tal câmara.

Entretanto, o lado técnico foi apenas um dos aspectos não negligenciáveis desta transmissão, porque colocado ao serviço daquilo que, afinal, era mais importante: a devolução ao espectador de televisão, em todo o seu esplendor, da grandiosidade de uma obra monumental, composta por um criador de excepção, a cargo de orquestra e coro exemplares no ataque e na afinação e de solistas de elevadíssima craveira, bem como repleta de momentos musicais inesquecíveis, como foram os fabulosos Credo e Sanctus, nos quais a intervenção de Bernard Haitink serviu, no fundo, para «explicar» a função criadora e o papel de verdadeiro intérprete que cabe de forma decisiva ao maestro.

Mas os presentes televisivos de Natal não iriam ficar por aqui.

O homem, o caderno e o gravador

«É uma história bastante simples: é um homem que vem de outro país, que escutou atentamente os homens destas terras, e

sabe que cantar e tocar é o atributo primeiro dos povos que conheceu. Tinha um caderno e um gravador. Quem será o homem? Vem para nos espionar? Nos prender? Vem para nos roubar do pouco que temos?»

Era assim, da mais bela e singela forma de agarrar o espectador, que começava, em forma de programa de televisão, aquela que foi a melhor prenda da época de Natal que a RTP tinha este ano para nos oferecer. Honra lhe seja!

Numa co-produção portuguesa, francesa e belga, transmitiu a estação da 5 de Outubro na passada segunda-feira um documentário a todos os títulos excepcional, verdadeira peça de amor por um povo - por todos os povos afinal - e pelas suas riquezas culturais e tradições artísticas, na exacta medida em que, falando-nos da obra de um investigador atento e rigoroso, nos deu a conhecer, ao mesmo tempo, a sua grandeza humana e o objecto riquíssimo da sua investigação.

O documentário «Polifonias» realizado por Pierre-Marie Goulet, mas no qual se destacaram inúmeras outras contribuições como a de Sérgio Godinho na autoria de um belíssimo texto, debriçava-se sobre o papel desempenhado na cultura e investigação etnomusicológica portuguesas por esse andarilho da recolha das tradições que foi o «nosso» Michel Giacometti. E não podia ser mais adequado à divulgação do trabalho ardoroso e apaixonado deste corso que aqui chegou e se apaixonou pelas nossas gentes e pela nossa música tradicional, enquanto criador e organizador das célebres e históricas Antologias dos Arquivos Sonoros Portugueses e como autor de um dos mais inesquecíveis programas em 40 anos de televisão portuguesa - «Povo que Canta» - também ele um acto de resistência interna, em plena ditadura da televisão fascista, no Portugal dos anos 60.

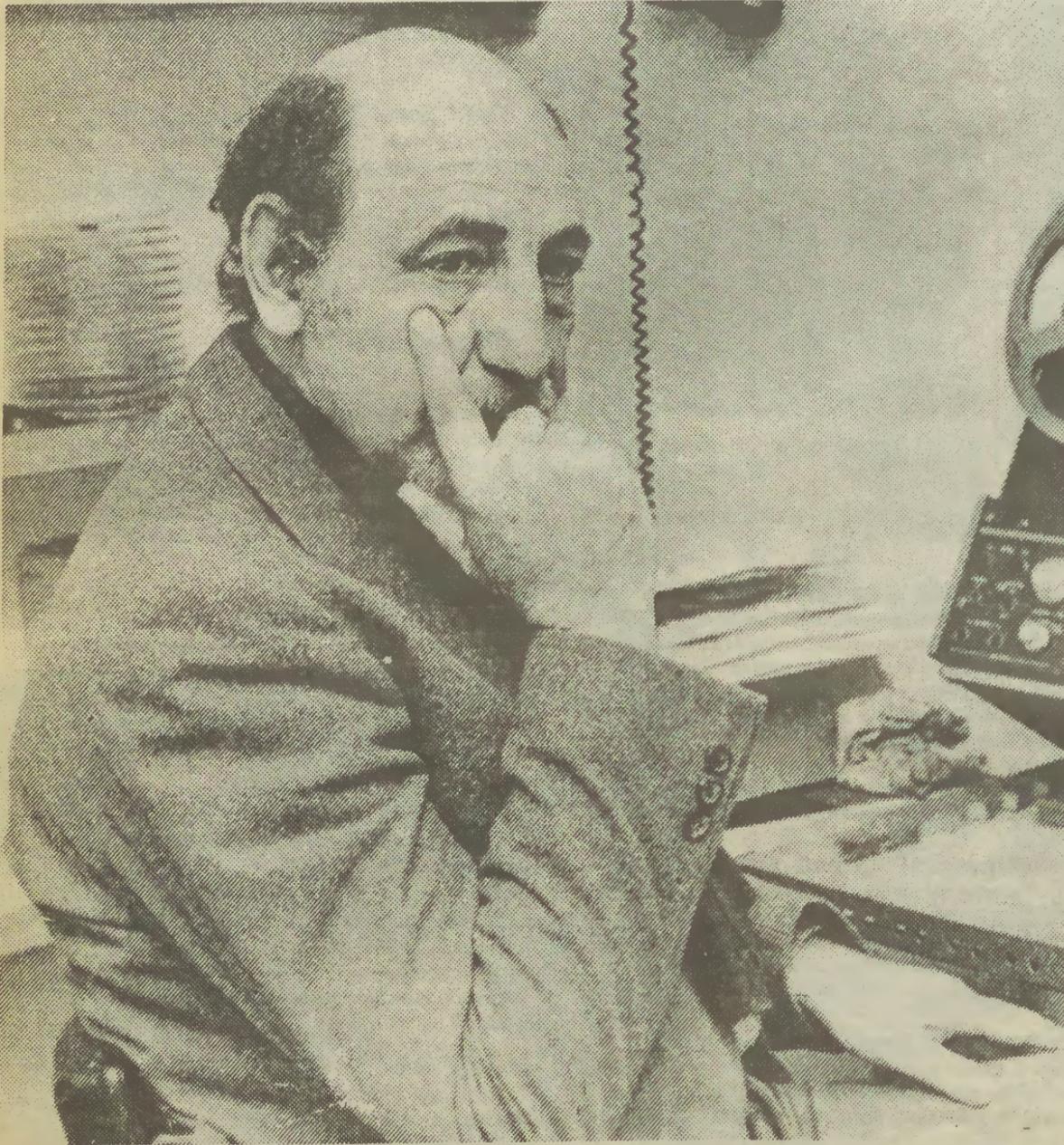
Inspirando-se em muitas imagens e sons desses memoráveis documentários, a equipa que se deslocou até nós foi trilhar de novo os mesmos caminhos, encontrar os mesmos sítios que então serviram de enquadramento paisagístico aos espécimes captados, gravados e filmados. E de novo foi ao encontro dos cantores de hoje, demorando-se por cá, quase exclusivamente em terras do Alentejo, e dando-nos depois a conhecer a música e os criadores da aldeia natal de Giacometti, em Zicavu, na Córsega.

Talvez nunca, como neste filme, a câmara nos tenha desvendado de forma tão envolvente e ao mesmo tempo tão rigorosa e «distanciada» os rostos e as vozes de um coro alentejano, como na filmagem fabulosa dessa impressionante versão de «Ao Romper da Bela Aurora». Talvez nunca tenhamos descoberto, como aqui, a beleza impetuosa mas serena dos rostos, o calor transbordante dos corações, a força telúrica de uma paisagem, os silêncios sentidos e nascidos do sofrimento ciclicamente repetido e continuado de um povo que persiste em resistir à opressão, seja qual for a forma que esta assuma e o enquadramento socio-político-cultural de que conjuntamente se revista, consoante os tempos e os modos.

Peça exemplar da arte do documentário televisivo, «Polifonias» deu-nos mais uma vez a ver como a maestria técnica e o domínio dos meios de produção é essencial para que depois possamos esquecer-nos deles, no acto de transmitir gradualmente o calor da Arte e ultrapassar a própria frieza da Técnica, mas jamais sendo indiferente a posição da câmara, o cuidado do enquadramento, o próprio movimento exterior e interior ao plano. Sendo verdade que, na arte do documentário, o travelling representa talvez o mais íntegro sinal de respeito pelo objecto que se filma e procura interpretar e dar a entender, assim nos pudemos deslumbrar com os lentíssimos movimentos de câmara através dos quais se podiam descobrir as esquinas e os caminhos - mas também os Homens - ou a duração infinita dos planos gerais em que se perdiam de vista as montanhas da Córsega envoltas em névoas ou as planuras alentejanas rasgadas por linhas geométricas de contornos insuspeitados, à brasa do calor, ao som de uma canção: «Nesses campos solitários, onde a desgraça me tem, quase ninguém me responde, olho, não vejo ninguém.»

Mas, para sempre também, ficará na memória do espectador essa sequência na qual, em meio de uma panorâmica, de súbito surge no meio de um trio de cantores corsos a silhueta, antes conhecida, do rosto daquele velho alentejano, nesse espantoso encontro multicultural e multilinguístico em terras portuguesas de diversos herdeiros e senhores de tradições que, no fundo, sempre foram o objecto da paixão e o fio condutor do percurso cívico e científico de Michel Giacometti. Tal como dificilmente se voltará a inventar uma definição tão simples (e tão poderosa) para explicar a simples ideia da posse e do vazio, da opressão e da exploração - na expressão contida de Virgínia Maria Dias, ao dizer para a câmara: «Isto que a gente avista é de um só... Repartido, quanto é que isto não dava?».

Por esta capacidade de nos deixarem, ainda e sempre, atentos e despertos para a arte, mas também para a luta, aqui fica um caloroso bem haja aos criadores de «Polifonias».



ESCAPARATE

TEATRO

Êxitos teatrais continuam no Novo Ano

Prosseguindo uma carreira de êxito já iniciada em 97, prosseguem este ano as representações de vários espectáculos teatrais que merecem destaque. Entre eles, a título de exemplo, está «Lisbon Traviata», um original de Terrence McNally levado à cena no Teatro Mirita Casimiro (em Cascais) com excelentes interpretações de Santos Manuel, António Marques, Carlos Freixo e Paulo Rocha. Referência, ainda, para a excelente cenografia de Fernando

Alvarez. Entretanto, no Teatro da Trindade o Grupo de Teatro Maizum continua a apresentar «Comédia Ulyssippo» com texto de Jorge Ferreira de Vasconcelos, um autor de comédias do século XVI. Embora se trate, segundo a crítica, de um espectáculo hilariante mas menos conseguido por comparação com anteriores experiências do grupo, vale sobretudo a pena assistir às interpretações de Isabel Fernandes, João Maria Pinto e Augusto Portela.



«Lisbon Traviata» no Teatro Mirita Casimiro



«Comédia Ulyssippo» no Teatro da Trindade



No centenário de Lorca

Na passagem dos 100 anos do nascimento do grande poeta e dramaturgo espanhol Federico Garcia Lorca (1898 / 1936), o Grupo de Teatro «Fragmento» realiza na próxima 2ª. feira 5 na Videoteca de Lisboa (Largo do Calvário, 2), a partir das 22 horas, uma longa noite evocativa na qual será inaugurada uma Exposição acerca do autor, apresentados momentos de Música, Poesia, Cinema e excertos da peça «Bodas de Sangue», para além de um Debate sobre a vida e a obra do poeta. Esta comemoração tem o título genérico «Lorca, Fragmentos de 100 Anos» e a entrada é livre. Informações pelos telefones 3622008 e 3624500.



Almada Negreiros

EXPOSIÇÕES

Pessoa e a Arte do seu tempo

«A wagneriana musa da fusão ou intersecção de todas as artes, numa nova expressão e papel da arte no mundo, pode entrever-se no espaço bem singular das criações que levam os nomes de Sá Carneiro, de Almada e, os plurais, mas bem finitos de Fernando Pessoa. Mas só acidentalmente, salvo num certo momento das relações entre a poesia de Sá Carneiro e a de Pessoa, as obras de cada um deles se viveram como manifestações de uma mesma aventura, realmente subdeterminada por qualquer coisa que exprimisse a mesma visão de poesia, de arte e das possíveis ou manifestas afinidades entre elas.» Esta tese de Eduardo Lourenço, inserta no ensaio que este escreveu recentemente para o jornal Público, pode ser um lançamento de pistas de reflexão adequadas ao enquadramento de uma visita, indispensável, à exposição «A Arte

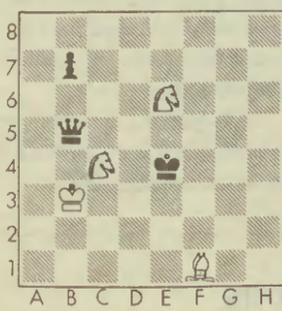


Amadeo Souza-Cardoso

Moderna Portuguesa no Tempo de Fernando Pessoa» que, inaugurada em meados de Dezembro, continuará patente ao público até 5 de Fevereiro no Centro Cultural de Belém em Lisboa. Esta exposição abrange o período de 1910 a 1940 e fora já apresentada em Frankfurt durante a recente Feira do Livro de 97 - na qual Portugal foi centro das atenções como país convidado - e dá-nos a ver obras de cerca de 40 artistas plásticos, entre os quais Amadeo Souza-Cardoso, Santa-Rita Pintor, António Carneiro, Bernardo Marques, Francisco Franco, Christiano Cruz, Almada Negreiros, Sarah Afonso, Canto da Maia, Eduardo Viana, Vieira da Silva, Jorge Barradas, Abel Manta ou Dórdio Gomes, para apenas destacar estes. A exposição realiza-se no Módulo 3 do CCB e está aberta todos os dias das 11 às 20 horas.

XADREZ

DCXXXVIII - 1 DE JANEIRO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X01
Por: ANÓNIMO
Pr.: [3]: Pb7-Db5-R64
Br.: [4]: Cs. ç4, 66-Bf1-Rb3



Brancas jogam e ganham

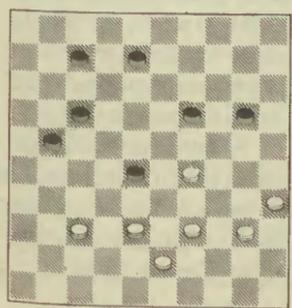
SOLUÇÃO DO Nº 1988X01 [A.]

1. Rc3!, Dh5; 2. Bg2+, Df3+; 3. B:f3+, R:f3; 4. Cb6 e ganha. 1... R-; 2. Cd4 [ç7]+ e ganha; 1... Da4 [a6, d7, e8]; 2. Cç5 [d6]+ e ganha; 1... Dç6; 2. Bg2+, Rf5; 3. Cd4+ e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

DCXXXVIII - 1 DE JANEIRO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D01
Por: LOUIS DALMAN
Combat dans l'Arène, Nîmes, 1976
Pr.: [7]: 7-8-17-19-20-21-28
Br.: [7]: 29-35-37-38-39-40-43



Brancas jogam e ganham

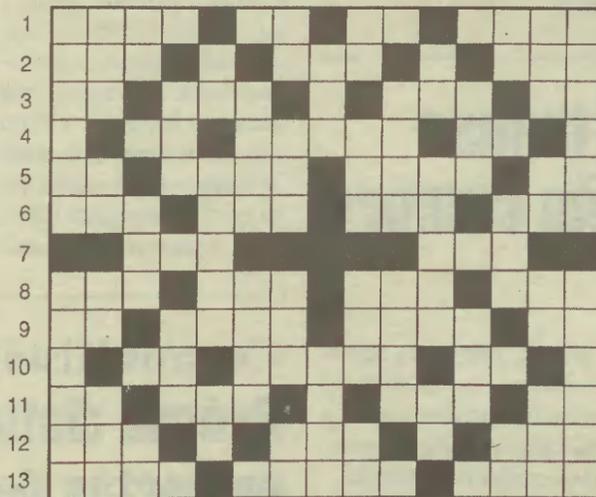
SOLUÇÃO DO Nº 1998D01 [L. D.]

1. 29-24, (20x27); 2. 38-33, (x); 3. 39-33, (x); 4. 37-32 (46x27); 5. 40-34 (x); 6. 35x31+.

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Lona de forma adequada, mediante a qual, por acção do vento, se faz navegar um barco ou mover a mó de um moinho; pequeno povoado; aposento de um religioso, no convento. 2 - Rochedo (bras.); rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodo; gracejar. 3 - Rádio (s.q.); na companhia de; irmã do pai; sozinho. 4 - Cãnhamo de Manila; sacrificia matando; antigo soberano persa. 5 - Gálio (s.q.); instrumento de aço com asperzas, para desbastar ou polir metais; vadie (fig.); apelido. 6 - Profere orações; grande quantidade; igualdade (pref.); título nobiliárquico inglês. 7 - Órgão da extremidade dos membros superiores do homem, que serve especialmente para a preensão; liame. 8 - Anel de cadeia; ilha do arquipélago de Cabo Verde; certo jogo de cartas em que por passagem, ganha aquele que juntar todas as cartas de um naipe; estudar. 9 - Acusada; projectil de arma de fogo; atreve-se; inter. de dor. 10 - Bário (s.q.); rezara; Astatino (s.q.). 11 - Nota musical; letra grega (pl.); ponto cardeal oposto ao norte; prejudicial. 12 - Rochedo (bras.); patroa; ribeira portuguesa. 13 - Dificuldade (fig.); asado; fogueira funerária.

VERTICAIS: 1 - Mulher de robustez, voz e maneiras de homem; o tesouro público. 2 - Letra grega; atmosfera; tamborzinho árabe; aqui está. 3 - Naquele lugar; estimo muito; Arsénio (s.q.). 4 - Óxido de cálcio; lugar onde se guardam as bebidas. 5 - Principal rio de Itália; danada; conj. indicativa de alternativa ou incerteza. 6 - Género teatral usado na Antiguidade, em que o actor imitava os caracteres e os costumes do tempo; a barlavento (pl.). 7 - Modo (fig.); grande extensão de água salgada; casa de habitação; Alumínio (s.q.). 8 - Sinete ou carimbo empregado para autenticar documentos; a parte imaterial do ser humano. 9 - Aparência; pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico, em versos octossilábicos; o rubor das faces; pref. indicativo de movimento, direcção, junção, etc. 10 - Semealhantes; via dentro de uma povoação (pl.). 11 - O seu valor é de 3,1416; cilindros; antiga nota d6. 12 - Feridinha (inf.); produto tintorial da Índia. 13 - Também (arc.); astro-rei; sim (ant.). 14 - O m. q. lírio; nota musical; a minha pessoa; maior. 15 - Perfumar; separara a baganha do linho com o o panpão.

11 - Pt; rdos; ul; 12 - Axx; ad; 13 - Et; sol; 14 - Lis; sl; 15 - Arromar; rpa. 16 - Mito; 6 - Mito; 7 - Ar; mar; larr; Al; 8 - Sel; alma; 9 - Ar; lat; cor; ad; 10 - Tris; rnas. 11 - Virago; orão; 12 - Et; ar; le; eis; 3 - Lat; amov; 4 - Cal; bar; 5 - Pó; 13 - Ss; ad; 14 - Pira. 15 - Ss; ad; 16 - Pira. 17 - R; 18 - R; 19 - R; 20 - R; 21 - R; 22 - R; 23 - R; 24 - R; 25 - R; 26 - R; 27 - R; 28 - R; 29 - R; 30 - R; 31 - R; 32 - R; 33 - R; 34 - R; 35 - R; 36 - R; 37 - R; 38 - R; 39 - R; 40 - R; 41 - R; 42 - R; 43 - R; 44 - R; 45 - R; 46 - R; 47 - R; 48 - R; 49 - R; 50 - R; 51 - R; 52 - R; 53 - R; 54 - R; 55 - R; 56 - R; 57 - R; 58 - R; 59 - R; 60 - R; 61 - R; 62 - R; 63 - R; 64 - R; 65 - R; 66 - R; 67 - R; 68 - R; 69 - R; 70 - R; 71 - R; 72 - R; 73 - R; 74 - R; 75 - R; 76 - R; 77 - R; 78 - R; 79 - R; 80 - R; 81 - R; 82 - R; 83 - R; 84 - R; 85 - R; 86 - R; 87 - R; 88 - R; 89 - R; 90 - R; 91 - R; 92 - R; 93 - R; 94 - R; 95 - R; 96 - R; 97 - R; 98 - R; 99 - R; 100 - R.

MÚSICA

Regressa a Grande Música

Depois dos feriados da quadra natalícia e da passagem de ano, regressa às salas de concertos portuguesas a Grande Música. Para esta semana, seleccionámos três acontecimentos, dois dos quais contam com a participação, a solo, de grandes pianistas portugueses. Assistir a estes depende, evidentemente, de conseguirem-se bilhetes (o que é, convenhamos, bastante difícil) e... abdicar do jantar. Vamos por partes. Cronologicamente, tudo começa às 19 horas do dia 5, segunda-feira, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian. Ali actuará, num programa preenchido com obras de Beethoven, Chopin, Debussy e Liszt, o pianista Sequeira Costa, numa das suas passagens por Lisboa nos intervalos da sua actividade docente nos EUA. Logo a seguir, às 21.30, no Teatro Municipal S. Luís, será a vez de Maria João Pires apresentar um



Maria João Pires

recital subordinado ao título genérico «Le Voyage Magnifique» (idêntico, como se sabe, ao do seu último disco) e de que também fazem parte os dois ciclos de «Improvisos» e outras peças de Franz Schubert. Se os bilhetes estiverem esgotados, ainda lhe deixamos aqui uma sugestão para as próximas 5ª. e 6ª. feira, 8 e 9, respectivamente às 21.30 e às 19 horas: dois concertos, também na FCG, com a participação da



Sequeira Costa

Orquestra Gulbenkian, dirigida pelo maestro Muhai Tang e com a participação de Andrea Lucchesini em piano. Serão ouvidas obras de Dvorák, Chopin e Prokofiev.

ATALHE DE FOICE

Recuerdos

Como era de se esperar, a confissão da versão europeia das tendências vasconcelistas de Cavaco Silva despertou nos 'nuestros hermanos' sonhos antigos. Não as que vieram recentemente a público na imprensa espanhola, puro reflexo de uma vaga de fundo como hoje nos é legítimo concluir, mas certamente outras ventiladas no secretismo dos encontros oficiais, entre passeios nas Ramblas e recepções no palácio de Moncloa. Só assim se explica que, quando ainda as declarações do nosso ex-primeiro não tinham feito correr rios de tinta cá pelo burgo, já nas cortes de Espanha se sacudisse a poeira aos 'recuerdos' do império ibérico, preparando a surpresa com que foram brindados os presentes na sessão de apresentação das actividades culturais que a Espanha vai levar a cabo em Lisboa por ocasião de Expo-98. A cuja foi, como o «Expresso» de 27 de Dezembro fez o favor de informar, a oferta de uma gravura representando o desembarque de Filipe II no Terreiro do Paço, durante a ocupação espanhola.

Nem mais.

Onde está Filipe Menezes, o leão do Norte, que não veio a terreiro convocar as hostes nacionais contra o que a diplomacia portuguesa classificou, ainda segundo o «Expresso», uma «falta de sensibilidade» por parte dos espanhóis?

Onde está a indignação dos majores e generais da Invicta, sempre prontos para guerras de futebol? Onde estão os sulistas e elitistas de faca na liga e brios nacionais?

É certo que Portugal se calhar só existe porque um dia houve um conde que quis ter um condado, mas isso foi há tanto tempo que o pessoal se habituou a ter o seu quintal com vista para o mar e passou anos a fio a inventar teorias que explicavam de forma a não admitir réplica como uns rios mais largos e uns montes mais altos constituíam acidentes geográficos intransponíveis a fundamentar a separação da península.

Mas não é menos certo que Filipe II (em Portugal, Filipe I) rei de Espanha, dos Países Baixos, décimo oitavo rei de Portugal, etc., teve o desplante de em 1580 - com a ajuda de alguns nobres portugueses, diga-se em abono da verdade - se aproveitar da morte do cardeal D. Henrique para, pelo suborno e pela força, se apoderar de Portugal.

Até que a experiência podia ter sido feliz, não fora dar-se o caso do fanatismo e crueldade do monarca espanhol ter levado rapidamente o país à decadência mais profunda. Para já não falar, claro, do desastre da Invencível Armada, na sequência do qual ingleses e holandeses se apoderaram, entre outras coisas, das principais possessões portuguesas no Oriente e de uma parte do Brasil.

A coisa não melhorou com Filipe III (em Portugal, Filipe II), de que a História quase não guarda mais memória do que a delegação de poderes no duque de Lerma, nem com Filipe IV (em Portugal, Filipe III), que após a infeliz Guerra dos Trinta Anos deixou o governo nas mãos do conde-duque de Olivares, que por sua vez nos presenteou com a duquesa de Mântua, que por seu turno colocou Portugal nas mãos do nosso famigerado Miguel de Vasconcelos.

Posto isto e os factos, que raio terá passado pela cabeça de 'nuestros hermanos' para andarem agora por aí a oferecer gravuras com o desembarque da armada espanhola no Terreiro do Paço?

É caso para dizer, não havia necessidade. Ainda se fossem gravuras dos camiões TIR que todos os dias atravessam as fronteiras para nos trazer sucedâneos de chocolate, 'aceite' de oliva, latas de betinga, 'choletas' de cerdo e o mais que abarrota as lojas de 'disconto', ainda vá que não vá, mas navios???? Já é meter muita água. Ninguém me convence que isto não tem por aqui a mãozinha do nosso novo Vasconcelos. O tal que, como se sabe, teve um triste fim.

■ Anabela Fino

ÚLTIMAS

Trabalhadores da "Cuca" recusam pílula dourada

Os trabalhadores da empresa têxtil "Cuca", de Guimarães, vão concentrar-se amanhã, dia 2 de Janeiro, frente aos portões da empresa, apresentando-se todos ao trabalho, independentemente das "ameaças de que os portões não vão abrir".

Uma acção de protesto promovida pelo Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, que acusa a administração da "Cuca" de exercer "violência psicológica" sobre os seus 250 trabalhadores.

A pretexto da inviabilidade económica e da necessidade de reestruturação industrial, denuncia o sindicato, a empresa "ofereceu uma autêntica pílula dourada a quem aceitar o seu próprio despedimento".

Concretamente, a empresa "diz que garante 900 dias de subsídio de desemprego, acrescentando: aproveitem já, porque as medidas para o Vale do Ave podem acabar".

A administração da "Cuca"

alia promessas a ameaças. "Ofereceu ainda mais 50 por cento do valor da indemnização a que os trabalhadores têm direito, pagos em 24 prestações mensais e iguais", contrapondo-lhe a ameaça "de que quem não aceitar o seu próprio despedimento não terá os portões abertos no dia 2 de Janeiro de 1998, data em que começa a laboração após as férias de Natal", refere o comunicado.

Face a esta situação, a

direcção do Sindicato reuniu imediatamente em plenário, junto às instalações da empresa, tendo sido decidido, de par da concentração de dia 2, que ninguém aceitará o seu despedimento.

Por outro lado, o Sindicato decidiu solicitar de imediato reuniões, à empresa e outras entidades públicas que possam intervir neste processo, com o objectivo de encontrar "as melhores e mais justas soluções".

Trabalho ilegal no Aeroporto Sá Carneiro

O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos denunciou, no início da semana, a ocorrência de prestação ilegal de serviços no Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, no Porto, envolvendo trabalhadores actualmente desempregados e que recebem pelo Fundo de Desemprego.

«Os trabalhadores a quem a empresa não renovou os contratos em Outubro deste ano foram chamados ao serviço entre 18 e 23 de Dezembro, devido ao acréscimo de trabalho nesta época festiva», afirma o Sitava numa carta enviada ao director-geral de Operações de Terra da TAP Air Portugal, divulgada pela agência Lusa.

Os funcionários não recebem qualquer remuneração pelo seu trabalho. «Apenas lhes foi prometido que em Janeiro, quando fossem feitos novos contratos, estes dias de trabalho seriam compensados com folgas», explica o sindicato.

De acordo com o Sitava, «a irregularidade apontada acresce o facto que os referidos traba-

lhadores estão no Fundo de Desemprego, sendo também que enquanto não houver contrato não há seguro de acidentes de trabalho».

Os sindicalistas exigem ainda a admissão dos trabalhadores em questão nos quadros da empresa, «não pactuando com fraudes da Lei do Contrato de Trabalho».

Empresas falidas alvo de saque em Leiria

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Coimbra e Leiria (STIMMDCL) vem a público denunciar a ocorrência de «saques» por parte de desconhecidos a instalações de

empresas falidas da zona centro.

A organização sindical levanta a hipótese de ser apresentada uma queixa-crime contra incertos, «caso os trabalhadores vejam os seus direitos prejudicados».

Estas situações têm vindo a verificar-se principalmente nos últimos meses e em especial nas instalações da «Carvalho e Catarro», em Leiria, e da «Apati Moldes», na Moita, Alcobaca.

A primeira empresa, que segundo o sindicato chegou a ser «a mais moderna unidade industrial do distrito», é alvo de «um saque que impressiona quem por lá passa». «Nesta empresa até chegaram ao ponto de tombar o transformador que ali existia, despejaram todo o óleo e arrancaram o cobre que,

como se sabe, rende bom dinheiro no mercado negro», acrescenta o STIMMDCL.

Os sindicalistas dizem que «das empresas industriais que cessam actividade, só um pequeno número é apresentado aos tribunais para declaração de falência. Entretanto, quase todas já terão passado por processos pouco claros, destinados a salvaguardar o património dos seus proprietários».

O STIMMDCL questiona se «haverá crime organizado à volta das empresas falidas».

Maioria das firmas hoteleiras não cumpre 40 horas

O regime das 40 horas semanais de trabalho e de dois dias de folga não está a ser aplicado em mais de 90 por cento dos estabelecimentos de hotelaria do Centro do país, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro.

O atraso na revisão do Contrato Colectivo de Trabalho é outro dos problemas apontados pelo sindicato. «O arrastamento lesa os interesses dos traba-

lhadores, dado que os aumentos salariais e as 40 horas semanais já deviam estar a ser aplicados em todas as empresas», explica a organização.

Reclamando aumentos salariais de 3,5 por cento, com retroactividade a 1 de Junho de 1997, o sindicato dos funcionários hoteleiros afirma-se contra a «precarização das relações de trabalho» e a prática da polivalência que implica a desvalorização do trabalhador.

Centros Históricos Prémio distingue projectos de recuperação

Agendada desde 1994, foi finalmente formalizada a institucionalização de um prémio de arquitectura a atribuir aos autores dos melhores projectos de valorização e recuperação dos Centros Históricos.

Aprovada na segunda-feira pela Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico, a institucionalização do prémio processou-se no decurso de uma cerimónia realizada na Figueira da Foz, onde o vice-presidente desta Associação proferiu algumas palavras, segundo as quais o prémio será atribuído não só ao autor do projecto mas também ao «proprietário do conjunto a recuperar ou valorizar».

Na mesma ocasião foi aprovada a criação de uma medalha de honra destinada a pessoas ligadas a actividades de preservação de centros históricos.

Guterres salvo pelos seus

A Comissão Nacional de Eleições deliberou mandar arquivar as queixas do PCP e do PSD contra o Primeiro-Ministro António Guterres.

As queixas dos dois partidos incidem no facto de o Primeiro-Ministro ter violado as normas legais que o obrigam à neutralidade perante o processo eleitoral, ao ter apelado ao voto no PS no Palácio de Belém, nos últimos dias da campanha autárquica, após uma entrevista com o Presidente da República.

Entretanto, a deliberação da Comissão Nacional de Eleições ficou a dever-se à obediência de voto com que se comportaram os membros de designação governamental e do PS.

O PCP insiste na procedência da sua queixa e entende que todos os argumentos jurídicos recomendariam que ela seguisse para o Ministério Público.

